

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

WAMBERTO QUEIROZ DE LIMA

GÊNERO E PODER: O PASTORADO FEMININO
NA IGREJA BATISTA

JOÃO PESSOA

2011

WAMBERTO QUEIROZ DE LIMA

**GÊNERO E PODER: O PASTORADO FEMININO
NA IGREJA BATISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento parcial às exigências para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões, na linha de Pesquisa Religião, Cultura e Produções Simbólicas

ORIENTADORA:

PROF^a. DR^a. MARIA OTÍLIA TELLES STORNI

JOÃO PESSOA

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

L732g Lima, Wamberto Queiroz de.
 Gênero e poder: o pastorado feminino na Igreja Batista /
 Wamberto Queiroz de Lima.-- João Pessoa, 2011.
 131f.
 Orientadora: Maria Otília Telles Storni
 Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE
 1. Religião. 2. Pastorado feminino – Igreja Batista.
 3. Mulheres pastoras – discriminação. 4. Mulheres pastoras – auto-
 discriminação.

UFPB/BC

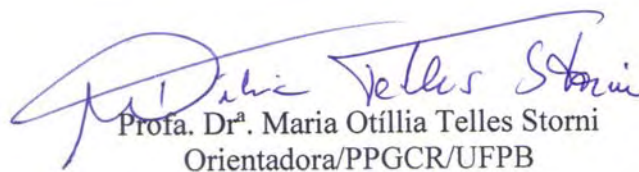
CDU: 2(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

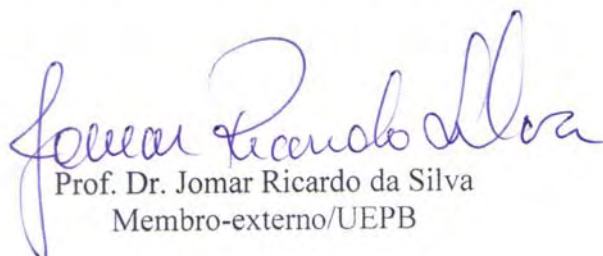
*“O PASTORADO FEMININO, GÊNERO E PODER NO CONTEXTO DA IGREJA
BATISTA”.*

Wamberto Queirós de Lima

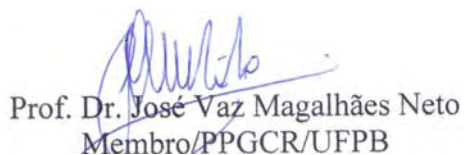
Dissertação apresentada à banca examinadora constituída pelos seguintes professores



Profa. Dr^a. Maria Otília Telles Storni
Orientadora/PPGCR/UFPB



Prof. Dr. Jomar Ricardo da Silva
Membro-externo/UEPB



Prof. Dr. José Vaz Magalhães Neto
Membro/PPGCR/UFPB

DEDICATÓRIA

Às mulheres pastoras e missionárias Batistas Paraibanas, por terem confiado e decidido compartilhar suas vivências, em meio a tantas lutas e frustrações já sofridas.

AGRADECIMENTOS

A Deus que planejou a minha caminhada em amor.

Aos meus pais, Waldir Barbosa e Maria Zuleide, a quem devo a formação do meu caráter e direção espiritual.

A Alexandra, Bruna e Vinícius, esposa e filhos amados que tiveram paciência, quando a minha atenção estava voltada para a pesquisa.

A Prof^a Dr^a Maria Otília Telles Storni, pela orientação e atenção durante todo o momento que precisei.

Ao Lysis, grupo de estudo sobre gênero, religião e sexualidade da UFPB e ao coordenador Prof. Vaz Neto pelas experiências compartilhadas sem receio.

A Poliana, Patrícia, Priscila, Thays, Paula, Valdízia, Valdira, Valdenizia e Valdilene, por me ensinarem amar ao próximo.

Ao meu sogro Herbet José Torres, que me incentivou durante todo o tempo.

A Eline, Cristina e demais amigos acadêmicos, por acreditarem no meu sucesso .

Ao grupo dos DEZ, minhas irmãs e irmãos, pelas grandes parcerias juntos.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração da dissertação.

“[...] E é assim que Deus faz
Usa quem Ele quer menino,
homem ou mulher”

(Marcos Sales – Música do grupo Quatro por um)

RESUMO

O objeto desta pesquisa é a análise dos relatos sobre gênero e poder nas formas de discriminação de mulheres no processo de formação e consagração como pastoras na Igreja Batista, para o exercício do pastorado. A importância deste trabalho se dá pelo fato de tornar visível o dilema ético-religioso do preconceito e discriminação das mulheres pastoras, pois, esta igreja se apresenta como vanguardista pelo fato de ser uma das poucas igrejas que aceitam ordenar mulheres para serem pastoras, mas, na prática não é bem assim que ocorre. O objetivo geral desta pesquisa foi: Analisar o conteúdo discursivo expresso por pastoras ordenadas na Igreja Batista da Paraíba referente às suas vivências na estrutura das relações de poder formal estabelecido dentro desta instituição, cujas instâncias superiores relutam em aceitar o pastorado feminino. Esta foi uma pesquisa qualitativa pautada pela coleta de dados documentais e histórias de vida de duas pastoras desta instituição religiosa. Os dados das entrevistas feitas para captar as histórias de vida foram analisados à luz do método fenomenológico, que privilegia a subjetividade das colaboradoras. Descobri que mesmo que esta igreja seja vanguardista em aceitar o pastoreio feminino, o que ainda não ocorreu em outras igrejas evangélicas tradicionais, há inúmeras e sutis discriminações contra as ministras ordenadas, especialmente no tocante às suas ascensões aos cargos mais altos na estrutura de poder das instâncias superiores da Ordem dos Pastores Batistas em nível estadual e nacional, bem como da Convenção Batista Brasileira. Assim, elas têm se conformado a designações de trabalhos menos importantes do que o dos pastores do gênero masculino, como por exemplo, aceitarem ser auxiliares dos pastores titulares ou desempenharem cargos relacionados ao pastoreio de mulheres, o que não lhes dá acesso às tomadas de decisão dos comandos superiores Batistas. Constatei também que as pastoras se auto-discriminam e se auto-excluem da participação nas reuniões dos comandos de líderes desta instituição. Esta pesquisa foi inspirada em teóricos como Scott (1990), Nolasco (1995), Ranke-Heinemann (1996), Oliveira (R.D.) (1999), Louro (2001) e os analistas da teoria Queer como Seidman (1995) entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: pastorado feminino; discriminação contra mulheres; conformismo; auto-discriminação feminina.

ABSTRACT

The object of this research is the analysis of reports on gender and power in the forms of discrimination against women in the process of formation, and recognition as pastors in the Baptist Church for the year of the pastorate. The significance of this is partly because of making visible the ethical-religious prejudice and discrimination against women pastors, because this church presents itself as the frontrunner because he is one of the few churches that ordain women accept to be pastors, but in practice is not really so. The goal of this research was: To analyze the discursive content expressed by ordained Baptist Church of Paraíba regarding their experiences in the structure of power relations within this established formal institution, whose upper bodies are reluctant to accept the pastorate female. This was a qualitative study guided by data collection and document the life stories of two pastors of this religious institution. Data from the interviews to capture the life stories were analyzed in the light of the phenomenological method, which emphasizes the subjectivity of the collaborators. I found that even though this church is to accept the avant-garde female grazing, which has not occurred in other traditional evangelical churches, there are numerous and subtle discrimination against ordained ministers, especially in regard to its ascent to higher positions in the power structure of higher levels of the Order of the Baptist Pastors at state and national, as well as the Brazilian Baptist Convention. Thus, they have conformed to the assignment of work less important than that of male pastors, for example, accept to be in support of senior pastors or carry positions related to the grazing of women, which does not give them access to decision-making Baptists of the higher commands. I also noted that the pastors themselves discriminate and exclude themselves from participation in meetings of the commands of leaders of this institution. This research This research was inspired by theorists such as Scott (1990), Nolasco (1995), Ranke-Heinemann (1996), Oliveira (RD, 1999), Louro (2001) and analysts Queer theory as Seidman (1995) among others.

Keywords: female Pastorate; discrimination against women; conformism; female self-discrimination.

LISTA DE ABREVIATURAS

VELHO TESTAMENTO

Livro	Abrev.	Livro	Abrev.
Gênesis	Gn	Eclesiastes	Ec.
Êxodo	Ex	Cantares	Ct
Levítico	Lv	Isaías	Is
Números	Nu	Jeremias	Jr
Deuteronômio	Dt	Lamentações	Lm
Josué	Js	Ezequiel	Ez
Juízes	Jz	Daniel	Dn
Rute	Rt	Oséias	Os
1 Samuel	1 Sm	Joel	Jl
2 Samuel	2 Sm	Amós	Am
1 Reis	1 Rs	Obadias	Ob
2 Reis	2 Rs	Jonas	Jn
1 Crônicas	1 Cr	Miquéias	Mq
2 Crônicas	2 Cr	Naum	Nm
Esdras	Ed	Habacuque	Hb
Neemias	Ne	Sofonias	Sf
Ester	Et	Ageu	Ag
Jó	Jó	Zacarias	Zc
Salmos	Sl	Malaquias	Ml
Provérbios	Pv		

NOVO TESTAMENTO

Livro	Abrev.	Livro	Abrev.
Mateus	Mt	1 Timóteo	1 Tm
Marcos	Mc	2 Timóteo	2 Tm
Lucas	Lc	Tito	Tt
João	Jo	Filemon	Fm
Atos	At	Hebreus	Hb
Romanos	Rm	Tiago	Tg
1 Coríntios	1 Co	1 Pedro	1 Pe
2 Coríntios	2 Co	2 Pedro	2 Pe
Gálatas	Gl	1 João	1 Jo
Efésios	Ef	2 João	2 Jo
Filipenses	Fl	3 João	3 Jo
Colosenses	Cl	Judas	Jd
1 Tessalonicenses	1 Tl	Apocalipse	Ap
2 Tessalonicenses	2 Tl		

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO METODOLÓGICA	13
APRESENTAÇÃO	14
1.1 OBJETO DA PESQUISA	17
1.2 JUSTIFICATIVA	18
1.3 PROBLEMAS E OBJETIVOS DA PESQUISA	20
1.3.1 Problema de pesquisa	20
1.3.2 Objetivos de pesquisa	20
1.4 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	20
1.4.1 Natureza da pesquisa.....	20
1.4.2 Sujeitos da pesquisa.....	22
1.4.3 Instrumentos da pesquisa.....	22
1.5 DESCRIÇÃO DA PESQUISA.....	25

CAPÍTULO 2

O PASTORADO FEMININO E AS QUESTÕES DE GÊNERO (E PODER): FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	30
--	-----------

CAPÍTULO 3

O PASTORADO FEMININO E AS QUESTÕES DE GÊNERO: DADOS DOCUMENTAIS	49
3.1 VISÃO SINTÉTICA DA ESTRUTURA HIERÁRQUICA BATISTA.....	50
3.2 PERCURSOS DA FORMAÇÃO DO PASTORADO	53
3.3 PROCESSO FORMAL DO ENCAMINHAMENTO PARA OS SEMINÁRIOS	62

CAPÍTULO 4

DADOS DA PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTAS	66
4.1 ENTREVISTA COM A PASTORA 1	67
4.2 ENTREVISTA COM A PASTORA 2	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	116

QUADRO 1		15
QUADRO 2		22
QUADRO 3		58
ILUSTRAÇÃO 1		51
ILUSTRAÇÃO 2		60
APÊNDICES		125
ANEXOS		131

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

“Não é verdade que [...] as características de mulheres e de homens sejam ‘naturais’, mas [...] vão sendo construídas, assumidas, introjetadas e reproduzidas por mulheres e homens em seus processos de educação, produção e reprodução”
(REIMER, 2000, p. 19)

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

APRESENTAÇÃO

Escrever sobre um tema polêmico sempre constituirá um risco para qualquer autor, ainda mais, quando se propõe a oferecer uma interpretação não tradicional do problema estudado. Para que o pesquisador se torne imparcial é necessário que ele se distancie do objeto. Tornar distante algo que possa estar muito perto é um dos grandes desafios sempre a superar por aqueles que pretendem se lançar na busca de conhecimento, embora possam se encontrar enveredados nos caminhos que investigam.

Assim sendo, direciono minha pesquisa para mostrar a discriminação da mulher, através do pastorado feminino em uma das denominações das igrejas evangélicas tradicionais. Pretende-se dar uma contribuição significativa para reflexões no campo das ciências das religiões, abordando relações de gênero e poder dentro das estruturas eclesiásticas.

A discriminação da mulher é algo que para alguns, dentro dessas estruturas religiosas cristãs, deixou de existir há muito tempo. Pois, quando vêem que a mulher já se encontra dentro das estruturas eclesiásticas, exercendo tarefas múltiplas e aparenta certa tranquilidade, acreditam que já tenha alcançado tudo a que se propunha algum dia na vida. Os preconceitos e rejeições apresentam-se às vezes de forma sutil, outras vezes de modo acentuado e podem ser visto não só através de palavras, mas, também de gestos e decisões tomadas por aqueles que coordenam essas estruturas eclesiásticas estudadas. Para perceber como ocorre essa discriminação dentro do pastorado feminino, deve-se estar atento a história de vida, conquistas, dificuldades enfrentadas no dia-a-dia, dentro do campo religioso, para depois analisar o conjunto dos dados para ver as recorrências do fenômeno e de que forma são repassadas essas atitudes contra as pessoas do gênero feminino no contexto da Igreja¹ Batista no Brasil. Eis a proposta desta dissertação.

Muitas vezes as afirmações contra a mulher neste contexto são ditas com o objetivo de “ajudá-la na caminhada”, para que “não tenha decepções” em sua vida. Por outro lado, é criado um cerco invisível, onde suas ações são dirigidas, permitidas e controladas até onde

¹ Igreja é uma congregação local de pessoas regeneradas e batizadas após profissão de fé (CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, Disponível em <http://www.batista.com/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=10> Acesso em 02.02.2010, p. 9).

não venham incomodar ou ameaçar o poder e a dominação masculina. Verei como isso funciona com duas mulheres do pastorado feminino, dentro da estrutura evangélica tradicional.

Quando me direciono às igrejas protestantes tradicionais, estou me reportando a algumas questões essenciais da pesquisa. De acordo com Albuquerque (2009), o termo protestante tem origem no movimento religioso do século XVI através do qual parte dos alemães, liderados pelo monge agostiniano Martinho Lutero, defendeu algumas posições doutrinárias contrárias às difundidas pela Igreja Católica Romana. No Brasil, podemos perceber três tipos principais de protestantismo: Protestantismo de imigração (1823) com a vinda dos colonos protestantes, em sua maioria de origem alemã; Protestantismo de missionários ou “de missões” (1853), vindo através dos anglo-saxões; e, o Protestantismo Pentecostal (1910-1950), com o nascimento das primeiras denominações brasileiras.

As principais igrejas evangélicas conhecidas como tradicionais ou históricas são as seguintes:

QUADRO 1
DENOMINAÇÕES EVANGÉLICAS HISTÓRICAS NO BRASIL

DENOMINAÇÃO	ANO
IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL	1823
IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL	1859
IGREJA METODISTA DO BRASIL	1867
PRIMEIRA IGREJA BATISTA	1871
IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL	1889

Fonte: Albuquerque, 2009, p. 26.

Ainda dentro da estrutura protestante, de acordo com o mesmo autor, há uma divisão com três ramificações: Os Protestantes Tradicionais, os Pentecostais e os Neopentecostais. Os Protestantes tradicionais diferem dos pentecostais e dos neopentecostais em alguns pontos doutrinários. Em relação aos pentecostais, eles se diferem na experiência do "batismo no Espírito Santo", no "falar em outras línguas" (glossolalia), na ênfase no ensino teológico, no trabalho social e na preservação de usos e costumes antigos.

Nos cultos pentecostais as formalidades são menos valorizadas se comparadas com as tradicionais.

O pentecostalismo globalmente representa esse tipo de cristianismo desinteressado da doutrina e centrado no emocional, na vivência do sobrenatural. Por isso são tão importantes, nele, os milagres, os sinais como o falar em línguas (glossolalia), as curas, os exorcismos (GALINDO, 1995, p. 190-191).

Mais tarde, essas igrejas citadas como tradicionais viriam a ganhar outras identificações como puritanas, reformadas, evangélicas e agora, de missões. “Evangélico de missão é o nome dado aos evangélicos tradicionais ou protestantes tradicionais pela nomenclatura utilizada pelo IBGE, no recenseamento de 2000” (JACOB, 2003, p. 69).

Tradicionais, Pentecostais ou Neopentecostais, os evangélicos estão, pois, organizados em denominações. No Brasil, o grande número de denominações existente ilustra a constante segmentação, que é condizente com a tendência reformista. Comentando sobre o surgimento de algumas igrejas evangélicas, Fernandes (R. C., 1998) declara:

Opondo-se à unidade universal católica, novas denominações são constantemente criadas a partir de “rachas” internos ou de novas iniciativas de grupos ou pessoas. Herdeiras do princípio do “sacerdócio universal”, através do qual cada adepto é um pastor em potencial, novas denominações produzem novos pastores e novas modalidades de produzir e reproduzir lideranças religiosas (p. 8).

Atualmente percebi um impasse dentro das estruturas evangélicas tradicionais, onde a Igreja Batista e a Presbiteriana resistem fortemente em abrir as portas à ordenação de mulheres ao pastorado. Por outro lado a Metodista, a Anglicana e a Luterana ordenam mulheres ao ministério pastoral e presbiterial. Dentro desse quadro existente de igrejas evangélicas tradicionais, estou realizando a pesquisa com duas pastoras da Igreja Batista e as dificuldades de alguns líderes dessa denominação, na aceitação do pastorado feminino. Em linhas gerais, este é o objeto de pesquisa desta dissertação.

Esta dissertação está constituída de quatro capítulos principais, sendo o primeiro destinado a traçar os caminhos metodológicos que serão seguidos, onde está ressaltado o objeto da pesquisa, a justificativa, sua importância, contribuição e problematização deste trabalho. O segundo capítulo é centrado na fundamentação teórica que embasa a problemática do preconceito expresso velada ou abertamente ao pastorado feminino e as questões gênero e poder, destacando os papéis da mulher na atualidade, a sua “demonização” na história e a manipulação de algumas passagens bíblicas para justificar a situação de submissão e opressão atual para a vida das mulheres. No terceiro capítulo são relatados os dados empíricos sobre o pastorado feminino, o traçado histórico das mulheres que se sentiram atraídas para a vocação

ministerial e no quarto capítulo, relatos de história de vida de algumas pastoras e a análise desses dados.

Neste capítulo inicial da dissertação pretendo mostrar o caminho metodológico trilhado a começar com a síntese do objeto de pesquisa, justificativa, problema e objetivos deste estudo, além da metodologia utilizada e a descrição da pesquisa de campo.

1.1 OBJETO DE PESQUISA

O objeto desta pesquisa é a análise dos relatos sobre as formas de discriminação das mulheres no seu processo de formação e depois de conciliadas na Igreja Batista, para o exercício do pastorado. A pesquisa surge em resposta às indagações que fiz quando resolvi observar de perto o pastorado feminino na Paraíba. Teólogo, licenciado em História, especialista e mestrando em Ciências das Religiões, sempre estive envolvido com as diversas formas de relacionar com o sagrado, pois, o chamado ministerial, a profissão e a minha opção religiosa sempre apontaram para essa direção. Porém, não me dava conta de que houvesse discriminação, estigma, preconceito ou qualquer outra coisa que pudesse existir, com relação ao gênero feminino dentro dessas mesmas estruturas religiosas.

Não foi preciso aproximar muito, para ver que o número de mulheres participantes das estruturas eclesiais evangélicas é superior ao masculino. Esta realidade deveria ser então um fator causal para haver mais mulheres no pastorado do que homens porque as mulheres estão, pode-se dizer assim, em toda a parte na igreja. No entanto, na prática, a situação se inverte.

Aparentemente as mulheres nas igrejas evangélicas de contexto tradicional são vistas como “totalmente livres” para ocupar qualquer cargo nas denominações que venham a almejar. Nesse contexto fui instigado a questionar: Essa possibilidade e liberdade são reais? Se há poucas pastoras nesta denominação quais seriam as dificuldades para as mulheres atenderem ao chamado do ministério sagrado que possam justificar esse reduzido número? Haveria algum preconceito contra as mulheres para assumirem cargos de liderança? Se existe, quando e em que circunstâncias elas são discriminadas a ponto de desistirem ou serem prejudicadas neste projeto de vida? Nesta dissertação pretende-se descobrir estas respostas através das suas histórias de vida relacionadas às suas formações como pastoras.

1.2 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa se justifica em termos pessoais porque, ao perceber o reduzido contingente de pastoras nesta denominação, considerei inicialmente que isso ocorria por causa do resultado da pouca procura por parte das mulheres ou devido ao fato de supostamente serem “menos chamadas” pelo sagrado para o ministério. Nenhum comentário mais profundo sobre o assunto era dirigido nas conversas paralelas, até que decidi realizar uma busca maior em livros, atas e chegar bem mais perto daquelas que hipoteticamente se sentiam discriminadas e/ou desprestigiadas quanto ao seu chamado vocacional. Em suma, esta temática se apresentava como uma questão “misteriosa”, razão que me motivou a iniciar uma pesquisa documental para verificar a sua viabilidade.

Nesta pesquisa encontrei então atitudes discriminatórias contra as mulheres em documentos constantes tanto no Brasil como no exterior, especialmente nos Estados Unidos (LIMA, Wamberto Queiroz de; STORNI, Maria Otilia Telles, 2010, SANTOS, M.G., 2002 e REILY, 1997). Ao confirmar minhas hipóteses em termos genéricos, tive mais clareza no que pretendi aprofundar, nesta problemática, que se apresentava como velada, contraditória ou simplesmente negada, o que aumentava a minha perplexidade e interesse em desenvolver esta pesquisa.

As mulheres que mais falavam sobre o pastorado feminino estavam sendo dirigentes de igrejas no interior do estado, sem destaque algum na denominação e aquelas que conseguiam se projetar na capital estavam atuando como auxiliares de outros pastores. Senti a necessidade de partir para uma investigação sobre a temática “pastorado feminino e as relações de gênero e poder nas igrejas evangélicas tradicionais” para tentar obter maior conhecimento sobre o tema, verificando se existia algo no ministério pastoral masculino ou mesmo dentro das estruturas evangélicas de contexto tradicional contra a mulher, especialmente quando ela resolvia exercer o pastorado.

A importância deste trabalho se dá pelo fato de tornar visível o dilema ético-religioso do preconceito e discriminação das mulheres pastoras que atuam em igrejas evangélicas tradicionais. Trata-se de um tema inédito nas igrejas evangélicas tradicionais e busca reavaliar este posicionamento anti-feminino que, mesmo negado nas falas oficiais, existe em algumas passagens bíblicas circunstanciais, e que são repetidamente mencionadas. Considero que esta repetição é fruto de uma releitura que gera uma imposição silenciosa de alguns na sociedade e pode enfraquecer a legitimidade do cristianismo, apontando para uma direção cada vez mais autoritária e preconceituosa contra as mulheres ao invés de ser ao contrário.

As barreiras e dificuldades da participação em cargos de liderança, que incluem o pastorado compõem mentalidades submersas e escamoteadas que geralmente estão no mundo das coisas “não ditas”, onde os valores patriarcais existem e são compartilhados, mas, são também velados e escamoteados, ainda que sejam eventualmente tratados como sendo existentes e condicionadores da vida cristã. Por trás da exaltação e valorização das mulheres há um controle ferrenho sobre suas ações, só podendo realizar o que se lhes permite, não o que desejam ou estão capacitadas para fazer.

Uma das principais justificativas desta pesquisa é trazer a tona esses elementos simbólicos referentes às mentalidades tradicionalistas patriarcais do universo “não dito” dessas comunidades religiosas. Esta pesquisa facilita a melhor compreensão do fenômeno religioso e os desdobramentos de sua influência na sociedade como um todo, procurando entender a relação da religião com a sociedade, bem como identificar as influências que atualmente orientam a práxis religiosa da Igreja evangélica tradicional brasileira.

Outra justificativa importante deste trabalho é a de trazer uma releitura dos próprios ensinamentos eclesiais que têm prevalecido até hoje na maioria das igrejas tradicionais, sobre o valor do ser humano na ótica cristã e fazer justiça para com as mulheres, destacando o direito de ir e vir, bem como as suas liberdades de expressão garantidas por lei. Pretende-se desvendar essas atitudes discriminatórias “não assumidas” porque o tema ofereceu dificuldades para a realização da pesquisa: O problema de se trabalhar com a não aceitação da mulher nos lugares significativos de poder nas estruturas eclesiais em estudo é sempre manifestada de forma dissimulada através da utilização de textos bíblicos. A isso, se acrescenta o fato de que os evangélicos tradicionais tentam, contraditoriamente, manter um discurso “igualitário e democrático”, o que teoricamente dificulta a explicitação de conflitos dessa natureza em meio à convivência denominacional.

A contribuição que se espera dar ao mundo acadêmico é demonstrar que há discriminação da mulher em algumas igrejas evangélicas de contexto tradicional, por mais que se diga o contrário, porque elas nunca estão ocupando espaços na hierarquia desta igreja. Esta questão está sendo evidenciada por mim, o autor desta dissertação, que por ser do sexo masculino, posso vir a estimular outros homens a repensarem suas próprias mentalidades dentro e fora dessas estruturas existentes.

1.3 PROBLEMA E OBJETIVOS DE PESQUISA:

1.3.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Qual é o conteúdo discursivo expresso por pastoras ordenadas na Igreja Batista da Paraíba referente às suas vivências na estrutura das relações de poder formal estabelecido dentro desta instituição, cujas instâncias superiores relutam em aceitar o pastorado feminino?

1.3.2 OBJETIVOS DE PESQUISA

OBJETIVO GERAL

Analisar o conteúdo discursivo expresso por pastoras ordenadas na Igreja Batista da Paraíba referente às suas vivências na estrutura das relações de poder formal estabelecido dentro desta instituição, cujas instâncias superiores relutam em aceitar o pastorado feminino

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Conhecer os conteúdos formais-documentais sobre as dificuldades de acesso das mulheres ao pastorado nas Igrejas Batistas da Paraíba;
- ❖ Interpretar os relatos de duas pastoras Batistas relacionados às dificuldades de acesso das mulheres aos cargos da hierarquia desta denominação;
- ❖ Analisar as instâncias mais visíveis e concretas de discriminação contra as pastoras na sua ascensão aos cargos significativos de uma instituição evangélica tradicional.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

1.4.1 NATUREZA DA PESQUISA

Esta pesquisa será pautada pela metodologia qualitativa, que será desenvolvida pela análise documental combinada com a técnica das histórias de vida relacionadas com as dificuldades vivenciadas por algumas mulheres na conquista dos cargos de pastoras.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Há, entre os profissionais das ciências sociais, uma grande preocupação com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, de acordo com Gil (2002). Bogdan e Biklen (1994) enfatizam que a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.

Esta opção se justifica em razão de a pesquisa se constituir em uma investigação de teor analítico-descritivo exposto mediante registro de dados coletados como pesquisa de campo e documentos. Sendo assim, considero pertinente a utilização deste modelo de abordagem que é explicada por Triviños:

A pesquisa qualitativa [...] é essencialmente descritiva. E como as descrições dos fenômenos estão impregnados dos significados que o ambiente lhes outorga, e como aqueles são produtos de uma visão subjetiva, rejeita toda expressão quantitativa, numérica, toda medida. Desta maneira, a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base à percepção de um fenômeno num contexto. Por isso, não é vazia, mas coerente, lógica e consistente. Assim, os resultados são expressos, por exemplo, em retratos (ou descrições) em narrativas, ilustradas com declarações das pessoas para dar fundamento concreto necessário, com fotografias etc., acompanhados de documentos pessoais, fragmentados de entrevista (1995, p. 128).

A abordagem qualitativa e descritiva escolhida para esta investigação se concretizou em um estudo que segundo Merrian (1988) consiste na observação detalhada de um contexto ou indivíduo.

1.4.2. SUJEITOS DA PESQUISA

A escolha das colaboradoras se deu pelo fato de cada uma estar atuando no ministério pastoral e apresentarem características físicas, financeiras e sociais diferentes, ou seja, há aquelas originárias de classes sociais altas, as de classe média e baixa. Há duas loiras, uma morena e uma negra, sendo uma delas divorciada e estando no segundo casamento.

Atualmente há nove pastoras na denominação Batista na Paraíba e das quatro colaboradoras convidadas inicialmente por mim, apenas duas delas prosseguiram até o fim da pesquisa. As pastoras colaboradoras serão conhecidas nessa pesquisa por numerais.

QUADRO 2

PERFIL DAS PASTORAS DA IGREJA BATISTA PARAIBANA	
Total de pastoras no estado	09
Pastoras colaboradoras desta pesquisa	02
Faixa Etária	25-45
Estado Civil	08 Casadas e 01 Divorciada
Classe social de origem	Baixa/Média/Alta
Pastoras Titulares	03
Pastoras Auxiliares	06
Tempo Integral/ministério	03
Grau de Instrução	Superior

Fonte: o autor desta dissertação

1.4.3 INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Com relação à importância da história oral Porteli (1997) afirma que é a subjetividade do expositor que fornece às fontes orais o elemento precioso que nenhuma outra fonte possui em medida igual. A história oral, mais do que os eventos, fala sobre significados e nela, a aderência ao fato cede passagem à imaginação, ao simbolismo. Também Lalande e António comentam que:

É cada vez mais freqüente a utilização por parte da sociologia de técnicas qualitativas baseadas na relação aprofundada com um pequeno número de atores sociais. A história de vida, a biografia, a entrevista em profundidade, são disso exemplo e poderão representar para a investigação sociológica instrumentos privilegiados de análise de realidade (LALANDA, 1998, p. 872).

Esta técnica de investigação possibilita verificar a importância atribuída pelos narradores aos acontecimentos, abrindo a porta a novos significados uma vez que, contribui para o entendimento das representações e da interpretação dadas aos diferentes acontecimentos da vida cotidiana do sujeito (ANTÓNIO, 2004).

É importante perceber na história de vida que há uma dimensão moral e ética que precisa ser respeitada pelo investigador. Isto porque há, na história de vida de cada narrador, uma subjetividade implícita decorrente das suas experiências individuais e coletivas. A história de vida é um trabalho que exige que o pesquisador apreenda a realidade para poder melhor compreendê-la. Por que “cada indivíduo tem uma complexidade única, logo diferentes aspectos de ordem pessoal, como idade, a experiência pessoal de vida e relação familiar, interagem com aspectos de ordem social” (ANTÓNIO, 2004, p. 102).

Um modo de recolher histórias de vida é utilizando entrevistas, que segundo Antonio (2004, p 102.) trata-se de uma técnica que possibilita o pesquisador ter acesso a informações relativamente profundas. As entrevistas podem ser formais ou informais, dependendo do tipo de informação que se pretende recolher. Por norma, quanto mais estruturada for uma entrevista, mais fácil será a análise e interpretação dos resultados. Mas, cada entrevista é um caso particular, podendo questionar-se a legitimidade da informação recolhida ser dirigida pelo próprio investigador.

Ainda sobre a história oral de vida, de acordo com Ana Sofia António (2004, p. 98-99):

As histórias de vida permitem reconhecer o sujeito não só enquanto profissional ou agente de uma determinada ação, mas também, enquanto pessoa. Neste sentido a recolha de informação, humaniza a própria investigação. Ora, no âmbito de uma investigação interessa, muitas vezes, conhecer os ‘mundos vividos’ pelos sujeitos, assim como, perceber a articulação entre as ações por eles exercidas e as suas vidas.

A mesma autora complementa que:

Uma história de vida pode assim traduzir-se numa narrativa aonde vários factores se vão dando a conhecer, tais como as relações familiares, o desenvolvimento pessoal, o meio sócio e cultural no qual o indivíduo se insere, a carreira profissional e o próprio quotidiano pessoal e profissional se vão dando a conhecer (2004, p. 100).

Claro está que a intensidade e o interesse que a informação obtida através de uma entrevista estão diretamente condicionados pela liberdade que o entrevistador der ao entrevistado. Contudo, o entrevistador nunca pode contar com a total espontaneidade do narrador, já que, este último raramente se sente à vontade para mencionar exatamente o que pretende. Para a coleta das falas das colaboradoras participantes foi utilizada a técnica da entrevista semi-estruturada – que será gravada caso elas assim concordem. Bogdan e Biklen (1994, p. 134) lembram que:

a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma idéia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo.

Mais na frente os mesmos autores esclarecem:

Nas entrevistas semiestruturadas fica-se com a certeza de se obter dados comparáveis entre os vários sujeitos, embora se perca a oportunidade de compreender como é que os próprios sujeitos estruturam o tópico em questão. Se bem que esse tipo de debate possa animar a comunidade de investigação, a nossa perspectiva é a de que não é preciso optar por um dos partidos. A escolha recai num tipo particular de entrevista, baseada no objectivo da investigação. Para além disso podem-se utilizar diferentes tipos de entrevista, em diferentes fases do mesmo estudo. Por exemplo, no início do projecto pode parecer importante utilizar a entrevista mais livre e exploratória, pois nesse momento o objectivo é a compreensão geral das perspectivas sobre o tópico. Após o trabalho de investigação, pode surgir a necessidade de estruturar mais as entrevistas de modo a obter dados comparáveis num tipo de amostragem mais alargada (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 135-136).

Os dados das histórias de vida específicas deste trabalho vão ser analisados à luz do método fenomenológico. Em outras palavras, serão analisados os relatos biográficos ligados principalmente ao trajeto das pastoras desde o momento em que receberam o chamado divino até serem estabelecidas numa igreja estruturada como pastoras ordenadas, sendo titulares ou auxiliares nela.

Triviños (1987 p. 41-48) define a fenomenologia como o “estudo das essências onde se descreve o mundo vivido dos sujeitos” – e, os sujeitos pesquisados, que no caso são as duas pastoras, descreveram suas experiências com base na expressão do que consideraram importante para elas, dentro da temática intencionalmente proposta pelo pesquisador. De acordo com Chaves e Storni (2002), essa expressão do essencial depende da consciência do sujeito pesquisador e do sujeito investigado. Desta maneira, a “intencionalidade determina o resultado do que ficou da experiência na consciência do sujeito que a viveu”. É também o apurado da história, como indica Geertz (1989).

Segundo Husserl (apud GIL, 1999, p. 32-33), do ponto de vista fenomenológico a realidade é “entendida como o dado que emerge da intencionalidade da consciência voltada para o fenômeno. A realidade é o compreendido, o interpretado, o comunicado”, ou seja, não há uma única realidade, mas tantas quantas forem as suas interpretações. A fenomenologia ressalta a importância do sujeito pesquisado, que observa a realidade à qual pertence.

Segundo Piaget (apud Triviños, 1995), a intencionalidade faz parte das peculiaridades íntimas dos sujeitos, e neste sentido foram focalizadas por existencialistas como Sartre, Camus, Marcel, Merleau-Ponty, Ricoeur, Heidegger e Scheler e outros, que tentaram interpretar sentimentos como angústia, temor, desesperança etc. Este é o recorte a ser utilizado na análise dos dados desta pesquisa.

Também será utilizada a técnica da observação simples para complementar os dados das entrevistas. Sobre a observação Laville & Dione (1999, 176, *italico dos autores*) afirmam:

A observação como técnica de pesquisa não é contemplação beata e passiva; não é também um simples olhar atento. É essencialmente um olhar ativo sustentado por uma questão e por uma hipótese cujo papel essencial – é um *leitmotiv* desta obra (...) Não é, pois, surpreendente que a observação tenha também um papel importante na construção dos saberes, no sentido em que a expressão é entendida em ciências humanas. Mas para ser qualificada de científica, a observação deve respeitar certos critérios, satisfazer certas exigências: não deve ser uma busca ocasional, mas ser posta a serviço de um objeto de pesquisa, questão ou hipótese, claramente explicitado; esse serviço deve ser rigoroso em suas modalidades e submetido a críticas nos planos da confiabilidade e da validade.

Em suma, esses são os principais delineamentos metodológicos desta pesquisa.

1.5 DESCRIÇÃO DA PESQUISA

A necessidade de pesquisar sobre as relações de gênero e pastorado feminino na Igreja Batista, foi despertada em minha mente quando como participante do grupo de pesquisa Lysis na UFPB, coordenado pelo Prof. José Vaz Neto, no qual se estuda gênero, sexualidade e poder no contexto religioso, e lá debati com os demais participantes alguns textos de autores ligados com a teoria Queer, como Seidman (1995) e Guacira Lopes Louro (2001), e outros como Conceição Nogueira (2001), Fernanda Lemos (2007), José María Valcuende del Río (2006) e Lupicínio Íñiguez (2005), que questionam as estruturas de poder e relações de gênero vigentes. Além do mais, não posso deixar de informar o importante estímulo trazido pelos

mestrandos, que através de suas participações no grupo, relatavam o andamento de suas pesquisas.

Questionei então, se dentro da estrutura religiosa da qual participo, existiria algo que pudesse colaborar com as reflexões do grupo e contribuir substancialmente para a academia. Lembrei-me que um ponto em que havia debates nessa denominação era sobre a mulher ser aceita como pastora. Mas, parecia que já se tinha resolvido as pendências à luz da Bíblia e chegado a um consenso, uma vez que o pastorado feminino foi aprovado para os Batistas no Brasil, no ano de 2007.

Comecei a aproximar-me dos pastores e pastoras para buscar entender um pouco de como andava o pastorado feminino e sua representatividade no Brasil e na Paraíba, através de pequenos diálogos, de maneira informal. De início senti resistência por parte de algumas delas quando perguntava sobre o tema, pois, nas denominações religiosas esse assunto não é tratado de forma aberta, clara, objetiva, nem mesmo por elas, e muito menos em termos formais de uma pesquisa acadêmica.

Percebi ao meu redor um número pequeno de mulheres ordenadas ao ministério pastoral e algumas descontentes com a falta de campo de trabalho, oportunidades para pregar nas igrejas e uma possível falta de visão daqueles que dirigiam os órgãos responsáveis pela organização das estruturas eclesiais evangélicas de contexto tradicional. Após esse conhecimento e reflexão, entendi que o pastorado feminino embora tivesse sido aprovado nas estruturas de poder existentes, ainda poderia estar passando por dificuldades frente à estrutura patriarcal nas denominações religiosas, sofrendo discriminação nas relações de gênero, o que afetaria o andamento desse pastorado. Seria esse então meu objeto de pesquisa.

Para isso resolvi chamar algumas pastoras que já eram do meu círculo de amizades, objetivando assim, tornar mais fácil a abordagem àquelas que ainda não me conheciam como pesquisador. Todas as colaboradoras aceitaram de imediato o convite, como se quisessem ou esperassem por essa oportunidade há muito tempo para expor seus pensamentos, inquietações, mágoas ou algo mais que pudessem expressar. Parecia querer soar como um grito de liberdade, embora de uma forma não tão clara ainda. Porém, elas solicitaram que suas identidades fossem mantidas em sigilo, para que ninguém soubesse de quem se tratava e se poderiam, ao invés de serem entrevistadas, responderem a questionários, para assim (disseram elas) me ajudarem na transcrição de suas falas para a pesquisa.

Disseram também que assim, através de questionário, embora fosse mais informal, o retorno das respostas seriam de forma mais rápida, facilitando mais uma vez para o entrevistador. Uma das colaboradoras se expressou após o convite para responder a entrevista,

que ela iria responder as perguntas sim, mas sem se alongar sobre a discriminação contra o pastorado feminino, pois, achava que isso já existiu nas igrejas e hoje em dia, isso não existe mais.

Por envolver seres humanos, foi necessário encaminhar esta pesquisa para a análise do Comitê de Ética do Hospital Universitário Lauro Wanderley - UFPB. O Comitê realiza um trabalho orientado pela garantia da liberdade científica, pelo exame criterioso das implicações éticas das metodologias propostas, pelo refinamento do compromisso institucional e, principalmente, pelo respeito ao cidadão.

Com base na Resolução nº 196/96 do CNS/MS que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética, em sessão realizada no dia 22/02/2010, após análise do parecer do relator, resolveu considerar aprovado o projeto de pesquisa com o nº 019/11, Folha de Rosto nº 408208, onde foi orientado o acesso às pastoras colaboradoras que seriam entrevistadas, ficando decidido que as mesmas serão conhecidas por numerais como já foi citado, para manter a identidade preservada.

Após a aprovação do Comitê foi enviado inicialmente um questionário com igual teor para as quatro pastoras colaboradoras pela internet, dando-lhes de acordo com a orientação dada, um prazo de quinze dias para que as mesmas o devolvessem respondido. Apesar do prazo, as colaboradoras não as enviaram no tempo previsto. Tive que enviar quatro emails pelo menos para cada pastora colaboradora, nas semanas seguintes, que sempre respondiam justificando se encontrarem muito ocupada para pensar e elaborar as respostas no tempo oportuno.

A pastora colaboradora 4, que é auxiliar numa das igrejas de João Pessoa foi a que mais demorou para enviar as respostas. Diversas vezes me senti desmotivado por elas para continuar a pesquisa, pois uma vez que as respostas não eram dadas, e se as mesmas não resolvessem colaborar, minha pesquisa não seria realizada.

Finalmente três respostas de quatro questionários enviados chegaram, porém a surpresa foi grande. As colaboradoras tinham respondido o questionário de forma superficial, e embora sabendo que os seus nomes e respectivas igrejas estariam sendo ocultados na pesquisa, penso que não se sentiram a vontade para responder, pois, apenas uma citou a sensação de discriminação quando passou pelo exame no concílio para ordená-la, não acrescentando mais nada.

Depois destes, chegou o último questionário, da pastora 4, que resumiu em poucas linhas os fatos de sua vida ministerial, principalmente. Pensei então, o que estaria levando as minhas colaboradoras a não responderem como tinham me contado anteriormente. Todas

comentaram informalmente que tinham sofrido discriminação, mas, suas respostas vieram de forma insuficiente. Perguntei-me: quais teriam sido as razões para essa dificuldade para expressar por escrito suas vivências?

Nesse mesmo período houve um fato que reforçou a minha proposta de pesquisa. Chegou à minha residência uma senhora que me conhecera numa igreja que participei anteriormente, dizendo que Deus teria falado com ela sobre o ministério pastoral feminino. Resolvi ouvi-la e fiquei surpreso que durante o seu relato por mais de duas horas falando quase sem parar, ela revelou que Ele (Deus) teria lhe mostrado onde começar uma igreja, quais as pessoas que ela deveria convidar para fazer parte da membresia, o local da construção do templo e até o nome que a instituição religiosa teria.

Para meu espanto, no final do seu relato ela confidenciou que apesar de Deus ter dito tudo isso a sua pessoa, ela sentia que era para ser minha pastora auxiliar. Questionei-a então, qual seria o motivo de Deus revelar a ela isso tudo e no final, me colocar para dirigir a igreja, como pastor titular e não ela? Ela gaguejou, mas por fim declarou que não se sentia a vontade para ser pastora de uma igreja, porém sentia-se chamada por Deus para dirigir grupos de mulheres, tal como já existe na estrutura eclesial Batista. Este episódio evidenciou o modo como algumas mulheres interpretam a sua vocação e chamada e, ao mesmo tempo delegarem a si mesmas trabalhos que são considerados como “secundários” e “menos importantes” do que o de titular de todos em uma igreja. Foi isso que me impulsionou a enfrentar as dificuldades da pesquisa.

Senti que a questão da possível “auto-discriminação” contra o pastorado feminino existia e continuaria “oculto” e aceito como “normal” durante muito tempo se não fosse levado para contextos de reflexão científica. Novamente, junto com a orientadora foram organizadas questões visando uma possibilidade da formação de um grupo focal com as pastoras colaboradoras. Sabia que não seria muito fácil, mas mantive mais uma vez contato com todas as colaboradoras e informei sobre a necessidade de mais uma entrevista, em grupo focal, agora com a possibilidade de serem gravados os áudios das falas, caso elas consentissem. Meu telefonema mais uma vez foi recebido com alegria por todas as colaboradoras, sendo então marcado o dia e horário para a realização do grupo focal.

Cheguei ao local das entrevistas uma hora antes do previsto, visando não haver atraso da minha parte, porém das quatro colaboradoras que tinham recebido o convite para a realização do grupo focal, nenhuma chegou no horário estabelecido. Aguardei mais meia hora, quando chegou a pastora colaboradora 1 e relatou da necessidade de realizar a entrevista naquele momento, haja vista que ela teria outros compromissos. Temendo não conseguir

realizar a entrevista, optei por deixar de lado a técnica do grupo focal e comecei a fazer uma entrevista semi-estruturada com aquela pastora colaboradora, no seu horário determinado. Após terminar a entrevista com a primeira pastora, recebi o comunicado da secretária de onde estávamos que uma das colaboradoras, a pastora 4, não viria para a entrevista, pois estava viajando.

Depois outra colaboradora comentou que aquela que mandou avisar que não viria, estava sem querer falar mais sobre o assunto comigo, possivelmente temendo represálias. Respeitei, mas, pude perceber, primeiramente, que o silêncio, em algumas situações, é rico de significados e possibilidades de interpretações: foi justamente a colaboradora que enviou as respostas do questionário da primeira entrevista em data mais atrasada possível. Era ela a que mais elogiava a pesquisa que estava sendo feita e a que menos respondia.

Após terminar a entrevista com a primeira colaboradora, que teve a duração de vinte e um minutos e vinte e dois segundos, chegou a pastora 2, que falava “não dispor de muito tempo” para a entrevista, solicitando-me que se fosse possível, comesse naquele momento a segunda entrevista. Não parei nem para beber água. Mesmo sentindo sede, parti na realização da segunda entrevista. No meio da segunda entrevista que durou vinte e três minutos e vinte e cinco segundos, recebi um telefonema, onde mais uma vez era uma pastora colaboradora, agora a de número 3, que afirmava não poder vir devido o seu filho de dois anos estar dormindo, por isso não podia sair de casa. Pediu inúmeras desculpas, afirmou que estaria disposta em outro dia, a colaborar com a entrevista e que veria qual o dia mais apropriado.

Essas duas entrevistas não foram realizadas, pois as pastoras alegaram falta de tempo mais uma vez. Como já afirmei acima, os dados silenciosos falam por si, ou seja, ficou visível a dificuldade de as pastoras ausentes encararem e falarem sobre a sua própria ousadia de se tornarem pastoras. Segundo a orientadora, como consegui entrevistar duas pastoras que deram dados ricos e mais completos que o questionário anterior, pude completar o processo de pesquisa de campo desta dissertação.

CAPÍTULO 2

**O PASTORADO FEMININO E AS QUESTÕES DE GÊNERO
(E PODER): FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

“Considerando a repressão, a difamação e a demonização das mulheres, toda a história da Igreja faz parte de um longo, arbitrário e bitolado despotismo masculino sobre o sexo feminino. E esse despotismo continua até hoje, ininterrupto”.

(RANKE-HEINEMANN, 1996, p. 148)

CAPÍTULO 2

O PASTORADO FEMININO E AS QUESTÕES DE GÊNERO (E PODER): FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão apresentadas as principais formulações teóricas que inspiraram esta pesquisa, o que inclui tanto as fontes acadêmicas quanto as de natureza religiosa e bíblica.

A discriminação contra as mulheres existe no mundo de dentro e fora das igrejas, mas, tudo passa pela leitura e entendimento de alguns trechos bíblicos interpretados por essa ou aquela estrutura eclesial, segundo a visão do seu líder ou órgão deliberativo. Mediante a tomada de decisão destes, algumas igrejas apresentam-se contra o pastorado feminino, outras são a favor e algumas nem se expressam publicamente sobre o tema.

De acordo com Gimenes (2010), um exemplo claro do que se passa com a vida da mulher na igreja evangélica tradicional está exposta em algumas situações que ocorrem naquela que foi uma das bases de evangelização no Brasil, uma convenção² norte-americana. Em 1964, a SBC (Southern Baptist Convention) aprovou a ordenação de mulheres (ou seja, uma congregação local ordenou uma mulher e essa ação não foi revogada pela denominação). No mesmo ano, a liderança da denominação e o controle dos seminários estavam nas mãos de liberais “moderados” (termo usado pela SBC para aqueles que não professam a inerrância bíblica).

Segundo Grudem (2010, p. 5-6), em 1984, após os conservadores retomarem o controle da SBC, a denominação aprovou uma resolução afirmando: “encorajamos o serviço das mulheres em todos os aspectos da vida e obra da igreja com *exceção das funções pastorais e papéis de lideranças que envolvam ordenação*”. Isso significou que, quando o grupo conservador, que acredita ser defensor da inerrância da Bíblia retomou o poder na denominação, revogou sua permissão anterior para ordenar mulheres.

Essa Convenção no Sul dos Estados Unidos, responsável também pelo início da obra evangelística no Brasil, até esse momento podia contar com mulheres ensinando ou estudando em suas instituições teológicas sem serem barradas nessas atividades. Elas ensinavam na

² Grupo formado por um grande número de igrejas de uma determinada região, atuando como “centro coordenador” e que deveria, além de atender os anseios missionários, organizar o trabalho da denominação (YAMABUCHI, 2009, p. 114).

Escola Bíblica Dominical, eram educadoras religiosas e regiam corais, independentemente da presença masculina entre os alunos.

Gimenes (2010, p. 2) ainda continua,

Os missionários que estavam atuando no Brasil naquele período foram impedidos de continuar a obra, por não concordarem com as novas exigências. Isso foi feito sob o argumento de preservar a fidelidade às Escrituras, porém o que mudou foi a maneira de interpretar a Bíblia. Em decorrência disso, mulheres passaram a ser impedidas de ensinar em alguns seminários e igrejas onde houvesse presença masculina e até proibidas de se matricular em disciplinas, que no exercício de sua função dentro das igrejas, as colocariam em suposta posição de autoridade sobre homens.

Um dos problemas enfrentados é que os aliados deste tipo de pensamento contra a consagração das pastoras se apresentam como os grandes defensores da chamada “inerrância bíblica”, já que aderiram a uma interpretação literal, como declaram, dos textos sagrados, sem considerar a cultura no qual foram produzidos. Textos como esses que se seguem, são modelos simbólicos e discursivos utilizados para tentar justificar a dominação sobre a mulher, impossibilitando o acesso aos lugares de poder.

"As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor. Porque o marido é o cabeça da mulher..." (Ef. 5: 22 e 23, NOVO TESTAMENTO, 1993, p. 161).

"Assim também as mulheres sejam em tudo submissas ao seu marido." (Ef., 5: 24-b, NOVO TESTAMENTO, 1993, p.161).

“Conservem-se as mulheres caladas nas igrejas porque não lhes é permitido falar; mas estejam submissas como também a Lei o determina. Se, porém, querem aprender alguma coisa, interroguem, em casa, a seu próprio marido, porque para a mulher é vergonhoso falar na igreja” (1 Co., 14:34-35, NOVO TESTAMENTO, 1993, p.144).

“A mulher aprenda em silêncio, com toda a submissão. E não permito que a mulher ensine, nem exerça autoridade de homem; esteja, porém, em silêncio. Porque, primeiro, foi formado Adão, depois Eva. E Adão não foi iludido, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. Todavia, será preservada através de sua missão de mãe, se ela permanecer em fé, e amor, e santificação, com bom senso” (1 Tm. 2:11-15, NOVO TESTAMENTO, 1993, p.172).

Algumas passagens, especialmente de alguns apóstolos, referentes às mulheres, são hoje consideradas como fontes de “verdade absoluta” e são citadas como discurso, ou seja, de modo manipulado, já que não retratam os ensinamentos de Jesus sobre as mulheres, encontrados no novo testamento. São esses discursos pastorais que são proferidos às mulheres

evangélicas, de modo a parecerem recheados de temor e tremor. Dessa forma expressaram-se Silva e Nogueira confirmando a desqualificação da mulher:

As escrituras parecem não deixar margem de dúvida. A mulher é um ser perigoso, uma presa fácil aos propósitos de Satanás, pois exala sua sexualidade para distanciar o homem do caminho da salvação. A partir desta perspectiva, os homens da Igreja encontram no saber bíblico o fundamento de que precisam para justificar o seu medo do feminino (SILVA, J.C.B., 2008, p. 54).

[...] Amplificado pelo discurso da Igreja, o Diabo preside a vida da comunidade cristã (...). E sua vítima é, por excelência, a mulher. Porque “a mulher está mais predestinada ao Mal que o homem, segundo os textos bíblicos (NOGUEIRA, C.R., 2000, p. 42).

De acordo com Couto (2007, p. 10), independentemente da língua em que foi escrita, a Bíblia deve ser estudada em seu contexto original. Essa coleção de textos é o resultado das experiências religiosas do povo israelense e cita diversas pessoas e lugares que se tornaram referência mundial em termos de religião. Calcula-se que, para sua redação, deve ter sido gasto um período de aproximadamente 1.600 anos e o trabalho de pelo menos quarenta homens de diversas origens culturais, profissões e posições sociais.

A Bíblia foi escrita por homens, analisada durante muito tempo sob uma ótica patriarcal e deles recebendo o testemunho da autenticidade (ANEXO 1) do que foi manuscrito, e fora isso, ainda foi traduzida por homens em épocas diferentes (ANEXO 2). Daí pode-se entender algumas visões que se encontram na bíblia sobre a posição da mulher na sociedade e religião.

Às vezes não está perfeitamente claro se a Bíblia registra apenas um mero relato do que alguém disse ou fez, ou se ela está ensinando que devemos proceder de igual forma. Por exemplo, estará a Bíblia ensinando que tudo quanto os amigos de Jó disseram é verdade? Seriam todos os ensinamentos daquele homem "debaixo do sol", em Eclesiastes, ensino de Deus ou mero registro fiel de pensamentos vãos? Seja qual for a resposta, o estudante da Bíblia é admoestado a não julgar verdadeiro tudo quanto a Bíblia afirma só por ter aparência de verdade (GEISLER, 1997, p. 15).

O Judaísmo, no final da Antiguidade, estava dividido em dois tipos de formação social androcêntrica: o Judaísmo helenista, onde havia uma profunda repulsa pela carne, sendo o medo da sexualidade e da mulher um tema central da cultura, e o Judaísmo rabínico, onde se dava um grande valor à carne, onde as mulheres e a sexualidade eram controladas como elementos essenciais e altamente estimados.

O ódio e o medo em relação a mulher assumiram uma posição central no judaísmo helenista a partir de uma maneira de ver a procriação relacionada a certas fontes culturais gregas essencialmente diferentes da fonte bíblica. Apesar de forças opostas estarem em jogo dentro da própria cultura grega, os temas representados e canonizados pelo helenismo – principalmente a história de Pandora – parecem dar ênfase à rejeição da reprodução e, a partir daí, da mulher (BOYARIN, 1994, p. 89-90).

Sobre a questão do gênero recorreremos a Scott (1990), especialista na história do movimento operário no século XIX e do feminismo na França. É, sem dúvida, uma das mais importantes contribuições teóricas sobre o uso da categoria gênero em história. Na gramática, o gênero é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que torna possíveis as distinções ou agrupamentos separados.

Na sua utilização mais recente, o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” (SCOTT, 1990, p. 72)

Segundo esta autora, historicamente o masculino é tomado como o normativo para a humanidade, o que proporciona a elaboração de uma espécie de contrato sexual nas relações sociais. Esse contrato estabelece o patriarcado moderno e a dominação dos homens sobre as mulheres. Portanto, gênero e poder estão implicados. Scott propôs:

[...] o gênero é uma primeira maneira de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia à significação do poder no Ocidente [...] Estabelecidos como um conjunto de objetivos e referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que estas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial às fontes materiais e simbólicas), o gênero torna-se envolvido na concepção e na construção de poder em si mesmo (SCOTT, 1995, p. 91).

De acordo com Torrão (2005), a partir dos anos 70 do século XX a noção de gênero foi usada para teorizar a questão da diferença sexual, com as feministas norte-americanas. No entanto, estudos centrados apenas sobre as mulheres se revelaram limitados. Em outras palavras, as mulheres só poderiam ser estudadas em sua relação com os homens. Nenhuma compreensão plena poderia ser alcançada em estudos que separassem homens das mulheres e

as teóricas feministas com visão política associavam as categorias de classe e raça em suas análises da perspectiva de gênero. Esses três eixos se constituíam o centro onde são organizadas todas as formas de desigualdade e de injustiça social.

Para Scott (1990), as três categorias não estão no mesmo nível. Classe refere-se à doutrina marxista, às leis econômicas, ao campo histórico e político. Raça, inclusive etnia, e gênero não têm referências semelhantes. De acordo com a mesma fonte, o estudo de gênero promoveu expectativas no sentido da possibilidade de se acrescentar novos temas, de criticar e transformar paradigmas nas diversas áreas do conhecimento humano. Sob a ótica de gênero, até mesmo a história da humanidade haveria de ser desconstruída e recontada. Essa metodologia analítica incluiria as experiências das mulheres tornando-as sujeitos dessa história.

A empolgação feminista na produção de uma história das mulheres, no entanto, sofreu com o descaso da academia. Provavelmente influenciado pelo domínio masculino no campo do conhecimento científico, o meio acadêmico relegou a pretensa história das mulheres a um segundo plano. A teorização de gênero, no entanto, também não escapou de armadilhas encontradas nas ciências sociais. A generalização é uma delas. Essa tendência no uso de gênero pode não só destruir a complexidade que envolve a história, como também impedir a elaboração de análises que levem à transformação social.

Se nos anos 1970 o gênero foi utilizado para teorizar a questão da diferença sexual, nos anos 1980 ele teve uma conotação mais objetiva e neutra do que simplesmente designar mulheres. O propósito foi de buscar uma legitimidade institucional para os estudos feministas. Entender o gênero, para Scott, significa também reconhecer que homem e mulher são “ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes, pois que, quando parecem fixadas, elas recebem, apesar de tudo, definições alternativas, negadas ou reprimidas” (1990, p. 19).

O gênero expõe ainda o dilema da diferença, a construção de desigualdades binárias, de diversidades pretensamente naturais, significa “lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais” (SCOTT, 1990, p. 77-78). É uma diferença que deve se impor também na conceituação de gênero, na medida em que muitas vezes os termos *mulher* e *homem* são utilizados enquanto categorias homogêneas e sem história, ou sem relação entre si.

Linda Nicholson (2000) propõe que, ao pensarmos no sentido do conceito mulher, devemos entendê-lo como uma palavra “cujo sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características (...)” (p. 35). Dessa forma, a escolha das fontes e as questões que colocamos a

essas fontes devem ser repensadas, e nisso os estudos de gênero também podem contribuir para uma renovação da epistemologia da história e das ciências, não apenas humanas, mas de todas as chamadas “ciências do homem”.

Scott (1990) chama a atenção para a necessidade de se entender o gênero enquanto a relação entre os sexos, de como é assegurado um significado para os conceitos de homem e mulher e as práticas pelas quais os significados da diferença sexual são definidos (p. 89). Segundo Amussen (1985), não apenas as mulheres aprendem a ser femininas e submissas, e são controladas nisto, mas

também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade. Um sistema de divisão sexual de papéis muda lentamente, por deslizamentos de sentido graduais. E isso diz respeito às mulheres e aos homens. Eles aprendem a ser dominadores e ativos e elas, a serem submissas (p. 270).

Alguns comportamentos são definidos pela cultura como sendo pertencentes a um ou outro sexo, aos quais homem e mulher ‘devem recalcar para serem reconhecidos como homem e mulher’ (NOLASCO, 1995, *Apud* AMUSSEN, 1985, p. 17).

O que se configura hoje como uma liberação para os gêneros, a emancipação do homem e da mulher, seria simplesmente liberar alguns aspectos masculinos da personalidade das mulheres (trabalho, produção científica, competição, esportes) e alguns - mas nunca todos – femininos da personalidade do homem (afeto, paternidade responsável, cuidados da casa, beleza).

Segundo os autores acima, este discurso não só cria uma essência do que é ser *homem* e *mulher*, que são discursos identitários nos quais mulheres e homens não são convidados a interferir, mas mantém intactos todos os preconceitos que diz eliminar. E, se o gênero se preocupa em escrever uma História das Mulheres, deve igualmente se ocupar de escrever uma História dos Homens, que também nunca existiu. Pois, se o homem esteve sempre nos livros de história e nos arquivos, foi enquanto uma categoria construída social e politicamente, tanto quanto as mulheres o foram em sua ausência.

Ainda sobre gênero, Louro (2008) declara que ao lado das instituições tradicionais existentes, como o Estado, as igrejas ou a ciência, agora outras instâncias e grupos organizados reivindicam, sobre a sexualidade, suas verdades e sua ética (2001, p. 1). Ao redor dos anos 90 do século XX, um grupo de intelectuais passou a utilizar o termo “Queer” para descrever seus trabalhos e suas perspectivas teóricas. Traduzido por estranho, ridículo, excêntrico, raro, extraordinário, a expressão “queer” também se constituiu na forma pejorativa com que passaram a ser chamados algumas mulheres e homens homossexuais.

A Teoria Queer mostra uma nova dinâmica dos movimentos e teorias sexuais e de gênero em ação. Os chamados teóricos queer, sugerem uma teoria e uma política pós-identitárias. As críticas são dirigidas à posição binária (masculinidade/feminilidade, homem/mulher), heteronormativa. Sobre essa teoria diz Seidman:

Os/as teóricos/as queer constituem um agrupamento diverso que mostra importantes desacordos e divergências. Não obstante, eles/elas compartilham alguns compromissos amplos – em particular, apóiam-se fortemente na teoria pós-estruturalista francesa e na desconstrução como um método de crítica literária e social; põem em ação, de forma decisiva, categorias e perspectivas psicanalíticas; são favoráveis a uma estratégia descentradora ou desconstrutiva que escapa das proposições sociais e políticas programáticas positivas; imaginam o social como um texto a ser interpretado e criticado com o propósito de contestar os conhecimentos e as hierarquias sociais dominantes (SEIDMAN, 1995, p. 125).

Entre os teóricos Queer Judith Butler (2003) é uma das mais destacadas e os *insights* de Michel Foucault (1979) sobre a sexualidade se tornaram relevantes para a formulação dessa teoria. É importante destacar que a teoria queer não será utilizada nesta pesquisa, mas, registramos a sua ocorrência e importância neste rastreamento teórico.

Quanto aos papéis das mulheres na atualidade, Kollontai (1982) escreve em *A libertação da mulher*, as novas reconfigurações que a família está tomando. “A mulher nada detinha financeiramente, nem tão pouco pode expressar a sua própria vontade” (p. 45). Esta autora fez um balanço substancial sobre família, começando a tratar sobre a formação genética, onde o chefe era uma velha mãe, com os filhos agrupados ao seu redor, que traziam netos e bisnetos, todos numa organização social e trabalhando juntos, até chegar à formação tradicional, onde o homem era o centro das tomadas das decisões e apenas dele provinha todo o sustento da casa.

De acordo com esta autora, em tempos passados, a vida da mulher, principalmente das classes pobres, morando no campo ou na cidade, existia apenas no seio da família. Toda a informação que ela recebia, era dentro do espaço de sua casa. Fora dele, muita coisa ela não sabia. Realizava as tarefas diárias destinadas a ela e interagia com o comércio externo, quando fiava ou produzia algo que pudesse ser vendido nas feiras. Realiza as tarefas que as mulheres de hoje se encontram aliviadas.

Hoje se busca novas relações entre o homem e a mulher, que seja uma união de afeto, companheirismo, independentes e trabalhadores. Sem a escravidão doméstica da mulher ou de quem quer que seja com a possibilidade não apenas do marido a manter, mas também seus braços, que trabalham (KOLLONTAI, 1982, p. 51).

Já Oliveira (R. D., 1999, p. 51), no segundo capítulo de *O elogio da diferença*, comenta sobre a armadilha da igualdade e parte do questionamento feito pelo movimento feminista em sua trajetória histórica, do que existia no senso comum sobre a mulher. Trata de dois pontos fundamentais para se entender por quais situações está passando o feminino. Na primeira fase, questionou-se, com duras críticas, a dominação do homem, querendo sempre mostrar que mulheres não são inferiores a eles, podendo chegar a exercer as mesmas profissões. Esse pensamento foi expresso no fim do século passado.

De acordo com esta autora, a segunda fase desse questionamento traz as mesmas afirmações anteriores, porém acrescidas do termo *diferença*.

Embora as mulheres possam fazer as mesmas coisas, são diferentes dos homens. E essa diferença deve ser considerada de fundamental importância para os sexos, não representando uma desvantagem para a mulher de forma alguma, nem consagrando a virilidade do homem, mas, mostrando um potencial enriquecedor de críticas à cultura (OLIVEIRA, R. D., 1999, p. 70).

Adotando essa visão cheia de novos valores, o movimento feminista desempenhou o papel exercido pela minoria ativa, que se desvia do senso comum, desafiando-o e gerando novas transformações das relações e normas que existem na sociedade, pela postura de suas posições tomadas frente ao embate travado. Esse desvio, não é visto como uma disfunção parcial e passageira, que deve ser corrigida, mas, como um processo primordial para a existência das sociedades. Será através dessa recusa de prosseguir da mesma forma, como nos anos anteriores, que ocorrerão as mudanças de comportamentos, normas e valores que existem dentro dessas sociedades organizadas de forma linear.

A primeira contestação feita pelas mulheres foi quanto ao conceito do que seria feminino e masculino. O consenso ideológico começou a ser quebrado, pois havia um discurso masculino que afirmava o que seria uma mulher normal, destacando o seu papel, lugar, imagem e identidade social. Resultou desse quadro montado artificialmente, a exclusão de muitas mulheres que não se encaixavam nesse estereótipo organizado, ficando a margem da sociedade, no campo da invisibilidade social.

Questionando então, papéis e normas sociais já pré-estabelecidos, entrando em espaços proibidos e chegando a produzir um discurso que não agradava a muitos, contrário ao modelo de misoginia vigente, a mulher colocou frente a frente visões de mundo, valores e culturas diferenciadas. Trouxe para o cenário público de certezas dominadoras e excludentes a incerteza, quando começou a questionar o chamado “único certo”. Destacou-se a pluralidade,

no momento em que só se declarava a unanimidade, e o direito de escolhas, onde se exigia a necessária conformidade das pessoas em questão. Foi traçado nesse período, um caminho a seguir.

Segundo Oliveira (R. D., 1999, p. 71), a igualdade das mulheres começa a ser questionadas por elas mesmas, no fim dos anos 80 do século XX, não querendo ser mais aceitas como semelhantes aos homens, mas, sobretudo exigindo o respeito ao seu direito de ser diferente deles. O feminismo da igualdade vai dar lugar ao da diferença, trazendo uma grande contribuição sócio-cultural para todos os envolvidos nesse processo. Reconstruir o feminismo que outrora foi formado será o caminho a ser percorrido pelos movimentos feministas, onde se deve entender que a verdadeira igualdade é a aceitação das diferenças, sem nenhum grau de hierarquia existente pressionando.

Chauí (1991) em *Repressão sexual, essa nossa (des)conhecida*, não apenas ressalta o papel sexual da mulher, mas, aponta para um norte sobre a preocupação da igreja quanto à repressão sexual e geral ao mundo feminino. Esta autora relata que a preocupação da igreja católica com as feiticeiras e a sodomia (homossexualidade feminina) se devia ao temor de que elas criassem um “mundo feminino”, próprio. E que este mundo estaria desvinculado do controle eclesiástico, sendo feito de solidariedade e, sobretudo da profissionalização – e autonomia – da mulher:

Repressão não é apenas uma imposição exterior que despenca sobre nós, mas também um fenômeno sutil de interiorização das proibições e interdições externas (...) sob a forma do desagrado, da inconveniência, da vergonha, do sofrimento e da dor (CHAUÍ, 1991, p. 13).

Esta mesma autora afirma que, a partir da psicanálise, considera-se a sociedade ocidental, de origem judaico-cristã, como uma sociedade falocrata – phalo=pênis; krathós=poder – e patriarcal – sob o poder do pai. O falo é representado consciente e inconscientemente como origem de todas as coisas (poder criador), como autoridade (a Lei do pai) e sabedoria. A mulher seria então, marcada por uma falta ou carência originária, um ser que sexualmente se caracterizaria pela inveja do órgão sexual masculino.

Chauí (1991) lembra que os estudos antropológicos revelaram que se inveja houver, é dos homens em relação às mulheres: a chamada inveja do útero, onde desejariam ter a capacidade procriadora delas. É importante lembrar que durante um longo período (no passado de nossa sociedade), o termo sexo referia-se exclusivamente às mulheres. Estas não tinham um sexo, eram o sexo, precisando ser controladas, punidas, vigiadas de todas as maneiras possíveis.

Nossa sociedade conseguiu transformar as diferenças anatômicas entre homens e mulheres em papéis e em tipos sociais e sexuais, criando uma verdadeira zoologia-sociologia sexual. Reprime-se, assim, a ambigüidade constitutiva do desejo e da sexualidade fazendo da diferença e multiplicidade sexuais um tormento, um crime, uma doença e um castigo (CHAUI, 1991, p. 33).

A mesma autora lembra também que as mulheres são diferenciadas pela sociedade, mesmo em contos de fadas, estando sempre a espera do príncipe encantado, sendo perseguidas pela bruxa, ou sendo metamorfoseadas. Em geral, adormecem ou viram animaizinhos frágeis – pomba, corsa – e os meninos quando adoecem, viram animais repugnantes (frequentemente sapos) ou pássaros.

De acordo com estudos feitos pela antropóloga Margareth Mead (1967), a respeito de três sociedades primitivas, buscando comparar como elas desenvolveram atitudes em relação ao temperamento baseando-se nas diferenças sexuais, notou-se que havia diferentes formas de organização social. Numa delas, homens e mulheres foram educados para serem carinhosos, pacíficos, compreensivos, falantes, possuindo sexo e temperamento do tipo que nossa sociedade julga *próprios do sexo feminino*.

Na outra, homens e mulheres foram educados para serem agressivos, violentos, sem muito falar, possuindo sexo e temperamento que nossa sociedade julga ser *próprio do sexo masculino*. E na terceira sociedade, as mulheres são educadas para o poder e o comando, enquanto os homens são educados para a lavoura, o artesanato, o cuidado das crianças, papéis domésticos, realizando padrões exatamente opostos aos que nossa sociedade imagina “naturais” e universais dos homens, como ela mesma relata.

Todas as discussões sobre o estado das mulheres, sobre o caráter, o temperamento das mulheres, sobre a submissão e a emancipação das mulheres, fazem perder de vista o fato fundamental, isto é, que os papéis dos dois sexos são concebidos segundo a trama cultural que se acha nas bases das relações humanas e que o menino, à medida que se vai desenvolvendo, é modelado tão inexoravelmente quanto à menina, segundo um cânone particular e bem definido (MEAD, 1967, p. 22).

Estudei essa questão nos plácidos montanheses Arapesh, nos ferozes canibais Mundugumor e nos elegantes caçadores de cabeça de Tchambuli. Cada uma dessas tribos dispunha, como toda sociedade humana, do ponto de diferença de sexo para empregar como tema na trama da vida social, que cada um desses três povos desenvolveu de forma diferente. Comparando o modo como dramatizaram a diferença de sexo, é possível perceber melhor que elementos são construções sociais, originalmente irrelevantes aos fatos biológicos do gênero de sexo (1979, p. 22).

De acordo com Chauí (1991), estudos como esses nos auxiliam a compreender os valores, mitos e preconceitos de nossa própria sociedade e o modo como atuam na repressão da sexualidade ao estabelecerem características que seriam “naturalmente” femininas e masculinas, estimulando-as e reprimindo as contrárias. “Reencontramos aqui, algo semelhante ao que vimos quando a igreja decidiu ensinar as mulheres. O mesmo medo de perder o controle sobre elas” (p. 106).

Em sua obra *Educar para a submissão: o Descondicionamento da Mulher*, Belotti (1981) relata situações reais ocorridas no meio familiar, em creches, em escolas maternais, elementares e médias. Nessas observações, a autora percebeu como as meninas são ensinadas desde pequeninas a serem submissas, passivas, obedientes e nada contestadoras ou críticas, a partir da visão do seu nascimento.

Inúmeras as mulheres que, ao nascer uma menina, tiveram de suportar e suportam ainda a tácita ou expressa comiseração de familiares, parentes e amigos, o ressentimento e a hostilidade do marido e dos sogros, a humilhação de ter lançada no rosto a acusação de incapacidade de gerar filhos do sexo masculino (BELOTTI, 1975, p.13).

A autora mostra como o modelo de "boa menina" transforma as mulheres que o seguem em um grande grupo inferiorizado na sociedade, com salários menores do que o dos homens, menos oportunidades de expressão, criatividade e liberdade. Mesmo assim a autora não tem como ideal que a formação das meninas seja à imagem e semelhança dos meninos. Ela defende que a educação deve dar a meninas e meninos a possibilidade de se desenvolverem da forma que desejarem, independentemente do sexo a que pertencem.

A cultura a qual pertencemos como qualquer outra, serve-se de todos os meios à sua disposição para obter dos indivíduos dos dois sexos, o comportamento mais conforme aos valores que lhes interessa conservar e transmitir (BELOTTI, 1981, p. 8).

Nenhuma mulher exceto as assim chamadas “anormais” ou “transviadas”, gostaria seriamente de ser um homem e possuir pênis: mas a maioria das mulheres, gostaria de ter o privilégio e as possibilidades ligados ao fato de possuí-lo (BELOTTI, 1975, p. 70).

Esta mesma autora afirma que antes de tentar mudar algo, é necessário tentar conhecê-lo. Deve-se descobrir sua gênese em pequenos gestos cotidianos, que já são tão corriqueiros que chegam a passar despercebidos. As pessoas têm reações automáticas, cujas origens e objetivos lhes escapam e que são repetidos sem se ter consciência do seu significado, porque são interiorizados no processo educacional em preconceitos que não

resistem à razão nem aos novos tempos, mas que continuam a ser considerados como verdades intocáveis, no costume que tem códigos e regras inflexíveis.

Mesmo quando a menina tem uma mãe em posição dominante em relação ao marido, perceberá que todavia, o seu domínio se limita ao restrito mundo familiar. Qualquer mulher dominante ocupa, fora da família, uma posição secundária em relação ao mais dominado dos homens (BELOTTI, 1975, p. 6).

Quebrar essas cadeias condicionadas, que são transmitidas de geração em geração, quase intactas não é tarefa fácil. Mas, existem momentos históricos em que os questionamentos parecem ser mais fáceis que em outro período. Um exemplo claro é quando se entra em crise, os valores da sociedade e entre eles, o mito da superioridade natural do homem, junto à suposta fragilidade e inferioridade dita por alguns como pertinentes à mulher. A crítica às mulheres, muitas vezes feitas através de análises, nada mais é que um estímulo para que tomem consciência do quanto sofreram. Esses ideários não devem ser transmitidos às gerações seguintes porque devem entender que podem modificar os discursos a sua volta.

O preconceito contra a mulher se mostra desde o período da gestação, onde as sociedades geralmente têm crenças pré-estabelecidas para saber qual o sexo do feto. Alguns teólogos antigos acreditavam que se o feto fosse macho, a alma entraria nele 89 dias depois da concepção. Se fêmea, 39 dias mais tarde. Essa crença é posterior à dúvida, que perdurou durante muito tempo se as mulheres possuíam alma ou não. As expectativas lançadas sobre os dois sexos começam aqui e jamais terão fim (BELOTTI, 1975, p. 19).

No campo religioso a teóloga e freira católica Ivone Gebara (2000) fala sobre o conceito de gênero e sobre o quão difícil ainda é ter que lidar com os valores hierárquicos que permanecem cada vez mais distantes da realidade cristã. A hierarquia predominante nas Igrejas e a tradicional cultura religiosa têm uma dívida muito grande junto às mulheres. Fortes na fé cristã, trabalhadoras, revolucionárias, pensadoras, críticas, este público vem encontrado eco na Teologia Feminista passando a exercer um novo jeito de ser e de viver a Igreja, a fé.

Gebara (2000) elabora sua teologia a partir das experiências das mulheres, principalmente das brasileiras pobres. Seus pensamentos revelam a importância que esta autora confere à mediação da categoria de gênero na análise das estruturas e dos mecanismos de opressão e dominação das mulheres no campo religioso.

Assim, esta autora critica e desconstrói a teologia patriarcal que elabora o conceito de Deus a partir do ponto de vista masculino e androcêntrico, demonstrando que a imagem de Deus, tal qual nos é imposta por essa ótica pretensamente universalizante, é também uma

construção social e cultural, [...] e isto quer dizer que todos os conceitos sobre Deus, são marcados pela dinâmica cultural e social do Gênero (p. 218).

Segundo esta autora, o conceito de gênero é utilizado por alguns para mostrar que a sexualidade humana é marcada pela realidade das dinâmicas sociais e culturais. Conseqüentemente, as relações sócio-culturais entre homens e mulheres e a própria construção de sua identidade social têm a ver com as imagens ou os modelos de Deus, e reciprocamente.

Os homens responsáveis pelo sagrado poder e sagrado saber [...] não podem suportar uma intrusa em seu domínio: ela os ameaça como Prometeu ameaçou os deuses. E é em nome de seu bem e em nome de Deus que eles interceptam seu caminhar. Segundo a interpretação deles, interceptam na realidade “a errância de sua alma” por demais preocupada com o saber, interceptam seu desejo de transgredir as leis da natureza feminina, para entrar no universo masculino. Sem acesso à sua meta desejada, ela aceita a única solução possível: obedecer, calar-se e deixar-se morrer (GEBARA, 2000, p. 66).

De acordo com a mesma fonte, o conceito de “Deus”, particularmente na nossa tradição cristã, foi forjado a partir da compreensão dos papéis sociais, das filosofias que a marcaram, e uma certa compreensão da justiça e da transcendência explicitada por diferentes grupos. Gebara (2000) propõe, em suas análises teológicas mediadas pela categoria de gênero, um novo modelo para Deus da perspectiva feminista crítica da libertação.

O sociólogo Pierre Bourdieu (2002), trata especificamente da dominação do masculino sobre o feminino em sua obra “A dominação Masculina”. Demonstra que o fato está presente no processo evolutivo histórico do ser humano e para o autor, a dominação do homem sobre a mulher é exercida por meio de uma violência simbólica, compartilhada inconscientemente entre dominador e dominado, determinado pelos esquemas práticos do habitus.

[...] O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos ‘habitus’ e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. Assim a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradição, espontânea e extorquida, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõem [...] (BOURDIEU, 2002, p. 49-50).

Habitus é entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis, que integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações (BOURDIEU, 2003, p. 57 e 58). Segundo Bourdieu o cristianismo católico contribuiu significativamente para a reprodução de sentimentos misóginos.

[A] Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. Ela age, além disso, de maneira mais indireta, sobre as estruturas históricas do inconsciente, por meio, sobretudo da simbólica dos textos sagrados, da liturgia e até do espaço e do tempo religiosos [...] (BOURDIEU, 2003, p. 103).

Denota que mecanismos são acionados pelas principais instituições sociais (família, igreja, escola, Estado), cujas tradicionais funções têm reproduzido, de forma orquestrada, as condições que reforçam as estruturas da divisão sexual. Essa ordem reforçada pelas instituições retira a relação entre os sexos da história e acaba confirmando que a divisão entre ambos é construção social.

A dominação declara este autor, é resultante da violência simbólica que, por sua vez, não é facilmente percebida pelas próprias vítimas e é exercida através das vias simbólicas da comunicação e do conhecimento (também do desconhecimento e do reconhecimento) ou do sentimento. Eis a lógica da dominação: dominante e dominado se relacionam através de um princípio simbólico (língua, estilo de vida, estigma) conhecido e reconhecido por ambos, o que perpetua o sistema de dominação.

A dominação sugere uma espécie de nobreza da masculinidade. Os homens, desde sua infância e no contexto de seu ambiente familiar, são ensinados e condicionados a aceitar as diferenças entre o universo masculino, público, e o mundo feminino, privado. Os lugares de poder e não-poder do homem e da mulher já estão determinados pelas instituições sociais.

Afirma que a aceitação natural e relativamente fácil dessa divisão se dá porque há uma “adesão dóxica” por parte das dominadas. Elas acabam reconhecendo as estruturas da relação da dominação, ou seja, acabam se conformando com os esquemas que são produtos da mesma dominação, onde “as mulheres são seus piores inimigos” (BOURDIEU, 2003, p. 52).

Outra teóloga, que exerce o papel de pastora luterana e que trata sobre gênero é Ivoni Reimer (2001). Ela comenta sobre a situação enfrentada pela mulher na sociedade afirmando:

[...] a partir da biologização de sua identidade, testemunham, no seu revés, exatamente a história de opressão das mulheres confinadas ao domínio privado e controladas por um homem que lhe é superior (pai ou marido). Essa privatização invisibilizou as violações dos direitos humanos das mulheres e, com isso, essas violações contra as mulheres foram esvaziadas de seu sentido público, conseqüentemente, do seu significado político (REIMER, 2001, p. 830).

Ainda segundo a autora, existe uma forte mobilização, em conscientizar para que a mulher obtenha uma cidadania completa, e isso vem acontecendo de maneira solidária e corajosa, por isso reafirma:

No que se refere à análise da estatística da violência homicida, há uma novidade em relação aos anos 1970: agora é possível visibilizar a violência doméstica ou a violência de gênero, porque mulheres e meninas começaram a falar, a denunciar os diferentes tipos de violência sofrida, especialmente na esfera doméstica. Essa prática de narrar ou escrever sobre as vivências de violências, no entanto, é muito difícil (REIMER, 2001, p. 828).

[...] Colocam novos impulsos e desafios para o exercício de uma cidadania responsável e solidária, na construção de uma vida digna e prazerosa para todas as pessoas. (REIMER, 2001, p. 831)

Pretendemos ser construtores de uma nova historiografia, permeada de intenções profundas ao relatar os fatos como eles são e não apenas escrever conforme a determinação oficial, fugindo do que a autora chama de uma linguagem "androcêntrica que facilmente esconde a presença de mulheres, tornando-as invisíveis" (REIMER, 1995, p. 18).

O saber feminino, segundo Souza (2006), provoca medo nos homens que respondem pelas instituições teológicas. Esse saber pode ameaçar a tradição e os dogmas. É inovador, provocador, causa dissensão e também ameaça a hegemonia masculina na produção do conhecimento. Por isso, acreditam que é preciso distanciar as mulheres das disciplinas de poder. Historicamente, de acordo com Delumeau (1989), o conhecimento das mulheres sempre foi desqualificado e perseguido. As histórias míticas da criação, principalmente no contexto judaico-cristão, contribuíram para a desvalorização do saber feminino. Na verdade, houve um processo histórico de “diabolização da mulher” (p. 319). Schwartz (1995) questiona “Se a masculinidade é normativa, como as mulheres podem não ser o Outro?” (SCHWARTZ, 1995, p. 36). Neste sentido Perrot (2005) declara

Em todos os tempos, os homens tiveram medo das mulheres. A mulher é a Outra, a estrangeira, a sombra, a noite, a armadilha, a inimiga. A mulher é Judite ou Dalila, que se aproveita do sono do homem para cortar-lhe os cabelos: a sua força. Este medo ancestral, primitivo, ligado talvez a

sexualidade (e que a Psicanálise, tanto expressa, quanto tenta elucidar), encontra em cada época, sua expressão própria (PERROT, 2005, p. 265).

Associada a diversas imagens negativas, independente de sua condição financeira, civil e credo religioso, a mulher tem sido vista como lado mais fraco, ser mais frágil e com menor inteligência, pelo universo masculinizado. Em entrevista concedida a Schwarzer (1985), Simone de Beauvoir relata um pouco do que foi o cotidiano feminista na França: “na primeira vez em que uma reunião feminina foi feita em Vincennes, um certo número de homens esquerdistas invadiu a sala gritando: o poder está na cabeça do falo” (p. 31).

Como detentora do pecado original para alguns, a mulher enfrentou os seus algozes até nos tribunais da Inquisição, a fim de afirmar a sua posição social, sexual e teológica. “Do fim do século XIV até meados do XVII, aconteceu o fenômeno generalizado em toda a Europa: a repressão sistemática do feminino. Estamos nos referindo aos quatro séculos de “caça às bruxas” (KRAMER, 2000, p. 13). Foi também utilizada como bode expiatório para justificar os males que envolviam a Europa e outras partes do mundo, durante séculos, como afirma Nogueira (C.R., 1991), dizendo que “O encarniçamento dos juízes contra as mulheres, não é devido somente a um antifeminismo virulento, é também uma maneira de transportar para o sexo feminino, o essencial da responsabilidade demoníaca” (NOGUEIRA, C.R., 1991, p. 139).

Encontrei citações dos séculos XIV e XVII, onde está declarado que padres e monges partiram em busca de salvar a fé cristã, era o que diziam eles, e desmascarar o diabo, “... apontando os seus agentes neste mundo: os turcos, os judeus, os heréticos, as mulheres (especialmente as feiticeiras)” (DELUMEAU, 2009, p. 44). O feminino é relacionado no período da história não apenas como demoníaco, mas também imperfeito, sendo discutido sob o ponto de vista de alguns teólogos como Tomás de Aquino e Agostinho, que através de suas reflexões, deixaram explícito alguns posicionamentos, como está exposto pelo próprio Aquino (1947) “não existe mais que um sexo, o masculino. A fêmea é um macho deficiente. Não é então surpreendente que este débil ser, marcado pela imbecilidade de sua natureza, ceda às tentações” (AQUINO, 1947, art. 2). Ranke-Heinemann (1996) através de seus estudos comenta a visão que alguns em determinados períodos históricos, tinham sobre a mulher.

Assim a mulher é um substituto que adquire existência quando a intenção primeira da natureza, a criação do homem, fracassa. É ela um homem com retardo do desenvolvimento. Entretanto, mesmo esse fracasso feminino faz parte do plano de Deus, não num sentido primário, mas secundário (ou qualquer outro que seja) (RANKE-HEINEMANN, 1996, p. 202).

Em decorrência da “deficiência em sua capacidade de raciocínio”, que também é “evidente em crianças e em doentes mentais”, não é permitido às mulheres servirem de testemunhas em assuntos testamentários (RANKE-HEINEMANN, 1996, p. 203).

Tentar provar a inferioridade intelectual feminina gerou em alguns inquisidores medievais, a necessidade de mergulhar em etimologias e formular um discurso de auto-afirmação masculina, como as encontradas por Kramer:

Ela mostra que duvida, tem pouca fé na palavra de Deus. E tudo isso é indicado pela etimologia da palavra: pois Femina procede de Fe e Minus, uma vez que ela é sempre fraca para manter e preservar a fé (2000, p. 115-7)

Ranke-Heinemann (1996) também aponta em sua obra Eunucos pelo reino de Deus algumas afirmações feitas por teólogos que demonstram o quanto a mulher foi perseguida durante vários períodos da história. Os homens têm “uma razão mais perfeita” e uma “virtude mais forte” do que as mulheres (RANKE-HEINEMANN, 1996, p. 202). Citando Agostinho, a autora declara que o teólogo escreveu sobre o que ele acreditava ser o começo de todos os problemas da humanidade, atribuindo a culpa à mulher, Eva.

Por que o demônio não fala com Adão e sim com Eva?, indaga Agostinho. E dá a resposta: Satanás se dirigiu ao elemento inferior dos dois humanos (...) pressupondo que ao homem não seria tão fácil enganar, e que não seria aprisionado por um falso movimento de sua parte, mas só se desviado para outro erro (RANKE-HEINEMANN, 1996, p. 198-199).

Acrescenta a autora que depois que os homens, independente de serem pagãos ou cristãos, conseguiram trazer a mulher de volta para os filhos e para a cozinha, e exigiram para si todas as demais atividades que eram consideradas de aspecto interessante para eles, “ocorreu-lhes a idéia de que o homem é ativo e a mulher é passiva” (RANKE-HEINEMANN, 1996, p. 200).

Com relação à vida social e sacerdotal da mulher, ainda mostra que suas vidas já foram direcionadas por alguns homens para a prática de exercícios físicos e de vida ministerial, porém de forma que elas não viessem a pôr em questionamento a liderança masculina. Clemente de Alexandria, dizia que se preocupava com a prática de esporte por parte das mulheres e suas afirmações eram que:

as mulheres não devem ser excluídas do treinamento físico. Não devem participar das lutas romanas e das corridas, mas deviam praticar fiação de lã e a tecelagem, e ajudar a fazer pão, quando necessário. As mulheres devem também ir buscar na despensa aquilo que precisamos (RANKE-HEINEMANN, 1996, p. 144).

Crisóstomo, por sua vez declarava conhecer uma possibilidade de redenção para as mulheres: “Devemos então dizer que não há salvação para elas? Sim há. De que tipo? A salvação através dos filhos” (RANKE-HEINEMANN, 1996, p. 49). Nos Sínodos, continuaram as opiniões sobre a participação da mulher na liturgia da igreja: Em Laodicéia (século IV) há declarações (Cân. 44) de que “não é permitido às mulheres aproximarem-se do altar”; Nîmes (394) proibia o “serviço sacerdotal” das mulheres; Em Nantes (658) foi levantada uma queixa em que se dizia “ser um desprezo pelas verdades divinas permitirem as mulheres servirem nos santos altares” e os estatutos sinodais de São Bonifácio (754) proibiam as mulheres de cantar nas igrejas católicas. Nesse caso, eram aceitos meninos, caso se queiram vozes de contralto e soprano, ou os castrati (castrados) (RANKE-HEINEMANN, 1996, p. 1945-148).

É com base então nesses fundamentos teóricos que os dados dos capítulos 3 e 4, serão analisados.

CAPÍTULO 3

**O PASTORADO FEMININO E AS QUESTÕES DE GÊNERO:
DADOS DOCUMENTAIS**

Eu só não fui apedrejada porque na época
elas não tinham pedras nas mãos
(Fala da Pastora 2, colaboradora nesta pesquisa, p. 92)

CAPÍTULO 3

O PASTORADO FEMININO E AS QUESTÕES DE GÊNERO:

DADOS DOCUMENTAIS

Neste capítulo apresento os dados documentais da pesquisa, que se referem à estrutura geral da Igreja Batista, bem como, os dados mais destacados que representam a mentalidade patriarcal de seus membros e líderes nacionais e internacionais. É importante esclarecer que não se trata de um rastreamento histórico completo, o que estaria fora do meu alcance, mas, de dados pontuais relacionados com o objeto da pesquisa. Coloquei então em destaque os documentos mais significativos e que dão evidência às ocorrências mais polêmicas e rumorosas desta denominação, especialmente os relacionados com a discriminação feminina.

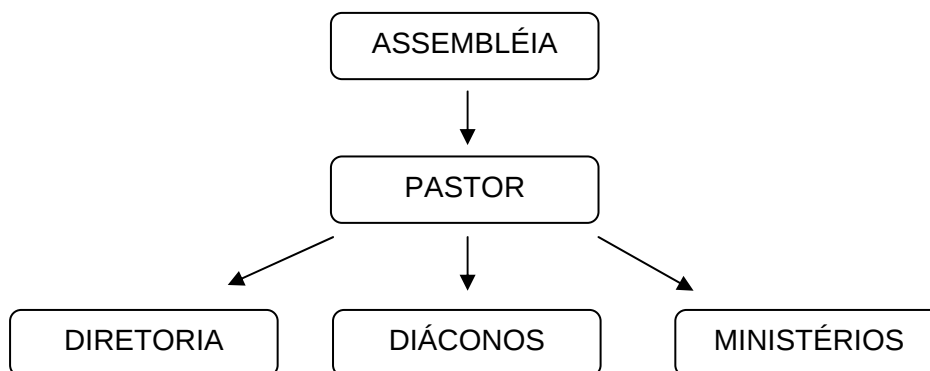
3.1 VISÃO SINTÉTICA DA ESTRUTURA HIERÁRQUICA BATISTA

A organização e funcionamento da Igreja Batista no Brasil, de acordo com a 79ª Convenção Batista Brasileira (1998, p.52 a 77), reproduz o modelo estrutural norte-americano, desde o estabelecimento da Convenção Batista Brasileira em 1907, ou seja, com uma Convenção nacional, Convenções estaduais e Associações regionais.

As Igrejas Batistas constroem sua normatização a partir da aplicação de princípios bíblicos às igrejas locais. Landers (1987) em Teologia dos Princípios Batistas traz uma lista de 10 princípios, que são adotados pelas igrejas no Brasil, mas ainda há outra lista com seis princípios constantes da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira e o texto Princípios Batistas, que sempre são entregues pelas Convenções Batistas dos estados às igrejas filiadas.

Segundo Duduch (2001, p. 33), a Igreja Batista é uma instituição jurídica de caráter religioso, sem fins lucrativos, dotada de estatuto e regimento próprios, presidida em princípio e tradicionalmente por seu pastor titular, vinculada à Convenção Batista de seu respectivo estado e à Convenção Batista Brasileira. A participação de todos os membros é voluntária (não obrigatória e não remunerada) e o único cargo de caráter religioso dentro da igreja local passível de remuneração é o de pastor.

ILUSTRAÇÃO 1
ORGANOGRAMA DE UMA IGREJA BATISTA



FONTE: O autor desta dissertação

Embora o organograma da Igreja Batista se apresente colocando a assembléia como superior ao pastor e demais cargos, é bom lembrar que essa forma se aplica às tomadas de decisões em assembléias. O pastor é o dirigente espiritual e administrativo da igreja. Ele é a pessoa mais influente na estrutura de poder dessa instituição religiosa, onde sua palavra e decisões são determinantes também no andamento e pauta das assembléias.

Sobre o ministério público feminino nas Igrejas Batistas, sempre existiu desde os primórdios da organização, uma vez que no início do trabalho missionário, muitos pastores se deslocavam para determinadas regiões com suas esposas, as quais assumiam ministérios auxiliares, outrora chamados de departamentos, ou então era enviada uma missionária para onde os homens não se sentiam vocacionados a ir. As mulheres nunca foram proibidas, de trabalhar e exercer cargos nas igrejas e organizações, porém lhes eram oferecidos os cargos que as colocavam na condição de leigas e sob a supervisão masculina.

Em sua obra *Mulher sem nome: refletindo sobre a figura da mulher do pastor*, Dusilek (1995), uma das mais atuantes lideranças femininas batistas do Brasil, afirma:

A esposa de pastor parece, realmente, uma pessoa que lhe esqueceram de dar um nome quando ela nasceu nessa nova família – a de pastores. Raramente pronunciam o seu nome. Mesmo quando ela vai falar ou cantar, alguns irmãos, na sua displicência inocente, apresentam a oradora ou solista, dizendo de quem ela é esposa, falando sobre seus estudos, o que vai falar ou cantar, mas não dizem o seu nome. É uma mulher sem identidade própria. Vive como uma sombra do marido (DUSILEK, 1995, p. 10)

Reproduzindo o padrão geral, como se pode observar, até na forma como funcionava o ministério pastoral, já se denunciava como seria visto o papel da mulher que vive como esposa ao lado de um pastor. O problema se agravaria caso seu cônjuge falecesse, pois muitas

esposas de pastores enfrentavam a partir desse momento, grandes dificuldades financeiras, pois os pastores batistas não têm carteira assinada, como em algumas denominações e algumas igrejas não recolhem o auxílio ministerial, que é utilizado para pagar como autônomo o INSS, a fim de aposentadoria no fim da carreira. Geralmente, as igrejas contratavam outro pastor após a morte do titular e acabavam abandonando a família do falecido. Em alguns casos, há até o despejo da casa pastoral, ficando a família da viúva sem ter para onde ir.

A aparente liberdade que julgavam ter as mulheres na Igreja Batista era, na verdade, acompanhada pela visão masculina, uma vez que seu raio de ação estava bem delimitado pelos homens.

As mulheres, nas igrejas, se reúnem para oração, praticam a beneficência, estudam, promovem reuniões de evangelização ou estudo bíblico nas casas, cuidam das crianças e das moças, para as quais também foram criadas sociedades, eventualmente pregam e se dedicam a outras atividades, em geral com grande dedicação (YAMABUCHI, 2009, p. 126).

A pregação feita por uma mulher seria uma função eventual, mas não a principal, porque se referia a uma atividade caracteristicamente masculina, pertencente à função pastoral. Pregar era, portanto, função “sagrada” do homem. O que se percebe é que as mulheres estavam destinadas a ofícios que lidavam com o cuidado maternal e doméstico: ensino, apoio e assistência, o que inclui a dos demais membros da sua igreja. Os homens reforçavam isso através da elaboração de discursos que procuravam naturalizar padrões de gênero, estabelecendo, com isso, relações de poder social e sexualmente hierarquizadas.

Quanto à missionária, figura feminina que existia em algumas denominações antes de a mulher ser cogitada ao pastorado, é o protótipo das atuais pastoras na igreja evangélica tradicional, pode-se assim dizer. O trabalho evangelístico, doutrinário e de discipulado era realizado através do seu desempenho, que sempre se deslocava, aonde geralmente os homens não queriam ir.

Talvez devido às poucas oportunidades dadas a ela, e também pelo amor para com os que se encontravam nas áreas distantes dos centros das cidades ou devido o chamado específico para evangelizar os povos, as missionárias espalharam-se por muitos lugares do Brasil. Na década de 70 há registros na história da Igreja Batista no Brasil da saída da primeira missionária em missões transculturais.

3.2 PERCURSOS DA FORMAÇÃO DO PASTORADO

A formação do pastorado inicia-se a partir do momento em que pessoas acreditam que Deus separou algumas delas para esse chamado específico, o ministério pastoral, o que será evidenciado dentro das estruturas religiosas em que elas se encontram naquele momento, as igrejas locais. De acordo com a Ordem dos Pastores Batistas do Brasil,

O agente principal que Deus usa para chamar, preparar, enviar, sustentar e acompanhar seus profetas é a igreja local (At. 13:2). Os outros agentes, igualmente importantes neste processo, desde o seu início, são a família e os mentores de pastores (pessoas que guiam ou acompanham) (ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL. Disponível em www.opbb.org.br/documentos/chamado_do_profeta.php> Acesso em 22.05.11)

Reportando-se as mulheres, será a igreja da qual faz parte essas vocacionadas que as verá como pessoas escolhidas por Deus para esse fim e nas quais deverão ser investidos recursos financeiros enviando-as para um estudo mais específico nos seminários da mesma denominação. De acordo com Pinto (2002), em 1923 o sacerdócio feminino começa a despontar com a Igreja Pentecostal Evangelho Quadrangular, criada por Aimée Elizabeth Kennedy em Los Angeles, na Califórnia.

No Brasil, essa visão do pastorado feminino começa a movimentar-se com diversas instituições religiosas como as Igrejas: Metodista, Luterana, Cristo Vive, Renascer em Cristo, Sara a Nossa Terra, Aliança com Deus, Nacional do Senhor Jesus Cristo, Cruzada Evangélica Missionária, chegando mais tarde até as tradicionais, como as Igrejas Batistas. A história da tentativa de se consagrar mulheres ao ministério pastoral na Igreja Batista começa com o estudo de caso de uma candidata, formada pelo Seminário do Sul, no Rio de Janeiro, na turma de 1975 e o pastor/professor de História Eclesiástica do mesmo seminário, José dos Reis Pereira, um dos líderes da Convenção Batista Brasileira (GONÇALVES, 1967, p. 1).

A esposa do pastor Fernando Sales Figueiredo, Edelize Sales Figueiredo seria nomeada auxiliar de seu marido em Campinas/SP. Entretanto, antes de ser examinada em concílio, ela procurou seu ex-professor do Seminário Reis Pereira, para orientá-la na tomada dessa tão importante decisão. Mais tarde o professor, também diretor e redator de O Jornal Batista, o “órgão representativo da Denominação e da Convenção Batista Brasileira”, publica nesse jornal:

Poucos dias antes de viajarmos aos Estados Unidos, em Junho último, fomos procurados por uma brilhante ex-aluna do Seminário que nos vinha consultar sobre assunto sério e novo para os batistas brasileiros. A Igreja de que seu marido é pastor, no Rio Grande do Sul, havia deliberado consagrá-la ao ministério pastoral e ela desejava saber a opinião de seu antigo professor, visto que nunca antes fora consagrada alguma mulher ao ministério, nas Igrejas Batistas brasileiras. [...] Aliás, uma das coisas que ponderamos à prezada ex-aluna foi à inconveniência de sua pretensão justamente agora que esse movimento de origens bastante impuras [feminismo] vem propalando idéias que não se apóiam na Palavra de Deus e criando, em muitas áreas, problemas e mal-estar. [...] à consagração de uma mulher ao ministério pastoral por uma igreja batista brasileira é algo de absolutamente novo e insólito em nossa vida denominacional (PEREIRA, 1976, p. 3).

Note-se o teor preconceituoso desta fala, bem como da atitude submissa da candidata à pastora em pedir e depender da aprovação do seu professor, que foi cultuado por ela como instância superior. Ressalte-se que nessa época, os metodistas brasileiros já haviam aprovado a ordenação de mulheres e a Igreja Presbiteriana do Brasil discutia o presbiterato feminino. A ex-aluna foi orientada a pacientemente consultar a Ordem dos pastores batistas³, antes de tomar qualquer atitude.

Ao retornar de sua viagem, o professor constatou decepcionado, que a ex-aluna não tinha lhe obedecido e a data para o Concílio Examinatório da mesma já estava marcada para 17 de Julho de 1976. O concílio que deveria examinar a candidata naquela data, em Campinas, SP, não chegou a ser organizado. Os motivos, segundo o professor, foram expressos no mês de agosto, no jornal Batista.

De acordo com Adamovicz, (2008, p. 11) O Jornal Batista, fundado em 1901 é o principal órgão da imprensa denominacional e reflete o pensamento destes evangelistas. É utilizado como veículo de divulgação das decisões de dois órgãos da instância de poder Batista, a Convenção Batista Brasileira e a Ordem dos Pastores Batistas do Brasil. Portanto, reporta-se aqui a alguns artigos publicados por esse órgão, afim de destacar o pensamento Batista a respeito do pastorado feminino e o caso de Edelzita Sales Figueiredo, que ocorreu nos anos 70 do século passado.

Uma das publicações faz referência ao cancelamento do Concílio Examinatório desta candidata, como se segue:

³ A Ordem dos Pastores Batistas do Brasil (OPBB) é uma entidade que congrega os pastores Batistas de todo o país, visando ajudá-los a um melhor e mais eficiente exercício do Ministério. (ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL. Disponível em <http://www.opbb.org.br/quem_somos.php> Acesso em 06.01.11)

A consagração de uma senhora ao ministério, que estava programada para o sábado dia 17 de Julho, no templo da Igreja de Campinas, não se efetivou. Reuniu-se um Concílio de mais de 40 pastores, mas este nem chegou a entrar no mérito da questão: devolveu a matéria à Igreja tendo em vista irregularidades apontadas na própria decisão da Igreja a que pertence a candidata [Caxias do Sul, RS] (PEREIRA, 1976, p. 3).

Formada pelo Seminário Batista do Sul e esposa de pastor, a primeira mulher candidata ao pastorado recorreu a seu ex-professor, José dos Reis Pereira, para ser aconselhada e entender o seu chamado, já apoiada pelo marido. Edelzita, foi a pioneira e devido o despreparo daqueles que a cercavam, teve a sua vida exposta nesse jornal.

Não fica claro na edição do jornal, quais irregularidades impossibilitaram o cancelamento do concílio, nem tampouco se sabe a reação da candidata que prezava tanto seu ex-professor. Porém, na exibição da matéria, ela é chamada de “uma senhora”, após o cancelamento do concílio, tratamento diferenciado daquele dado antes desse fato, onde era vista pelo seu mestre como “uma brilhante ex-aluna do seminário”.

Na mesma edição, foram publicados os artigos de alguns pastores, como também uma declaração da Ordem dos Ministros do Rio de Janeiro à denominação, sobre o assunto. Depois de longa exposição de motivos, um dos pastores concluiu:

Queremos dizer o seguinte: há muitas inconveniências de ordem psicológica, social, física, que uma mulher teria que enfrentar [como pastora]. O lugar da mulher é o lar. Por sinal, lugar privilegiado. Não seria essa inovação fruto do movimento feminista tão explorado pelo mundo? (DIACOV, 1976, p. 2,5)

Reis Pereira havia oferecido o espaço de O Jornal Batista para a publicação de pensamentos sobre a matéria. A Ordem dos Ministros/RJ fez publicar uma declaração à denominação, manifestando ser contrária à ordenação de mulheres, acrescentando que todos os 200 pastores participantes da sua assembléia realizada em Macaé votaram unânimes por essa decisão.

Outro artigo lançado no jornal, não seguiu a linha de raciocínio de seus colegas:

Os tempos mudaram [...]. Acompanhamos a evolução social inclusive, usando recursos e métodos que os cristãos primitivos não usaram, pois não os possuíam, para anunciar o evangelho; por que não aceitar a presença do elemento feminino na direção de nossas igrejas como Pastoras? Pastor ou Pastora? Não importa o sexo. Desde que sejam pessoas realmente convertidas e convictas da chamada divina. (SANCHES, 1976, p. 4)

Sobre o assunto, os anos 1976-77 representaram o período de efervescência no Jornal Batista. Os artigos que se seguiam, revelavam os pensamentos de seus autores, em sua maioria, contrários a ordenação feminina. Durante todo o tempo as restrições, as discriminações, e os empecilhos à mulher como pastora, são e foram resquícios de um passado patriarcal, sem fundamentação (GETÃO, 2003, p. 151).

No mês de Setembro de 1976, foram publicados mais quatro artigos sobre a ordenação de mulheres. O primeiro apelou para o testemunho perante os católicos:

Quanto ao lado social, como seria vista, pelos católicos, que apesar de adorarem a Virgem Maria, sempre colocaram a mulher em posição muito abaixo do esperado, uma mulher-pastor? Eles não se importam? – Importam sim, pois são eles que nós precisamos ganhar, sem escândalos, mas com a mensagem de salvação em Jesus Cristo (CAVALCANTI, J. E., 1976, p. 5,7).

O segundo artigo foi iniciado de forma contundente: “Não há o mais remoto vislumbre, da existência de pastoras nas igrejas da Nova Aliança, selada no sangue de Jesus (1 Cor 11:26)”. E após o autor comentar o assunto se utilizando de passagens bíblicas, é concluído de forma irônica: “Perdi o voto das mulheres. Ganhei o apoio de Paulo, servo de Jesus. Aliás, não creio que as “filhas de Sara” (1 Ped 3:6), elas mesmas, queiram ser pastoras” (CAVALCANTI, E. G., 1976, p. 5).

Por fim, o último artigo do mês de setembro de 1976, questionou mais uma vez os argumentos favoráveis à ordenação de mulheres, declarando que “Realmente os tempos mudaram. E estão mudando para pior. Os homens querem ficar nos bancos das Igrejas e as mulheres querem subir ao púlpito!” (MELO, 1976, p. 2,7).

Quando parecia que não haveria mais opiniões para serem colocadas no jornal, pois estavam sendo repetidas as falas e textos bíblicos, em 28 de novembro de 1976, é publicado o artigo: “Pastoras?”. Elaborado por uma mulher, Ruth Willik Marinho, podendo revelar algo novo sobre o tema, como ela mesma observa: “até agora só encontrei, pelo nosso semanário, opiniões masculinas, que poderiam ser consideradas suspeitas”. Porém, o artigo reproduziu a mesma linha de raciocínio patriarcal:

Na minha fraca [sic] opinião, acho que é mais vaidade do que outra coisa, esse desejo da mulher ser pastora. Aliás, a vaidade sempre acompanhou a mulher durante séculos, mas prefiro ficar como estou (MARINHO, 1976, p. 4)

Outro posicionamento feminino é publicado no ano seguinte, através de Gláucia Curvacho Peticov, que preferiu entender seu ministério “pastoral”, a partir do papel de esposa

de pastor (PETICOV, 1977, p. 1). Ainda em 1977, em Curitiba/PR, uma comissão da Ordem dos Ministros Batistas apresentou posição sobre o pastorado feminino através de uma “Declaração à Denominação”:

Depois de apreciar o trabalho apresentado pelo seu Presidente, sobre “Consagração de Mulheres ao Ministério – Balanço de um Debate”, aprovou as seguintes proposições, com o fito de orientar as Igrejas e o Ministério em geral:

1. Não há na Bíblia a menor referência que favoreça a consagração de mulheres ao Ministério pastoral. Na Bíblia esse ofício é sempre exercido por homens.
2. A mulher foi criada, especificamente, para ser a ajudadora do homem. Se é ajudadora presume-se que há uma hierarquia na sociedade conjugal. A mulher deve ser submissa ao homem. Uma mulher pastora teria que ser submissa a seu marido e nessas condições como poderia exercer a liderança implícita ao Ministério Pastoral?
3. Há outros ministérios que podem ser perfeitamente exercidos pelas mulheres como o de pregar, de cantar, de visitar, de socorrer aos necessitados, mas acima de tudo há o seu grande ministério que é o de ser esposa e mãe, cuja importância na sociedade nunca será demais ressaltar.
4. O movimento atual em favor da Consagração de Mulheres ao Ministério Pastoral encontra sua origem em movimentos estranhos aos princípios e normas bíblicas e em algumas Igrejas evangélicas decadentes que se acham carentes de vocações ministeriais. Nós nos norteamos pela Bíblia, nossa única regra de fé e prática e não devemos nos impressionar com o que vem do mundo, ou com o que ocorre em outras denominações que se vão divorciando do ensino da Palavra de Deus (YAMABUCHI, 2009, p. 132).

O ministério pastoral feminino dava os primeiros passos no Brasil, enquanto que em outros países, as mulheres Batistas estavam chegando a cargos significativos de liderança. Um exemplo claro ocorreu em 1978, quando a União Batista da Grã Bretanha e Irlanda, em assembléia de Maio, que foi realizada em Londres, empossou uma mulher, Neil Alexander, como presidente daquela entidade (O JORNAL BATISTA, 1978, p. 7).

Por fim, outra situação divulgada no ano de 1978, envolvendo uma missionária brasileira na África, Valnice Milhomens Coelho chama a atenção, pois havia ali um pedido de providências à liderança brasileira, quanto ao surgimento inesperado de uma necessidade. “Sem pastores naquela região, com ordem da igreja, mas sem aprovação imediata da convenção, a missionária realizou seis batismos no Dondo” (COELHO, 1978, p. 46) algo permitido apenas a pastores consagrados e não às missionárias.

Na 75ª Assembléia da Convenção Batista Brasileira em Aracaju (SE), no ano de 1994, um grupo de trabalho foi designado para realizar uma pesquisa bibliográfica e de campo, vindo a apresentar relatório na próxima assembléia, com relação a visão dos batistas sobre o pastorado feminino em sua estrutura religiosa. Foram elaborados cerca de dez mil questionários, que foram distribuídos nas Assembléias das Convenções Estaduais, Congressos e a membros de igrejas batistas.

Retornaram apenas 659 questionários, conforme Getão (2003), sendo apresentados na 76ª Assembléia da Convenção Batista Brasileira em 1995, realizada em São Luis (MA), com os seguintes resultados, cujos negritos foram acrescentados para facilitar a visualização destes dados em destaque:

QUADRO 3

PERGUNTAS	SIM	NÃO
Liderança da mulher na igreja	607	44
Liderança da mulher na denominação	615	32
Mulher como missionária / com batismo e ceia	431	211
Mulher na música e educação religiosa	515	127
É favorável a ordenação feminina	250	384
Seria membro de igreja com pastora	300	307
Ordenação feminina em ministério auxiliar	378	245
Ver algum empecilho / mulher pastorado	377	191
Ver algum benefício / mulher pastorado	206	301

Fonte: CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, 76ª assembléia. São Luis, 1995, p.512.

Após o exame desses resultados apresentados, a Convenção Batista Brasileira decidiu “não ser oportuna uma definição ao assunto Ordenação de mulheres ao ministério pastoral, por parte da CBB, no momento” (CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, 1995, p. 507-512). No ano seguinte na 77ª Assembléia realizada em Natal (RN), o assunto voltou a ser discutido mais uma vez, onde ficou decidido que “este plenário recomende que a Convenção Batista Brasileira realize cinco congressos regionais e um congresso de âmbito nacional, este último com caráter de Assembléia Extraordinária da CBB e poder decisório para definir a matéria” (CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, 1996, p. 510). Porém, os congressos nunca foram realizados e algumas igrejas começaram a tomar suas próprias decisões, ordenando as mulheres.

Conforme Getão (2003) a primeira pastora ordenada no Brasil em uma Igreja Batista foi Silvia Nogueira, no estado de São Paulo, em 10 de Julho de 1999, ou seja, há doze anos. Após a sua ordenação, no dia 20 do mesmo mês e ano, destaca que o Conselho Geral das igrejas daquele estado decidiu, sem nenhum voto contrário, recomendar a Assembléia Anual o desligamento da referida igreja, por esse ato (GETÃO, 2003, p. 134). O final do século XX foi marcado por transformações importantes em nível mundial e, como também não poderia deixar de ser, o campo religioso recebeu de uma forma qualitativa e quantitativa essas influências no Brasil.

A história da Igreja Batista surge no cenário paraibano na noite de 19 de janeiro de 1914, quando contando com a presença do missionário norte-americano Donald Lee Hamilton, alguns cristãos reunidos em uma casa na antiga rua da Independência em Jaguaribe, hoje, rua Capitão José Pessoa, dirigem um Culto a Deus. Após o culto festivo, realiza-se uma assembléia onde se fez ouvir a declaração de fé de vários irmãos e o pedido de profissão de fé daqueles outros vindos de outra denominação. Depois de ouvi-los, suspende-se a assembléia, seguindo todos até o rio Jaguaribe, onde são batizados às 21 horas naquele mesmo dia. O grupo retorna a casa onde estava sendo realizado o culto. Os irmãos reunidos, juntamente com os pastores presentes, declaram e proclamam a instalação e fundação da PRIMEIRA IGREJA BATISTA DA PARAÍBA (PRIMEIRA IGREJA BATISTA. Disponível em <<http://www.pibjp.com.br/pagina/detalhe/id/1/nossa-historia>>. Acesso em 20.06.10).

Com relação ao pastorado feminino em nosso estado, segundo a ata da reunião ocorrida na Convenção Batista Paraibana (ANEXO 3), encontra-se relatado que no dia 09/04/2002 ocorreu um debate sobre o ingresso de mulheres consagradas ao ministério da Palavra, na Ordem dos pastores da referida convenção. A matéria foi aprovada, como também acrescentado o prazo de um ano, para que as igrejas locais estudassem o assunto e tivessem uma posição clara sobre o mesmo. O assunto foi deixado sobre a mesa para posterior retorno, enquanto as igrejas continuavam tomando suas decisões particulares, conforme ata citada.

Em maio de 2003, na 78ª Assembléia da Convenção Batista Paraibana foi discutido mais uma vez sobre o pastorado feminino no âmbito regional onde, através de voto (22 pastores a favor, 20 contra e 2 abstinências) é aprovado. A Convenção Batista Paraibana foi a primeira do Brasil a reconhecer o pastorado feminino nas instâncias de poder dessa denominação e o assunto não foi veiculado pelo O Jornal Batista, órgão responsável pelas divulgações em todo o Brasil.

Visando o Reino de Deus, seja qual for a conotação que os evangélicos queiram dar a esse Reino, ressalte-se que no século XX iniciou-se o processo de conhecimento com uma

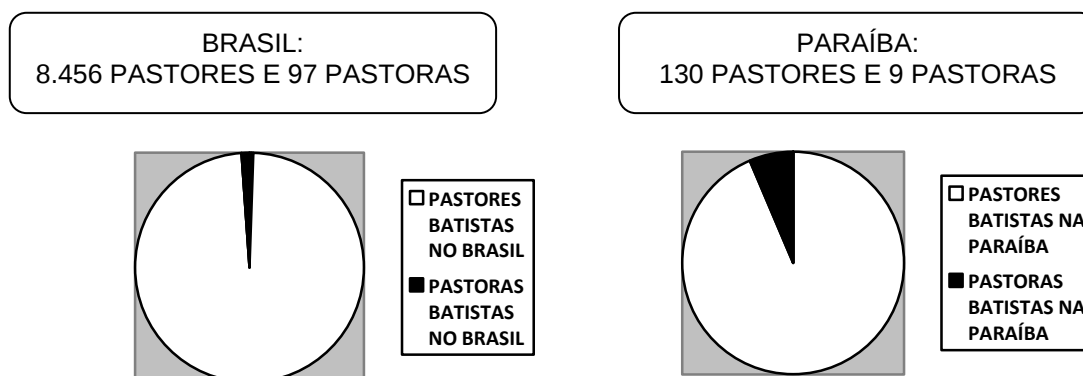
releitura bíblica do ponto de vista feminino (SILVA, M. C. C, 2009, p. 59). Como exemplo de conquistas e dificuldades enfrentadas pelas mulheres que almejam o pastorado feminino numa igreja evangélica tradicional, as pastoras ordenadas na Igreja Batista até 2007, conseguiram o direito de serem filiadas à Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, depois de aguardarem decisão durante cinco anos.

Após essa conquista celebrada, houve um retrocesso no que diz respeito à visão dessa denominação quanto ao assunto, porque, após 2007 a Convenção Batista Brasileira não mais autorizou o credenciamento delas, e os dirigentes alegaram que não há mais respaldo bíblico para a aceitação de mulheres no pastorado feminino, depois da anterior aceitação. Após esta data as pastoras conciliadas não puderam mais ser legitimadas na Ordem dos Pastores do Brasil, o que significa que de 2007 para cá elas estão sem a legitimação em nível nacional. O tema então já muito discutido nas assembléias, aprovado, depois de muitos embates, volta a compor a pauta de discussão, mais uma vez.

Enquanto isso, as mulheres que forem designadas pelo sagrado para o pastorado, podem ser consagradas por suas igrejas, porém não têm vez, nem voto na organização maior de poder, que é a Convenção Batista Brasileira e Ordem dos pastores, que deveria representá-las. Enquanto não se retoma o debate sobre o pastorado feminino nas instâncias de poder da Igreja Batista, vivenciam-se diferentes tipos de experiências relacionadas ao tema em todo o Brasil (ANEXO 4).

Veja-se o número de pastores e pastoras até 2010, no Brasil e na Paraíba, segundo a Ordem dos Pastores Batistas do Brasil (2011):

ILUSTRAÇÃO N° 2



FONTE: ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL

Estes dados documentais refletem a mentalidade que está por trás da aparente democratização e postura de vanguarda da estrutura de poder da Igreja Batista do Brasil e da Paraíba. Percebe-se uma visível contradição da instituição, pois, sempre que os pastores e dirigentes se sentem ameaçados com a interferência feminina recorrem às passagens extemporâneas da Bíblia Sagrada, que não escondem a visão patriarcalista desses membros da cúpula. Pode-se interpretar essas ocorrências como resultantes de um jogo de poder político e econômico que se enquadra bem na ideologia do capitalismo neoliberal globalizado, mas, foge dos princípios e valores estabelecidos pelo Líder dos Cristãos e do Reino de Deus.

3.3 PROCESSO FORMAL DE ENCAMINHAMENTO PARA OS SEMINÁRIOS

Neste item apresento alguns elementos da ritualística Batista que compõe o processo de ordenação das pastoras desta Igreja. Algumas questões básicas e influenciadoras são observadas quando uma mulher declara que foi “chamada” por Deus para uma vida no Ministério da Palavra. A Conversão, o Caráter da pessoa e a Chamada – CCC –, que fazem parte dessas questões básicas e pessoais, vistas assim pela Ordem dos Pastores no Brasil e que formam o tripé da autoridade ministerial sem a qual o obreiro não conseguirá ser bem sucedido numa Igreja Batista, conforme documento intitulado “chamado do profeta”, expresso na Ordem dos Pastores Batistas no Brasil.(ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL, 2011).

Os Batistas reconhecem biblicamente dois cargos oficiais, que são o pastor e o diácono. O pastor possui três termos bíblicos que enfatizam seu papel diante de sua comunidade: “presbítero” (I Tim. 4:14), “bispo” (At. 20:28), e “pastor” (Efés. 4:11). Apesar dos títulos diferentes, os três cargos representam, na prática, a mesma função. Os Batistas adotam o termo pastor o que significa que as características de diácono e ancião estão intrinsecamente presentes no desempenho do seu ofício. O pastor é membro da igreja local onde exerce o seu ministério e é contratado por tempo determinado, a partir de decisão da assembleia composta pelos fiéis da sua igreja, devendo possuir geralmente o curso superior em Teologia e estar vinculado à Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, que por sua vez é reconhecida pela Convenção Batista Brasileira⁴.

O pastor deve ter um relacionamento amigável com outras igrejas, pastores, instituições públicas e privadas, representando assim a sua igreja. Em I Timóteo 3:1-7, encontramos expressas as qualidades requeridas para os pastores e diáconos, que devem se apresentar em suas vidas não somente na estrutura religiosa em que participa, mas também no familiar e profissional, confirmando assim seu perfil para essa função específica.

No plano familiar deve ser uma pessoa fiel e atenciosa, cuidando da educação dos filhos e da orientação espiritual na igreja. “Os demais cargos (como o de professor, regente e tesoureiro) estão distribuídos em departamentos, termo utilizado para designar as divisões organizacionais internas de uma determinada igreja”, conforme lembra Duduch, (2001, p. 31).

No processo formal de encaminhamento daquela que se sentiu chamada para o ministério pastoral pelo sagrado, o pastor titular da igreja, após ouvir o relato de experiência

⁴ Convenção Batista Brasileira (CBB): órgão máximo da denominação Batista no Brasil, existindo desde 1907, com sede atual no Rio de Janeiro (CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, 1999, p. 1)

pessoal da candidata e vendo que tem consistência, segundo a sua visão, envia-a para uma pequena entrevista com o corpo diaconal, que após o reconhecimento do chamado, recomenda para ser então apreciado o seu pedido para freqüentar um seminário, pela assembléia da igreja.

O princípio de autonomia e o governo congregacional da Igreja Batista levam o sistema a enfrentar seus conflitos de interesses de forma mais aberta, não restringindo suas decisões a uma diretoria e presidência, com riscos expressivos quanto à estabilidade da própria igreja local, pois todos os membros têm a oportunidade e o direito estatutário de participar da assembléia e votar conforme sua consciência.

Após a aprovação da assembléia da igreja em indicar a candidata ao seminário, geralmente da mesma denominação, há um debate sobre a questão de se dar ou não uma ajuda de custo para facilitar o pagamento das mensalidades do curso, o que a igreja pode se posicionar em ajudar através de uma bolsa, no valor até de 50% do preço das mensalidades do seminário. A candidata passa a ser vista agora pela igreja como seminarista e começa a atuar em algumas congregações, através de diversas atividades até a conclusão do seminário.

Quando da conclusão do curso, o pastor titular poderá, junto com a igreja, enviá-la para realizar as atividades pastorais destinadas pelo titular. Poderá exercer o ministério auxiliar na igreja sede, no interior, em congregações ou em ministérios específicos, como ministério de louvor, masculino, crianças, jovens, casados, mulheres, entre outros.

Após esse período de experiência, que é composto de um tempo previsto pelo pastor, caso o pastor titular entenda da necessidade da candidata dentro do seu ministério, ele, junto com a igreja, convida-a para fazer parte do ministério de auxiliares em seu pastorado. Poderá então ser convocado um concílio para exame da candidata, junto a Ordem dos pastores da região onde esteja inserida a igreja sede, para que possa ser consagrada ao ministério da palavra e possa ser vista como pastora finalmente.

As decisões para convocar um concílio onde a candidata será examinada, partem do pastor titular da igreja, que apresentará a proposta à igreja em assembléia – reunião dos membros da igreja para votar, o que pode ser feito através do voto aberto para ver se a comunidade apóia ou não essa decisão. Apoiada a decisão de concílio, o pastor titular enviará carta à Ordem dos pastores que fará um pré-concílio, onde será feita uma avaliação prévia com a candidata e caso esta seja casada, com seu esposo também. Na admissão do candidato do gênero masculino ocorre o mesmo.

No concílio prévio, serão feitas perguntas quanto à vocação e chamada, participação da família junta no ministério e algumas mais simples quanto à área teológica e eclesiástica.

Havendo aprovação no concílio prévio, será finalmente marcado o Concílio Examinatório, geralmente na igreja do candidato, que é aberto ao público, com um número de no mínimo sete pastores presentes para avaliar a candidata.

Será montada uma banca examinatória, onde o presidente geralmente é o pastor do conciliado, composta por no mínimo sete pastores já ordenados para cada candidato para examinarem as áreas de Vocação e Chamada. Nesta serão ouvidos relatos do candidato, de sua vida eclesial antes do seu chamado, família, relação com cônjuge, filhos, sociedade e como se deu o chamado pelo sagrado. A outra área é a de Teologia, onde serão feitas perguntas de cunho teológico a fim de perceber se o candidato domina os conhecimentos básicos da teologia cristã; a terceira área é de Ecclesiology onde serão feitas perguntas quanto a conceitos de igreja, batismo e organização da instituição religiosa onde o candidato está inserido.

Logo após as arguições, não mais havendo perguntas segundo os pastores ali presentes, a candidata é convidada a se retirar, enquanto os avaliadores decidem se as perguntas foram respondidas de forma satisfatória. A candidata então é convidada para retornar ao ambiente da entrevista e é dada a resposta positiva ou negativa, sendo possível haver ainda algumas recomendações para serem cursadas algumas disciplinas no seminário. Quem decide se após o exame ela será missionária, pastora auxiliar ou pastora titular no interior ou na cidade, em uma igreja com ou sem muita representatividade, será o pastor da candidata, que é apoiado pela assembleia da igreja para dar esse encaminhamento.

Apenas as pastoras que se encontram no interior, devido à necessidade urgente em algumas tomadas de decisões referentes à igreja, são as que geralmente têm autonomia, sem comunicar ao pastor titular. Os pastores titulares, geralmente deslocam-se para o interior uma vez por mês, para dar algum apoio nas tomadas de decisões realizadas nas congregações por alguns pastores auxiliares. Outros deixam a cargo da pastora auxiliar buscar orientação indo até a sede, onde se encontra o pastor titular.

As pastoras que se encontram na cidade como auxiliares, esperam sempre por uma decisão daquele que é o pastor titular, por quem são orientadas nas suas igrejas. Essas observações são feitas com relação aos homens também, sendo auxiliares. O salário de um pastor auxiliar geralmente chega a ser $\frac{1}{4}$ ou até $\frac{1}{3}$ do salário do pastor titular, pagos pela igreja sede. Ainda existem pastores auxiliares sem remuneração em nosso estado, porém ainda não foram encontrados pastores titulares sem serem remunerados.

Se a pastora for direcionada pelo pastor titular, para uma igreja que já é independente, ou seja, que é autônoma⁵ em relação à Igreja-mãe ou Igreja-sede, a igreja para onde ela irá remunerará a sua obreira de acordo com a entrada de dízimos e ofertas ou visão desta igreja sobre o ministério pastoral, ou seja, a igreja-mãe sede não remunerará essa obreira.

O número de membros geralmente determina o montante financeiro que gira na contabilidade da igreja, envolvendo também a importância da localização e destaque que essa pastora terá diante da sociedade religiosa que a envolve. Os dados deste último item servirão para esclarecer as falas das pastoras, que serão tratadas no capítulo 4 a seguir.

⁵ Igreja autônoma é aquela que não recebe auxílio financeiro da Igreja-mãe para bancar as despesas básicas tais como aluguel, água, luz ou outras deste tipo.

CAPÍTULO 4
DADOS DA PESQUISA DE CAMPO:
ENTREVISTAS

CAPÍTULO 4

DADOS DA PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTAS

Neste capítulo serão apresentados e analisados os dados de duas entrevistas realizadas com as pastoras colaboradoras em dia e horários marcados antecipadamente, referentes ao ministério feminino na Igreja Batista no Brasil. Para facilitar a leitura e compreensão desses dados, selecionamos e organizamos o material em forma de relatos mais curtos e objetivos, para dar maior visibilidade aos elementos que serão interpretados logo a seguir da exposição de cada entrevista. Ressalte-se que as colaboradoras não serão identificadas nem tampouco as respectivas igrejas onde atuam. Utilizaremos números em cada pastora entrevistada.

É importante notificar que, em meio às análises das falas das entrevistas acrescentei também as minhas observações, que serão devidamente identificadas como tais para não serem confundidas com os dados das falas. Este procedimento se tornou necessário para clarear alguns pontos relatados que ficariam obscuros, para os leitores que não fossem vinculados ao contexto da Igreja Batista. No capítulo 1, que focaliza a organização metodológica desta dissertação, já apresentamos os princípios teóricos da técnica da observação simples para complementar os dados das entrevistas, porém, as informações resultantes da mesma normalmente são colocadas separadamente do texto das falas.

Aqui foram inseridas as observações no meio das análises porque tratam de dados cruciais que estão ajudando no desvendamento das falas e complementando alguns assuntos expostos de modo aparentemente truncado nas entrevistas. É que as colaboradoras responderam as minhas perguntas de forma muito rápida e por vezes lacônica, por talvez considerarem que eu compreenderia seus conteúdos por pertencer à mesma denominação a que estão vinculadas.

4.1 ENTREVISTA COM A PASTORA 1

PESQUISADOR - Quando você disse ao seu pastor ou à igreja que tinha um chamado de Deus, como ele reagiu?

PASTORA 1 – O pastor na época, “prá me tirar de tempo”, fez um culto consagratório e me fez missionária. Mas eu recebi a consagração e fui enviada para uma cidade do interior. Lá, exerci todas as funções pastorais [sem ser pastora]. E a igreja [da missão foi] encabeçada por meu marido,
--

então [ele] disse: **Não é justo.** Ela tem que receber o título e ser consagrada ao ministério da palavra, **como pastora.** [O MARIDO] Foi a igreja que mandou a carta para a ordem dos pastores. **A primeira carta do nosso estado a ser enviada para a Ordem dos Pastores [para o Concílio Examinatório Prévio] foi a Igreja que faço parte, que enviou.**

Nesta resposta percebi que perguntei sobre a reação do pastor quanto ao “chamado de Deus” que ela diz ter recebido, mas, ela respondeu outro conteúdo relacionado diretamente às suas dificuldades neste trajeto. Na entrevista concedida pela pastora 1, percebe-se, segundo o seu relato, que a mesma sentia a necessidade de explicar sobre o assunto da discriminação que sofreu na denominação, pois, o processo que se segue após a comunicação do referido “chamado de Deus” pelo candidato ao seu pastor titular ou à igreja, é o questionamento do seu chamado, ou seja, se ele realmente veio de Deus e qual a vida eclesial exercida pelo candidato dentro da igreja.

Se for considerado aprovado o referido chamado divino o Concílio Examinatório é convocado, o que **não ocorreu.** Recorde-se que o encaminhamento de um/a candidat@ a pastor/a deveria ter sido na direção de uma igreja e não como missionária, que é um trabalho considerado como de menor importância. **Ressalte-se que este direcionamento do “chamado” enviando a candidata para um trabalho de missionária é a primeira instância de discriminação vivida pela entrevistada no contexto Batista.**

Porém, o que é visto é que, após quatro anos de estudo dentro do seminário, e após o retorno da teóloga à igreja, seu desejo de ordenação como pastora não foi atendido porque seu Concílio Examinatório não foi convocado. Note-se que o cargo de missionário/a é considerado “inferior” embora seja também considerado como “legítimo” no sentido de “servir a Deus”. **Temos então a segunda instância de discriminação feminina vivenciada pela entrevistada ao não ter o seu Concílio convocado.** Se o candidato ao pastoreio fosse homem, poderia ser convocado diretamente para o Concílio Examinatório e, se aprovado, iria direto para uma “igreja estruturada” – com membros suficientes para que a renda dos dízimos possa prover o sustento d@ pastor/a e dos gastos de uma igreja. Foram então manifestações de discriminação e de tentativa de controlar e subordinar os passos da pastora 1 às autoridades masculinas da Igreja Batista:

A subordinação das mulheres aos homens continua a ser um postulado dos teólogos ao longo da história da Igreja; e mesmo na igreja masculina de hoje continua a ser tratado como um dogma da vontade divina” (RANKE-HEINEMANN, 1996, p. 148)

O trabalho de missionári@ acarreta responsabilidades semelhantes à de um pastor, só que ele/ela não pode batizar, celebrar a ceia do Senhor – que na Igreja Católica é a Comunhão, ponto alto do ritual –, e realizar casamentos. Em outras palavras, não tem o status de líder religios@ porque se chegar ali um/a pastor/a ele/ela deve sair de cena porque perde a visibilidade perante os frequentadores da igreja. **A expressão “servir a Deus” independente da importância da função pode ser uma forma falaciosa de ocultar a discriminação feminina.**

Este pastor resolveu então enviá-la para assumir a igreja no interior do estado, cerca de 50 quilômetros de distância da capital, onde a mesma pode realizar, no exercício do ministério, quase todas as funções pastorais, sem que ainda fosse ordenada. **A atuação em uma igreja fora da capital do estado é a terceira instância de discriminação feminina, principalmente se este templo não tiver independência financeira.** Neste caso não se trata de uma igreja estruturada e sim de uma *congregação*, a qual recebe recursos da Igreja-Mãe, que é responsável pela contribuição financeira nas despesas básicas da mesma como as contas de água, luz, além de prover as necessidades dos que ali atuam.

Percebe-se que o pastor desta entrevistada utilizou da estratégia de enviar a candidata para afastá-la do convívio com aqueles da igreja que são simpatizantes do seu ministério. Isto significa que, se há um/a teólog@ que afirma ter um “chamado” em uma igreja que tem um pastor titular, @ primeir@ atua como pastor/a auxiliar. Só que, caso o auxiliar se destaque mais do que o titular, há a possibilidade de os papéis se inverterm através da atuação da igreja que pode convocar uma assembléia extraordinária para formalizar esta inversão de papéis. No caso da entrevistada, o pastor promoveu o chamado culto de consagração para afastá-la da “ameaça” de ela se destacar na igreja de ambos. Afastando-a, retira de sua presença, sua possível auxiliar ou uma ameaça existente ao seu pastorado supostamente “vitalício”.

Quanto à candidata, após receber a indicação de ser missionária, de acordo com seu relato, mesmo não concordando com esse direcionamento, ela o recebeu e utilizou como estratégia para chegar à meta que parece ter traçado para a sua trajetória de alcançar a titularidade pastoral na capital.

É bom lembrar que havia a possibilidade de a candidata retornar à igreja de origem como titular e trocando o lugar do pastor que a enviou para o interior. Oliveira (R. D., 1999, p. 73) lembra que as mulheres acabam imitando os homens para tentar eliminar o preconceito com o sexo feminino ao invés de se fazerem aceitas justamente por serem diferentes dos seres

de sexo masculino. Em outras palavras, de acordo com esta autora, é necessário elogiar esta diferença e não permitir que sejam discriminadas por causa dela.

Note-se que a entrevistada não queria ir para o interior, mas, mesmo assim aceitou o cargo de missionária. Isso pode ser interpretado como uma estratégia para iniciar a trajetória dentro dos termos discriminatórios que lhe foram propostos. A questão da escalada de status de um/a teólogo@, que aceita trabalhos considerados inferiores para chegar até a titularidade numa igreja estruturada se mostrou importante para a entrevistada. É o que justifica o fato de ela ter aceitado o cargo de missionária mesmo achando-o injusto, como declarou. Segundo Reimer (1995) “as mulheres têm experiências multifacetárias, semelhantes e diferentes. Semelhantes são suas histórias de opressão. Diferentes, as de libertação. E vice-versa” (REIMER, 1995, p. 5).

Outro ponto em seu relato que chama a atenção é que a igreja, direcionada por seu marido, resolve apoiá-la quanto ao seu chamado pastoral. Se entender o grau de influência exercida entre os atores envolvidos nessa trama, percebo que o marido dela influenciou a igreja e ela influenciou o marido, para que o seu objetivo fosse conseguido dessa forma. Note-se a aceitação quase inédita deste marido quanto ao papel de destaque da esposa. Finalmente declara-se que essa foi à primeira carta enviada e a primeira igreja do interior a solicitar à Ordem dos Pastores a consagração de uma mulher ao pastorado em nosso estado.

PESQUISADOR: Quem autorizou a sua matrícula no seminário de teologia?

PASTORA 1 – Conteí sobre o chamado ao meu pastor. Em seguida ele pediu a autorização para a minha ida para o seminário de teologia numa assembléia da igreja, que aprovou a minha matrícula no Seminário Batista de Teologia de Pernambuco. Nesta época eu morava em Recife e tinha dezessete anos, mas, pude me matricular apesar de ser considerada muito nova para isso. Porém, quando vim morar com a família na Paraíba e fui me matricular no Seminário Batista Paraibano houve um certo constrangimento, pois, ninguém queria me matricular por ser considerada menor de idade, mesmo já tendo feito algumas disciplinas no seminário pernambucano. Depois de algumas conversas com o meu pastor ele me deu uma carta de autorização para o diretor do seminário permitir a minha matrícula.

Esta colaboradora conseguiu se matricular de modo “aparentemente fácil”, pois, deu a entender que o único problema foi o de ser menor de idade. Vale ressaltar que a suposta facilidade da matrícula não pode ser interpretada como ausência do preconceito, foi apenas

um adiamento desta manifestação. No entanto, em uma sondagem que fizemos no referido seminário Batista, tomamos conhecimento de que a matrícula era permitida apenas para as mulheres que pretendiam ser missionárias ou educadoras religiosas, daí a suposta facilidade que ela teve para se matricular no curso.

No entanto, de acordo com as nossas observações, quando os jovens do gênero masculino descobrem a sua vocação e afirmam o desejo de estudarem no seminário teológico antes da maioridade, esta pretensão é menos questionada, além de haver uma grande alegria na família e na igreja por haver candidatos de pouca idade com a vocação pastoral. Pode-se ler o questionamento da menoridade da pastora entrevistada como um preconceito velado pelo fato de ser do gênero feminino.

Note-se que a entrevistada não foi direto para o pastoreio quando terminou o seminário. Inicialmente esta pastora foi consagrada para ser missionária no interior da Paraíba, só depois é que ela foi submetida ao Concílio Examinatório para avaliar o seu desejo de se dedicar ao pastoreio. É por esta razão que esta pastora aparentemente não sofreu discriminação para estudar teologia nem os colegas do seminário demonstraram nenhum preconceito em relação aos estudos, o que viria a ocorrer depois de ela ter declarado suas pretensões ao pastoreio.

PESQUISADOR - Você acha que o pastor utilizou de meios para tentar impedir o seu chamado?

PASTORA 1 - É. Sim, por medo ou preconceito ou por desconhecimento, não sei. Mas ele fez de tudo para que não acontecesse isso. Não só ele, mas vários outros pastores [que] também [fizeram isso].

A entrevistada fez uma pequena pausa antes de responder a pergunta, pois, admitir que a pessoa responsável pela visão do sagrado na sua igreja, autoridade máxima perante os fiéis e que deveria possuir uma visão de justiça e equidade, utilizou algum meio pouco usual para impedir o seu chamado, levou-a a uma situação de desconforto, como se pode ver pela citação do possível “medo” ou suposto “preconceito”. De qualquer forma, a entrevista percebeu que seu “chamado” estava sendo embargado.

Perrot (2005, p. 30) observa que “o silêncio é quebrado apenas pelas privilegiadas da cultura. Ao contrário, ele pesa ainda mais para as operárias e camponesas cuja individualidade nos escapa”. No seu silêncio indicado pela pausa da resposta a pastora evidenciou que existe,

entre outros pastores a mentalidade preconceituosa contra as mulheres que querem exercer seu chamado divino, o que se expressa através da criação de estratégias de “impedimento” não declaradas, mas evidentes, através de medidas de postergação e adiamento da indicação de uma ministra para alguma igreja.

Bourdieu (2003) afirma que “é característico dos dominantes estarem prontos a fazer reconhecer sua maneira de ser particular como universal” (BOURDIEU, 2003, p. 78). O adiamento da indicação evidencia a discriminação, mas, não é visto como algo “anti-ético”, irregular ou questionável, já que é escamoteado pela concessão “inédita” da denominação em aceitar as mulheres para os cargos do pastoreio, mesmo que sejam vistos como “secundários” em relação aos mesmos postos ocupados pelos homens do pastoreio.

A discriminação para com a mulher no ministério feminino não é algo declarado na Igreja Batista por nenhum líder. Como esta denominação é uma das poucas que aceitam as mulheres no pastoreio, esta abertura é considerada como um grande avanço teológico, ainda que haja dificuldades para a atuação feminina neste cargo. Por conta desta exceção, a aceitação das mulheres como pastoras é tratada como uma grande e positiva concessão dos líderes, mesmo que elas exerçam cargos vistos como inferiores aos dos pastores do sexo masculino.

Mesmo o preconceito, é visto como algo ocorrido devido à “falta de conhecimento” de determinado fato, porém, discriminação leva a uma situação de falta de respeito para com a liberdade do indivíduo, mesmo que a colaboradora não tenha mencionado esta falha. Se existir algo como discriminação dentro da estrutura religiosa, irá ferir os próprios princípios batistas, expostos na Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, onde no item 3, se fala da “liberdade” de cada indivíduo dentro dessa entidade religiosa, declarando-se que

Os Batistas consideram como inalienável a liberdade de consciência, a plena liberdade de religião de todas as pessoas. O homem é livre para aceitar ou rejeitar a religião; escolher ou mudar sua crença; propagar e ensinar a verdade como a entenda, sempre respeitando direitos e convicções alheios (CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, 1999, p. 12).

A tomada de decisão por parte do seu pastor gerou outras decisões contrárias ao possível pastorado da entrevistada. O fato de o pastor titular não se declarar simpatizante do ministério feminino, ocorreu devido à questão de o pastorado feminino não ser visto ainda como aprovado pela Convenção Batista ou pela Ordem dos Pastores e ele não querer enfrentar as estruturas de poder vigente nesta época.

A discriminação contra a mulher evangélica no exercício do pastorado na Igreja Batista no Brasil está baseada na problemática do silêncio e na fenomenologia do mal no feminino. Segundo Silva (M. C. C., 2009, p. 93), na Psicanálise, o silêncio está diretamente relacionado à existência de um sujeito, o qual, por motivos subjetivos, recusa-se a fazer uso da linguagem, o que é corroborado por Gebara (2000). Nessa perspectiva, o silêncio enclausura as pessoas envolvidas, num universo alicerçado em um discurso bíblico-religioso ou não, que projetam nos seus inconscientes o tipo-ideal de submissão feminina, como forma de expiação dos males da humanidade atribuídos às mulheres.

Por fim, a colaboradora esclarece que sabe perfeitamente que não apenas esse pastor, mas outros também tentaram impedir o seu chamado ministerial, aqui na Paraíba. Entretanto, continua “sem saber” os motivos que teriam levado os pastores a tomarem essa decisão, como que por temor ou até respeito por aqueles que a oprimem. Com relação a esse fato, podemos citar Bourdieu (2010) que aborda a questão da violência simbólica, “[...] doce e quase sempre invisível” (BOURDIEU, 2010, p. 47), uma espécie de poder psicológico que o dominador exerce em relação ao dominado. Afirma ainda que,

[...] sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, de reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2010, p. 7).

PESQUISADOR - Você acha que isso é a causa então de você passar dez anos à frente desse ministério no interior?

PASTORA 1 - Não. Eu passei 10 anos lá por amor mesmo. Por amor àquela obra, mas **uma coisa é certa: ninguém chama pastoras para sucessão pastoral⁶. Se vagar, der uma vacância em uma igreja como pastor titular, as pastoras não são chamadas para a seleção [que é feita pelos membros da igreja sem pastor]. As pessoas ainda não confiam ou têm medo, não sei o porquê? Nem para cargos mais elevados. Na **ordem dos pastores, na última eleição indicaram meu nome para presidente da ordem**. Eu aceitei, mas só recebi três votos de mais de 150 pastores reunidos.**

⁶ A sucessão pastoral ocorre com a saída do titular da igreja, ocasionada devido alguns motivos, dentre os quais se destacam: a morte, a existência de alguma falha comportamental e/ou administrativa e o convite feito para dirigir outra igreja.

Embora a colaboradora tente deixar claro que passou dez anos de sua existência exercendo o seu ministério numa igreja no interior do estado “por amor”, ela entra em contradição quando se refere à ausência de convites para as pastoras participarem do processo sucessório em uma Igreja Batista, seja no interior quanto na capital. Recorde-se que o seu cargo no interior não era o de titular porque aquele templo não tinha status de Igreja, já que era uma congregação. Isto significa que ela também não era pastora e sim uma missionária – que é um cargo considerado secundário, já que lá havia um titular pastor.

A causa da sua permanência durante esse período à frente da igreja no interior instala-se entre essas duas instâncias: falta de opção devido ao fato de não ser chamada e selecionada para cargos de titularidade vagos em igrejas ou um planejamento de um possível retorno à capital como pastora já que antes era missionária. Em outras palavras, quando uma candidata é finalmente ordenada como pastora, após o seu Concílio Examinatório, ela pode ser convidada para ser titular em uma igreja, mesmo sem ser selecionada para tal cargo.

É bom lembrar que a diretoria local de uma igreja é quem decide, juntamente com o pastor que se encontra deixando a igreja, o encaminhamento das questões para a assembléia ordinária e sua respectiva inclusão em um Concílio para a pauta de discussão, quanto ao processo de sucessão pastoral nas Igrejas Batistas. O que significa que os critérios que levam as pastoras a não participarem das seleções referidas, passam pela visão também dos membros das igrejas evangélicas, que na sua maioria é composta por mulheres e que, mesmo assim preferem pastores do sexo masculino. Em outras palavras, as mulheres de uma igreja podem ser preconceituosas com as pastoras do sexo feminino tanto quanto os homens no quesito da sucessão pastoral. **O ato de as mulheres participantes da membresia Batista preferirem os pastores e preterirem as pastoras é a quarta instância de discriminação que elas enfrentam neste contexto.**

Segundo Duduch (2001, p. 39) a tríplice relação (direção–pastor–igreja local) ganha contornos políticos na medida em que a relevância de uma questão qualquer fica condicionada a fatores diversos, como o interesse eventual das partes, o grau de esclarecimento sobre a matéria discutida, a conduta ética do grupo, os valores subjetivos da vida comunitária e a normatização colocada pelo estatuto da igreja. Note-se que é nesses “valores subjetivos” que podem se alojar as mentalidades preconceituosas contra as mulheres.

A sucessão pastoral é realizada então nessas igrejas, sendo emancipadas e presididas pelo vice-presidente da igreja, com apoio dos diáconos e dos membros. De acordo com a nossa observação, o processo ocorre da seguinte maneira: o vice-presidente da igreja, pessoa responsável depois da figura do pastor na direção da igreja, juntamente com o corpo diaconal,

que é o grupo responsável por zelar pela parte espiritual da mesma, solicitam nomes aos membros da igreja para a vinda de pastores que eles já conheçam ou que saibam que se encontram naquele período, sem ministério, e que satisfaçam aos interesses da igreja. É neste ponto que pode haver naquela entidade manipulação e o adiamento da indicação de uma candidata a pastora.

Como foi dito acima, é nesses interesses que estão as idéias preconceituosas dos membros de uma comunidade religiosa. Quando analisa a sociedade Cabila, Bourdieu (1999) mostra que na ordem da sexualidade, as diferenças sexuais estão imersas em um conjunto de oposições, “o movimento para o alto sendo, por exemplo, associado ao masculino, como a ereção ou a posição superior no ato sexual” (BOURDIEU, 1999, p. 16). No entanto, as mulheres aceitam e até cumpliciam com a discriminação e violência que vivenciam.

Após os dados recolhidos, os candidatos selecionados em comum acordo com a igreja, são convidados para pregarem em dias específicos, para que todos os membros venham a conhecê-los. A própria membresia da igreja, constituída por homens e mulheres batizados, é quem escolhe o pastor através do voto, podendo ser aberto ou não. Vemos aqui as brechas para que as discriminações silenciosas sejam expressas.

A colaboradora conta que as pessoas das comunidades da Igreja Batista aparentemente ainda não confiam e/ou têm medo das pastoras, e ela “não sabe afirmar o motivo de isto ocorrer”. A repetição do desconhecimento dos motivos pelos quais a membresia expressa temor das pastoras nos leva a supor que a entrevistada está discretamente se distanciando mentalmente do confronto com esta mentalidade expressa pelos votantes, que são aparentemente preconceituosos nas assembléias da seleção de pastores. **O medo e falta de confiança da comunidade Batista nas pastoras é a quinta instância de discriminação contra as mulheres**

É o que possivelmente explica o fato de a entrevistada ter tido apenas três votos na eleição da presidência da ordem dos pastores, órgão responsável pela organização pastoral no estado, constituída também por homens e mulheres, só que a maioria nessa instância citada é masculina. Como este cargo significa que os demais pastores e pastoras seriam submissos a este/a presidente eleito/a, a idéia da vitória da entrevistada pode ter sido interpretada como “presunção” da candidata dentro deste contexto discriminador da denominação como um todo.

Vale ressaltar que, mesmo que a entrevistada tenha tido consciência do temor e falta de confiança nas mulheres pastoras, ela aceitou a indicação como candidata, o que pode ser interpretado como um sinal de sua disposição para exercer um cargo de poder como

presidente da ordem dos pastores desta denominação. Como lembra Oliveira (R. D.,1999, p. 74), percebe-se aqui o seu desejo de se igualar aos homens onde ela se esqueceu de lutar pela valorização da diferença como mulher.

Ela afirmou que no mesmo dia, após esse resultado, o seu nome foi citado para outra seleção, agora para uma outra função também importante dentro da mesma estrutura de poder, o secretariado. A entrevistada nos relatou que já ocupou o referido cargo por mais de quatro anos seguidos, sendo eleita desta vez por unanimidade o que foi uma grande conquista. Ela mesma chegou à conclusão de que para cargos de poder nessa instituição, embora ela tenha experiência em direção e tesouraria de igrejas, e que seu trabalho seja elogiado, nunca foi chamada ou teve votação expressiva quando se candidatou. **Esta omissão silenciosa caracterizou a sexta instância de discriminação feita contra a sua pessoa ou gênero.**

Ranke-Heinemann declara a visão de alguns teólogos, ainda no período da igreja primitiva, em que afirmavam como deveria ser “a melhor mulher”: “Do ponto de vista da Igreja a melhor mulher é a de quem menos se fala, menos se olha e menos se ouve falar” (RANKE-HEINEMANN, 1996, p. 143). Esta citação reflete de forma plena o modelo arquetípico do contexto do preconceito contra as mulheres no universo cristão Batista desta colaboradora.

PESQUISADOR - As igrejas permitem ou entendem que você seja pastora casada do segundo relacionamento. E os demais pastores/as entendem?

PASTORA 1 - Sim, entendem. Não me quereriam se eu fosse apenas divorciada, como há uma pastora no campo que não foi [conciliada nem] ordenada por causa disso ainda.

É notório que há uma barreira muito grande para ser transposta por aquelas mulheres que vivenciam o divórcio no meio pastoral na Igreja Batista, pois, trata-se de pessoas que celebram a fidelidade e indissolubilidade do casamento diante de todos. Após o divórcio, pode ser entendido como se estivessem afirmando algo que não acreditavam plenamente.

De acordo com os ensinamentos doutrinários da Igreja Batista baseados na Bíblia, a vontade de Deus para o casamento é que ele seja vitalício, isto é, que cada cônjuge seja único até que a morte os separe. Apenas a prostituição cometida, afirmada nas escrituras como sendo palavras ditas por Jesus Cristo, pode servir como base para a separação, caso a pessoa ofendida decida não relevar esta falta (NOVO TESTAMENTO, Mat. 19:1-12, Mc 10:1-12).

A mulher divorciada, estando no ministério pastoral, mesmo sem poder ser consagrada, realiza quase as mesmas atividades propostas a uma pastora dentro dessa estrutura religiosa, ficando impedida de realizar a ceia, casamentos, batizados e dirigir as assembléias na igreja. A discriminação imposta às mulheres evangélicas divorciadas pode ser consequência da insegurança gerada em casamentos existentes de fachada.

O machismo encontrado no Ocidente Cristão, talvez seja a atitude social mais comum que deriva destas interpretações dos textos bíblicos. Sua influência sobre a leitura equivocada, faz da mulher a responsável por toda malignidade existente no mundo. [...] faz a mulher pensar que ela é inferior física, moral, intelectual e espiritualmente, em relação aos homens (SILVA, M. C. C., 2009, p. 3).

As pastoras que intencionarem trilhar seus caminhos ministeriais tendem a manter um casamento duradouro, pois, isso pode pesar na sua ordenação e possíveis convites que possam existir para liderarem igrejas. Segundo Foucault (1979), “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só com a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1979, p. 8). Como observamos nas cartas destinadas às igrejas, o apóstolo Paulo aconselhou mulheres e homens a permanecerem unidos no casamento (NOVO TESTAMENTO, 1 Co 7.10-16). Ainda afirmou que a mulher casada está ligada pela lei todo o tempo em que seu marido vive (NOVO TESTAMENTO, I Cor. 7: 39).

Embora o apóstolo não obrigue ninguém a viver em jugo desigual, ou seja, partilhar de um relacionamento com quem não participa da mesma visão cristã, percebe-se que pela organização da família estável pastores e diáconos eram reconhecidos como pessoas de boa índole e com relações conjugais estáveis dentro dessas comunidades eclesiais (NOVO TESTAMENTO, 1 Tm 3.1-13; Tt 1.5-7). O relacionamento cristão no círculo da família dos crentes era um testemunho poderoso para os não convertidos (NOVO TESTAMENTO, 1 Pe 3.1-7). É importante ressaltar que esta regra “não escrita” dos membros da Igreja Batista é praticamente igual tanto para os homens quanto para as mulheres que são aspirantes ao pastoreio.

PESQUISADOR - Quais são os argumentos utilizados para aprovar ou não as candidatas ao ministério sagrado? São os mesmos utilizados para aprovar os homens?

PASTORA 1 – Os argumentos para aprovação são argumentos bíblicos. Nós cremos, **os batistas crêem que Deus chama quem ele quer. Independente de gênero** e se você tem as mínimas qualidades para isso, qualidades também que são bíblicas e morais, **nada impede. Agora os argumentos contrários, são os mais absurdos possíveis. Ultimamente, estão apelidando o ministério pastoral feminino de “feminismo evangélico”.** As pastoras não são feministas, na essência da palavra. Nós cremos nas diferenças de papéis. **Nós não cremos que Deus coloque o homem acima da mulher nas questões de ministérios por dons.** Porque o ministério é um dom. **Mas, em tudo se argumenta para a mulher não ser pastora.** Inclusive fala mais forte a questão da prática. **Como é o aconselhamento? Como é uma mulher aconselhando homens? Como é para ela aconselhar uma turma mista? Como é para ela viajar? Até o fato da menstruação, é colocado nos argumentos.** Doenças como TPM, osteoporose são utilizadas para barrar o ministério feminino. **E isso é um absurdo.**

Embora a colaboradora nos informe nessa parte da entrevista que os Batistas acreditam que Deus “chama” quem ele quer e que independente de gênero nada impede que qualquer pessoa possa participar da estrutura de poder existente nessa instituição, em falas anteriores foi mostrada a sua dificuldade em ter o ministério pastoral feminino reconhecido pela direção de sua igreja. Percebe-se uma contradição em sua fala.

Perrot (2007) insiste na existência dos poderes informais das mulheres na estrutura doméstica, onde, muitas vezes, controlam de fato a parte mais importante dos recursos e das decisões. Nessas condições, a perpetuação do “mito” do poder masculino serve aos interesses dos dois gêneros, no sentido de elas quererem ter o mesmo poder dos homens e, por trás da ficção desse poder, as mulheres podem desenvolver à vontade suas próprias estratégias para se incluírem neste mito (OLIVEIRA, R. D., 1999, p. 98 e PERROT, 2007, p. 171).

É bom lembrar que no estatuto da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, escrito em 1940, ainda não existe até a presente data afirmação alguma quanto ao pastorado feminino. Nele está escrito, referindo-se a pessoa para o ministério pastoral, como “o pastor”, o que pode ser entendido que nas entrelinhas desta regulamentação que há espaço apenas para os homens. O ministério pastoral feminino da Igreja Batista vem sendo debatido desde 1975 e, a partir desta data, algumas mulheres foram excepcionalmente ordenadas, até que em 2007 foi decidido que elas poderiam ser aceitas como pastoras em nível nacional nesta denominação (Ver Ata da Convenção Batista Paraibana de 2002, no ANEXO 3).

Outro ponto para atenção ainda nesta fala é quando a colaboradora nos relata dos argumentos contrários ao pastorado feminino, como o *feminismo* e sua influência no meio evangélico, por causa do teor pejorativo que acompanha esta definição, gerando o que alguns teólogos estão chamando de *feminismo evangélico*⁷. A entrevistada nos conta que, segundo a sua visão, Deus não colocou o homem acima da mulher nas questões de dons ministeriais e que as pastoras Batistas crêem nas diferenças de papéis, mas, ela afirma isso para questionar o poder e liderança exclusivamente masculinos em determinados cargos da cúpula.

Oliveira (R.D., 1999, p. 73) declara que

o feminismo da diferença, desdobramento do feminismo da igualdade, introduziu um questionamento mais radical, trazendo a promessa de uma contribuição sociocultural inédita e subversiva”. Ainda são mostrados os recursos utilizados por aqueles que discriminam o ministério feminino no pastorado, quando antecipam as possíveis dificuldades que elas poderiam enfrentar, tentando impedir o exercício do seu chamado, mas declarando “querer apenas ajudá-las”.

Aconselharem homens ou turmas mistas, enfrentar viagens longas ou passar a demonstrar problemas de saúde, se tornam pretextos de dificuldades para a pastora em seu ministério, como declaram alguns. Mas, tudo isso nunca gerou problemas para aquelas mulheres que atuam em diversas funções dentro da Igreja Batista ou para as profissionais liberais, como psicólogas, médicas, enfermeiras, professoras, missionárias e outras, que são participantes desta mesma estrutura de poder.

Situações normalmente vivenciadas pelas mulheres no seu dia-a-dia são colocadas como geradoras de impedimentos para a execução de atividades relacionadas ao pastorado feminino, como enfatiza Rank-Heinemann (1996) ao destacar que “a menstruação mostrou-se particularmente fatal para as mulheres que quisessem participar dos ofícios divinos” (RANKE-HEINEMANN, 1996, p. 36). Esta mesma autora enfatiza que há um modelo de discriminação das mulheres pelo fato de elas vivenciarem mensalmente a menstruação, o que é confirmado vastamente na literatura antropológica em praticamente todos os povos do mundo.

⁷ O *Feminismo evangélico*, segundo Wayne Grudem (2010), afirma que os papéis de homem e mulher podem ser trocados. Porém, de acordo com a entrevistada, este termo é uma forma de discriminação demonstrada por alguns pastores da Igreja Batista, à visão de participantes do pastorado feminino ou aos favoráveis a ele que exigem uma mudança significativa de poder para com o gênero feminino, buscando alterar a estrutura patriarcal existente.

PESQUISADOR - Você fala de uma retaliação sendo colocada atualmente contra o ministério feminino. Ela está sendo colocada por quem e por quê?

PASTORA 1 – Bem, ultimamente teve aqui na Paraíba um teólogo chamado Wayne Grudem⁸. Ele é um bom teólogo, mas, ninguém é perfeito. Berkhof⁹ foi bom, mas não é perfeito. **Acontece que ele (GRUDEM) veio à Paraíba e está viajando o nordeste inteiro falando justamente do feminismo evangélico, colocando as pastoras no mesmo pacote de heresias como o casamento homossexual e outras coisas mais.** Coisas que nós não cremos, respeitamos, mas nós não cremos nem admitimos dentro da igreja. **Então ele joga tudo num bolo só e fala de liberalismo e outras coisas mais.** Então Grudem veio aqui na Paraíba, pregou num grande auditório e influenciou muitas cabeças. O mesmo fez em Recife e em outros lugares e agora está indo para São Paulo. E é justamente a Ordem dos Pastores Batistas, Secção São Paulo, que está divulgando em todo o país a palestra de Grudem. **Se fosse só uma palestra tudo bem, mas eles chamam de “debate teológico saudável”.** Por que saudável?

O questionamento sobre o pastorado feminino nas Igrejas Batistas ainda gera polêmicas por diversas razões. Convém repisar a informação constante no capítulo anterior, que até 2007 as pastoras que foram conciliadas e aprovadas foram aceitas como ministras em nível nacional. Depois desta data as pastoras Batistas têm sido indicadas por suas respectivas igrejas e algumas foram até “conciliadas” e aprovadas nas suas igrejas, mas, em nível nacional, tanto na Ordem dos Pastores como na Convenção Batista Brasileira elas não são reconhecidas como tais, sendo por isso aceitas como pastoras apenas em nível estadual. **Esta proibição da aceitação da ordenação das pastoras em nível nacional configura a sétima instância de discriminação feminina contra as pastoras Batistas.**

Em outras palavras, as candidatas ao pastoreio são aprovadas e aceitas em nível local-estadual, mas, **não são legitimadas em nível nacional.** É importante ressaltar que a não aceitação das pastoras é uma forma de pressão discriminadora feita pelos membros da Ordem dos Pastores e da Convenção Batista que são dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que têm maior arrecadação e respectivo poder financeiro em nível nacional. No limite, esse “veto”

⁸ Wayne A. Grudem (*1948): Pastor Batista, graduado em Harvard. Publicou O Feminismo Evangélico: Um novo caminho para o liberalismo, Confrontando o feminismo evangélico e Teologia Sistemática. (ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL. Disponível em <<http://opbbcps.blogspot.com/2009/09/literatura-para-estudo-do-movimento.html>> Acesso em 11/06/11).

⁹ Louis Berkhof (*1873/+1957) Teólogo Reformado, publicó unos 22 libros, siendo el más conocido y apreciado de todos su obra magna Teología sistemática (1932). (BIOGRAFIA DE LOS GRANDES TEOLOGOS REFORMADOS. Disponível em <<http://inp-biografias.blogspot.com/2008/07/louis-berkhof.html>> Acesso em 10.06.11).

nacional significa que as pastoras são ordenadas “apenas parcialmente”, já que não são vistas como ministras nas comunidades nacionais da Ordem dos Pastores e Convenção Batista Brasileira.

Na prática esta não aceitação faz com que a situação formal das pastoras se torne “irregular”, até porque elas não podem participar com voto das reuniões da Ordem dos Pastores e da Convenção em nível nacional, embora participem das mesmas instâncias em nível estadual. Esta é a maneira mais visível de preconceito exercida contra as pastoras do gênero feminino porque pela Ata de 2002¹⁰ a Convenção Nacional aprovou que as decisões de ordenação e conciliação seriam tomadas em nível estadual e automaticamente aceitas em nível nacional. O problema maior é que a Convenção Estadual tem aceitado este veto decidido em nível nacional, o que permite a conclusão de que **não são as pastoras que estão em situação irregular com sua “ordenação não legitimada” em nível nacional, mas, são as Convenções Batistas Estadual e Nacional que estão descumprindo a regra que criaram.**

A pastora entrevistada não citou as questões acima, as quais ficaram nas entrelinhas da sua fala. A questão é que ela está comprometida com a Convenção Estadual, Nacional e a Ordem dos Pastores por que exerce cargos importantes nessas duas instâncias. É uma questão paradoxal porque, ao mesmo tempo em que ela sofre pela discriminação, tem que se calar sobre isso porque pode colocar seus cargos em risco. É uma situação contraditória porque ela foi aceita em nível nacional por ter sido ordenada antes de 2007.

Hoje, as instâncias religiosas que exercem maior poder de pressão sobre as tomadas de decisões nas Igrejas Batistas, a Convenção Batista e a Ordem dos Pastores dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, questionam decisões de estados com menor representatividade financeira e número de membros participantes, como a Paraíba. Chegaram a enviar um palestrante de renome internacional respeitado nos seminários da entidade eclesiástica como Wayne Grudem (Anexo 5), para tentar reverter as opiniões já formadas e favoráveis a respeito do pastoreio feminino e estabelecer o que eles estão chamando de “Debate Teológico Saudável”.

Em sua obra *Manual de teologia sistemática*, Grudem (2001) deixa claro sua visão sobre quais devem ser os ministérios femininos.

[...] muitas igrejas têm sido restritivas demais em sua visão de tipos de ministério abertos às mulheres, e isso tem sido muitas vezes agravado pela visão ministerial de excessivo domínio pelo clero. Pastores e presbíteros

¹⁰ Fonte: Ata da Convenção Batista da Paraíba.

deverão ouvir muitas vezes os conselhos de mulheres em suas igrejas e abrir muito mais suas portas para centenas de outras espécies de ministérios valiosos para as mulheres, enquanto ainda são fiéis à Escritura, à medida que a compreendem melhor e, portanto, restringem “alguns papéis de governo e de ensino na igreja” aos homens (GRUDEM, 2001, p. 225)

Um debate “teologicamente saudável” na visão dos Batistas históricos tradicionais implicaria na manutenção das estruturas de poder masculino discriminador que dominam esta igreja, o que vai de encontro aos pensamentos e direitos expostos pela pastora entrevistada. Tratando dos papéis específicos e articulados das instituições sociais na reprodução da dominação masculina, Bourdieu (1999) declara:

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo... ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres.... Por fim, a Escola, mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança) (BOURDIEU, 1999, p. 103-104).

Este autor confirma de modo inequívoco a visão preconceituosa das Igrejas de modo geral, o que demonstra que a denominação Batista utiliza a sua postura modernizada como fachada para escamotear os tradicionais valores patriarcais que insiste em manter.

PESQUISADOR- Quais os critérios que você acha importantes no encaminhamento ou de efetivação de uma teóloga ou pastora para o interior? Porque mandam uma teóloga ou uma pastora para o interior? Ou para a capital? Ou para ser uma auxiliar? Ou para trabalhar só com mulheres? Ordene esses critérios.

PASTORA 1 - A maioria da força missionária mundial é feita por mulher. Então elas deixam seus lares, seus sonhos, tudo. E vão cumprir o “Ide Do Senhor”. **Parece que mulher tem mais coragem para ir para o interior, e lá dormir no chão, enfrentar o preconceito e essa coisa toda.** Então se você for olhar para o interior. Nós temos no interior pastoreando várias mulheres. E em igrejas que hoje existem homens, antes tiveram uma mulher na liderança. Por que se manda mulher para o interior? **Porque não se quer mulher na capital. No interior ela é menos vista. Na capital é mais visível o ministério dela.**

Mesmo sem colocar os critérios em uma ordem como lhe foi solicitado, a entrevistada afirma a força do papel da mulher na obra missionária, na divulgação dos ensinamentos teológicos e implantação de igrejas, embora sejam dadas condições sub-humanas para que as mesmas realizem essas atividades. Em Oliveira (R. D., 1999) percebemos que,

Essa cultura masculina alimentou representações das mulheres como seres anfíbios, mais instintuais que os homens: alheias à Razão, rebeldes à domesticação, como se, nelas, a Natureza guardasse seus direitos de permanência, de imutabilidade, de regularidade. Naturalizadas, as mulheres não foram incorporadas ou tornadas significativas na cultura humana/masculina. O confinamento do sexo feminino em uma relação limitada com apenas alguns aspectos do meio ambiente, fruto da diferenciação sexual, traduziu-se em desigualdade de status e poder, tornando-se hierarquia que, por seu caráter invariante, passou a ser percebida como um dado do comportamento humano, inscrita no corpo e por ele ditado, e que as representações mitológicas e ideológicas só fizeram confirmar (p. 40).

Devido à estrutura precária oferecida para a mulher realizar o trabalho religioso, a pastora entrevistada expressa a percepção de que ela é “mais preparada” para sofrer do que o homem, sendo capaz de passar por grandes dificuldades para levar a “palavra” de Deus.

(...) o sacrifício de si mesmo também é um meio utilizado pelas religiões e até pela cultura, para manter um certo poder sobre as pessoas. Este comportamento é quase tão antigo como a humanidade (...) o sacrifício sob suas diversas formas, sempre foi utilizado como uma espécie de ‘moeda de troca’ para obter alguma coisa dos deuses, das deusas ou das pessoas (GEBARA, 2000, p. 132).

Percebe-se, no entanto, que nestas situações apresentam-se mais formas de discriminação contra a mulher pastora e mostra também como ela, neste contexto, tem se “resignado” com as estruturas patriarcais do poder vigente na denominação Batista. Bourdieu (1999) comenta que

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. Porém, por mais exata que seja a correspondência entre as realidades ou os processos do mundo natural, e os princípios de visão e de divisão que lhes são aplicados, há sempre lugar para uma luta cognitiva a propósito do sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais. A indeterminação parcial de certos objetos autoriza, de fato, interpretações antagônicas, oferecendo aos dominados uma possibilidade de resistência contra o efeito de imposição simbólica. (BOURDIEU, 1999, p. 22).

Del Priore (1998) possibilita entender diante de determinadas situações impostas, que as mulheres, na busca do seu lugar nas estruturas de poder existentes, mesmo que nada falem, as suas vozes “são ouvidas à luz dos constrangimentos impostos pelas práticas de poder que orientam tal e qual interrogatório” (DEL PRIORE, 1998, p. 227). Tentando fazê-las objetos de manobra, **a ideologia patriarcal da dominação masculina não foi questionada. A pastora foi enviada para fazer sua missão no interior da Paraíba sem questionar, e esse contexto – envio e aceitação - evidencia assim a oitava instância de discriminação contra as pastoras Batistas.**

Por outro lado, a aceitação da missão por parte da entrevistada para ir residir e pastorear em cidades menos visíveis em termos de prestígio eclesial pode ser interpretada como parte de sua vocação e do chamado divino, ao mesmo tempo em que foi uma maneira de se iniciar na lida pastoral com o intuito de conseguir, em algum momento futuro, a vinda para a capital, o que terminou se concretizando no ano de 2010. Em outras palavras, a entrevistada se colocou na base da escalada do poder pastoral que é ainda monopolizado pelos ministros do gênero masculino.

PESQUISADOR - Você acha que esse medo colocado sobre a mulher pelos pastores ou qualquer organização, é misoginia, é algo contra a figura da mulher ou algo contra a figura do poder que a mulher possa exercer?

PASTORA 1 - É misoginia mesmo. Na maioria, eu vejo muito medo de [os homens] ser[em] comandado[s] por uma mulher, por considerá-la “mais frágil”. Porque ela sempre foi dominada, então os homens, eles tem uma restrição da mulher na liderança. Não é aquela aversão da mulher em si. Eles gostam da companhia das mulheres, do trabalho delas, **mas na liderança jamais.**

Na fala da tela acima se pode notar que por trás da chamada “fragilidade” feminina está a significação da “incompetência” feminina vista pelos pastores do gênero masculino. Essa classificação desmerecedora, segundo a entrevistada, pode estar disfarçando o temor e perplexidade que os homens podem supostamente sentir por serem liderados pelas mulheres. BOURDIEU (1999) acrescenta ainda que “o esforço no sentido de libertar as mulheres da dominação, isto é, das estruturas objetivas e incorporadas não pode se dar sem um esforço paralelo no sentido de liberar os homens dessas mesmas estruturas que fazem com que eles contribuam para impô-las” (BOURDIEU, 1999, p. 136).

Esta questão é tão complexa que leva a ambos, homens e mulheres, a pensarem em “mudanças” nesta hierarquia em forma de inversão dos papéis, que se não forem monopolizados pelos homens podem passar a ser monopolizados pelas mulheres, o que manteria a mesma hierarquia só que de forma invertida, ou seja, nada mudaria. Em outras palavras, não se fala em divisão das lideranças entre os dois gêneros por isso geram-se as mentalidades e atitudes misóginas.

A misoginia revela-se principalmente quando o assunto é o saber-poder das mulheres no campo religioso. Armstrong (1994) observou que “o cristianismo ocidental jamais se recuperou inteiramente dessa misoginia neurótica, que ainda se pode ver na reação desequilibrada à simples idéia de ordenação de mulheres” (ARMSTRONG, 1994, p. 133).

Boyarin (1994, p. 14) comenta:

Se dissermos que uma cultura é misógina ou não, o que isto significa, ou melhor, a quem estamos nos referindo? Aos homens, às mulheres, às elites,...? O que significa dizer que uma determinada cultura é misógina? Estaríamos ignorando a existência das mulheres como parte dessa cultura, ou simplesmente afirmando que elas seriam vítimas de uma falsa consciência, tendo também internalizado a misoginia?

Sobre os textos que apresentam misoginia, Ehrman (2006) declara:

Os textos paulinos que excluem as mulheres dos lugares de poder na igreja foram intencionalmente alterados por copistas misóginos. [...] nem os judeus nem os cristãos ortodoxos gregos encaravam a queda de Adão sob uma luz tão catastrófica; nem, depois, adotariam os muçulmanos essa sombria teologia de Pecado Original (EHRMAN, 2006, p. 188-189).

A visão dominadora, patriarcal e misógina demonstrada e que tem ocorrido nas estruturas eclesiais, é sempre exercida de forma velada e, ao mesmo tempo explícita, como aconteceu com Grudem (2001), que expressou seu ideário discriminador em forma de “homenagem” e “valorização” às mulheres, para ficarem em casa e longe dos cargos de liderança. Ocorre, porém, que a entrevistada demonstrou aspirar cargos de liderança, que no momento são ocupados pelos homens. **Esta aspiração instiga um questionamento: será que a entrevistada vai ter serenidade para esperar a mudança de mentalidade entre os Batistas sobre o pastoreio feminino para poder ascender como líder?**

PESQUISADOR - Como você ordena então os critérios de encaminhamento (de efetivação de uma teóloga ou pastora) para o interior? Porque as mandam para o interior ou para a capital? Ou para ser uma auxiliar? Ou para trabalhar só com mulheres?

PASTORA 1 - Há vários tipos de ministério. Há os mais abrangentes e há aquelas [pastoras] que se sentem mais vocacionadas para pastorear uma sociedade feminina. **No meu entender, eu creio que pastora tem que ser leão.** Pastorear todos. Algumas [pastoras] por tanta pressão e por tanto costume também de estar entre as mulheres, se sentem mais a vontade ficando entre as mulheres. Mas, não deixam de serem pastoras por isso. Acho que falta apenas uma oportunidade para desenvolver, mas é do interesse realmente masculino, que as pastoras, pastoreiem apenas as mulheres, pequenos grupos e não a igreja em si.

Nesta fala, que respondeu à uma tripla indagação, percebe-se que há uma visão abrangente por parte das pastoras quanto ao que deve ser um ministério pastoral feminino. Para a entrevistada, a pastora deve ser atuante em todos os ministérios. Sobre o que é um ministério na visão daqueles que fazem parte da denominação em estudo, há declarações da Convenção Batista Brasileira, onde está explícito que

Os que são chamados pelo Senhor para o ministério cristão devem reconhecer que o fim da chamada é servir. [...] Cada cristão tem o dever de ministrar ou servir com abnegação completa; Deus, porém, na sua sabedoria, chama várias pessoas de um modo singular para dedicarem sua vida de tempo integral ao ministério relacionado com a obra da igreja (CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, 1999a, p. 7)

Convém destacar que na regulamentação acima não se menciona o gênero d@s ministr@s e sim o que se espera deles/as. A metáfora do “ser como leão” utilizada pela entrevistada, no entanto, é muito rica e significativa e esta polissemia pode ter diversas interpretações. Simbolicamente o leão, no nosso entender, é visto como um modelo de força, poder, invencibilidade, persistência, liderança – é o “rei das selvas” – e por isso tudo é dominador e deve ser respeitado por seus súditos.

Ao utilizar a analogia do “ser como leão” a pastora pode estar se referindo à sua necessidade de ser respeitada pelos frequentadores e devotos da igreja, e que estes devem ser liderados por ela de acordo com o modelo de um pastor – masculino, portanto - desta denominação. Ao se referir ao pastoreio de todos os ministérios denotou a disposição de dar conta da organização espiritual e material de uma igreja como um todo e não apenas àqueles relacionados ao mundo feminino, que, por sua vez, foi colocado como atributo de menor importância do que os assuntos gerais administrados pelos pastores de uma igreja.

Além disso, o ministério das mulheres tem sido delegado às missionárias, cujo trabalho também vem sendo colocado como de menor poder na escala de autoridades da Igreja Batista, ou seja, está abaixo da liderança dos pastores do gênero masculino. Ao atuarem

no universo feminino as mulheres pastoras são indicadas para se ocuparem de questões de pequenos grupos que “fogem” da alçada do poder mais amplo dos homens, e, por isso mesmo, aparentemente, não se envolvem com os interesses masculinos, o que hipoteticamente incluiria o poder de decisão dos homens.

Note-se que, ao usar a palavra “masculino”, sem perceber, a pastora se colocou no mesmo patamar hierárquico dos pastores deste gênero, o que nos leva a recorrer, mais uma vez à Oliveira (R.D., 1999, p. 17), quando a autora lembra que as mulheres desejam “eliminar” a diferença entre elas e os homens competindo com eles como se fossem do mesmo gênero. Nesta suposta “igualdade com o masculino” as mulheres querem então ser vistas com os mesmos poderes dos homens, daí a metáfora de as pastoras terem que ser *como* um “leão”, ou seja, com os atributos de um ser forte, poderoso, invencível, persistente, líder e analogicamente “masculino”.

Cabe questionar: haveria possibilidade de as mulheres pastoras desenvolverem esses atributos e funções *através* da sua feminilidade? É importante destacar que não são apenas as mulheres que desenvolvem esses ideários de eliminação das diferenças entre o masculino e o feminino para aceitarem e respeitarem as mulheres; os homens estabeleceram tais distorções milenarmente, como se pode perceber até nas mensagens bíblicas.

A mulher aprenda em silêncio, com toda a submissão. E não permito que a mulher ensine, nem exerça autoridade de homem; esteja, porém, em silêncio (NOVO TESTAMENTO, 1 Timóteo 2:11-12)

Como em todas as igrejas dos santos, conservem-se as mulheres caladas nas igrejas, porque não lhes é permitido falar; mas estejam submissas como também a lei o determina. Se, porém, querem aprender alguma coisa, interroguem, em casa, a seu próprio marido; porque para a mulher é vergonhoso falar na igreja (NOVO TESTAMENTO, 1 Coríntios 14:33-35)

As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor [...] Como, porém, a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas ao seu marido (NOVO TESTAMENTO, Efésios 5:22, 24).

Segundo Ranke-Heinemann (1996, p. 101), “Agostinho foi o brilhante inventor do que os alemães chamam de três kás (Kinder, Küche e Kirche – filhos, cozinha, igreja), uma idéia ainda viva, que, com efeito, continua a ser a posição teológica primária das mulheres na hierarquia da Igreja”. Este ideário patriarcalista permeia ainda a mente de algumas dessas mulheres pastoras.

Esse pensamento pode sugerir a necessidade de conquista de poder evidenciada na fala da colaboradora, que foi expressa através de seus diálogos. Mais uma vez a colaboradora frisou conhecer o interesse masculino quanto à não inserção das mulheres nos lugares de poder, embora que durante toda a entrevista relate “desconhecer os motivos”. Em outras palavras, a entrevistada não demonstrou interesse em buscar conhecer os motivos masculinos que justificariam a discriminação deles contra as mulheres por não aceitarem a suposta “inferioridade” que lhes é imputada através do preconceito patriarcal.

PESQUISADOR - Fazendo uma lista baseada na ordem decrescente de poder de votos na Igreja Batista, quem é que tem poder de pressão em nível nacional?

PASTORA 1 - **Bem, é até motivo de escândalo o que eu vou dizer, mas uma coisa é certa: quem paga mais pode mais!**¹¹ Então, as secções da ordem dos pastores que “bancam”, tipo a de São Paulo, que são super numerosas e ativas, elas [as secções] se sentem no direito de impor a sua vontade. Outras grandes secções também. Secções pequenas tipo a da **Paraíba, elas são relevantes sim, mas a influência é muito pequena. Ainda né? Ainda.** Mas em questões de influência mesmo, podemos citar a Ordem dos Pastores Batista Brasileira que se situa no Rio de Janeiro. **As Secções do Rio de Janeiro e de São Paulo são as principais opositoras do ministério feminino.** Mas o nosso presidente atual, da Ordem dos Pastores Brasileiros é favorável, ainda bem. Esse é um ponto ao nosso favor.

Nesta fala há uma reprodução da ordem de poder capitalista que se relaciona ao poderio financeiro deste sistema: quanto maior é o capital, maior é o poder político. Neste sentido, as instâncias formais das Ordens dos Pastores e Convenções representadas pelos estados mais ricos têm maior poder de decisão sobre os estados brasileiros do nordeste, que têm menor capital arrecadado nas igrejas através dos dízimos. A questão da aceitação da existência do pastoreio feminino tem se mostrado, portanto, de natureza religiosa, política e financeira, onde o que vale como poder de decisão é monopolizado pelos homens, mesmo que estes interesses gerem distorções na sua concreção real como já apontamos linhas atrás.

A influência da Paraíba ainda é considerada pequena quanto às tomadas de decisões, ou seja, se os poderosos e ricos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro são opositores do

¹¹ No Estatuto da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil Artigo 2º, é informado que ela é formada de Seções existentes no âmbito das Convenções Batistas Estaduais ou Regionais, e no Artigo 7º, destacam-se os deveres dos pastores membros, como as contribuições financeiras. (ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL. Disponível em <www.opbb.org/documentos/atasopbb.doc> Acesso em 05.06.11).

pastorado feminino como já foi dito pela entrevistada, fica realmente muito difícil de as mulheres chegarem à estrutura de poder e provocar alguma mudança, se é que todas elas intencionem fazer isso. Um ponto a favor das mulheres no pastorado, segundo a pastora colaboradora, é o fato do atual presidente da Ordem dos Pastores do Brasil ser favorável ao ministério pastoral feminino. Neste ponto questiono: se o presidente da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil aceita e é à favor do pastorado feminino, como ele acata então as discriminações formais contra as ministras que não são legitimadas nacionalmente depois de 2007?

PESQUISADOR - Como você acha que poderia ser um concílio só de mulheres pastoras feito com um candidato a pastor do sexo masculino?

PASTORA 1 - Nos últimos Concílios que nós fizemos, as mulheres não foram chamadas para perguntar, para serem examinadoras nem de teologia, nem de eclesiologia, nem de vocação e chamada. Se existir mulher na platéia ela vai ser relatora do Concílio, alguma coisa assim, mas ela não vai ser chamada para entrevistar, ainda mais um Concílio só de mulher, o candidato não iria aceitar.

Há nesta fala uma informação importante se ela for relacionada com a negação da aprovação das pastoras nas instâncias formais nacionais desde 2007: as mulheres pastoras *não* foram convidadas a participar dos “últimos Concílios” feitos pela Igreja Batista. **A ausência de convites para participarem dos Concílios Examinatórios configura a nona instância de discriminação das pastoras Batistas.** Há também a questão de que “o candidato a pastor” que será “conciliado” poderia *não aceitar* a participação das pastoras em seu Concílio. Essas afirmações evidenciam todos os preconceitos já citados e analisados acima, os quais vetam e excluem as mulheres em situações de decisões importantes.

Não por acaso a entrevistada demonstrou sua disposição de galgar a escala de ascensão espiritual e de prestígio da Igreja Batista “da mesma forma que os homens-pastores”. É que a participação das mulheres é formalmente desvalorizada e menosprezada neste contexto em que se estimula a obediência às lideranças, tal como a atitude tomada pela própria entrevistada quando quis se ordenar. Nesta situação de veto político contra as pastoras cabe questionar: há alguma possibilidade de êxito em algum movimento de reivindicação das mulheres para serem aceitas como líderes espirituais em nível local e nacional? A via da

“obediência e conformismo” poderia ser uma forma de as pastoras mulheres terem, pela dedicação e competência, mais respeito e visibilidade por seu trabalho e sua vocação?

O papel que tem sido relegado às mulheres é o de relatora dos Concílios de avaliação dos candidatos ao pastoreio, que se refere ao ato de redigir, como escritã semelhante ao seu papel nos fóruns da justiça comum, descrevendo todo o processo ocorrido e que depois será lido em assembléia no momento da ordenação do candidato, em outro dia, com a igreja toda reunida. A função de relatora neste contexto Batista é um trabalho importante, porém, é visto nas instâncias de poder como de menor valor em termos de poder de decisão. Deve-se salientar que a função de relatoria não é disputada por ninguém, nem recebida como prestígio, sendo por muitas vezes motivo de zombaria por parte dos outros que ali se encontram, de acordo com as nossas observações.

É muito mais importante para alguns pastores ir para os Concílios apenas como platéia e compondo o quorum necessário para o evento caso não consigam examinar os candidatos na área de Teologia ou Eclesiologia. A função de relatoria perde até para aquela que em um Concílio também é considerada de valor irrisório, que se refere ao exame dos candidatos na área de Vocação e Chamada, em que pese o seu valor essencial em termos teológicos.

O conteúdo desses registros também remete ao ato de “investidura”, tratado por Bourdieu (1996, p. 99):

a investidura exerce uma eficácia simbólica inteiramente real pelo fato de transformar efetivamente a pessoa consagrada: de início, logra tal efeito ao transformar a representação que os demais agentes possuem dessa pessoa e ao modificar sobretudo os comportamentos que adotam em relação a ela (a mais visível de todas essas mudanças é o fato de lhe conceder títulos de respeito e o respeito realmente associado a tal enunciação); em seguida, porque a investidura transforma ao mesmo tempo a representação que a pessoa investida faz de si mesma, bem como os comportamentos que ela acredita estar obrigada a adotar para se ajustar a tal representação.

É importante perceber que as certezas das mulheres que estão no ministério pastoral feminino na Igreja Batista da Paraíba estão pautadas nas suas experiências do dia-a-dia onde, segundo elas, há poucas possibilidades de mudanças. No entanto deve-se ressaltar que, apesar de todas as discriminações e exclusões, houve, paradoxalmente, conquistas alcançadas por elas no decorrer da história da Igreja Batista até a presente data, o que *ainda não ocorreu* em muitas igrejas do mundo atual. Erickson (1996, p. 291) justificou a luta feminina pelo acesso aos lugares significativos de poder ao analisar que:

Numa sociedade que gratifica os que formam alianças com a vida sagrada e masculina, e tortura os que não o fazem, é compreensível que as pessoas conhecidas como mulheres (bem como as outras consideradas femininas) quisessem ser sagradas.

Concordo com o autor porque considero que essa reação produzida pelos avaliadores nos Concílios da Igreja Batista, com relação à presença feminina, pode ser uma forma de impedir o acesso de mulheres em lugares sagrados que significam como de maior poder. Note-se que essas discriminações, exclusões e vetos explícitos são feitos publicamente, em meio a muitas pessoas assistindo aos concílios, o que deve servir como ocasião de reforço do ideário preconceituoso contra as mulheres.

4.2 ENTREVISTA COM A PASTORA 2

PESQUISADOR - Fale sobre a recepção que você teve quando você entendeu que Deus lhe chamou e resolveu contar ao seu pastor o seu chamado, quando a Igreja decidiu em assembléia lhe enviar ao seminário e quando você foi ordenada ao ministério. Fale tudo o que se passou nestas ocasiões.

PASTORA 2 - No meu começo, no meu sonho pastoral, nenhuma igreja me mandou ir fazer curso teológico. Eu mesma tomei a iniciativa e fui fazer o meu curso. Porque como eu tinha certeza do meu chamado o que é que eu fiz? Vou me instruir para manusear bem a palavra. Então eu tomei a decisão de ir e fui estudar. Para eu me matricular no seminário Batista eu pedi para o reitor para aceitar minha matrícula e ele permitiu, mas, pediu que eu trouxesse a declaração do meu pastor me autorizando e a cópia da ata da assembléia com aprovação da minha matrícula no seminário, pois, neste tempo eu não poderia estudar lá sem esses dois documentos. Durante o período em que eu estudava, o que é que aconteceu, o chamado foi se fortalecendo. Eu fui tendo mais certeza de que eu seria uma mulher pastora. **E dentro do próprio seminário¹² eu sofri preconceitos. As pessoas não aceitavam que eu dissesse que eu seria uma pastora.**

A pastora entrevistada relata uma possibilidade pouco vivenciada pela maioria daqueles que são chamados pelo sagrado e intencionam se matricular em um seminário, porque só vão para os cursos de Teologia os candidatos ao pastoreio ou educadores religiosos

¹² O Instituto Teológico Batista de Ensino Superior (ITEBES) é o seminário para o qual as Igrejas Batistas direcionam os vocacionados para o Ministério Pastoral e Educação Religiosa, na Paraíba. Criado em 1990, foi responsável pela formação acadêmica das pastoras entrevistadas para essa pesquisa.

que são previamente aprovados pelos pastores da igreja à qual pertencem e participam. Em situações ditas como normais os pastores, após ouvirem os candidatos ao seminário teológico, direcionam o pedido dos mesmos às assembleias da igreja e o aval final de aprovação deve ser dado nestas ocasiões de voto coletivo e aberto.

O preconceito no decorrer do curso de teologia, no entanto, foi veemente, de acordo com a fala acima. O destaque maior foi pelas críticas que a entrevistada enfrentou por sua pretensão de ser pastora, ou seja, ela expressou no contexto teológico um desejo considerado proibitivo, pois, não estava lá para ser missionária ou educadora religiosa, que era o espaço menor permitido às mulheres. **O preconceito contra as candidatas a pastoras no decorrer dos estudos de Teologia dos seminários configura a décima instância de discriminação contra as mulheres neste contexto.**

Conforme Oliveira (R. D., 1999, p. 84), “o domínio da palavra e do saber são pré-requisitos fundamentais para que as mulheres possam efetuar uma travessia bem sucedida no espaço público, sendo o êxito tão procurado quanto temido; tão procurado, quanto sabotado”. Mesmo discriminada, a colaboradora enfrentou as barreiras do preconceito através do seu talento pastoral que foi posteriormente reconhecido, já que ela foi a primeira desta denominação, que atua como auxiliar num grande templo da Igreja Batista em João Pessoa.

Como Bourdieu nos informa

Simbolicamente votadas à resignação e à discrição, as mulheres só podem exercer algum poder voltando contra o forte sua própria força, ou aceitando se apagar, ou pelo menos, negar um poder que elas só podem exercer por procuração (como eminências pardas) (BOURDIEU, 2003, p. 43)

Com toda a competência reconhecida desta pastora note-se que ela não é titular na igreja onde atua. O autor acima citado levanta a questão do poder e prestígio nesta denominação que é diminuído pelo fato de ser auxiliar de um dos maiores líderes da Igreja Batista Paraibana.

PESQUISADOR - Quais foram os termos do preconceito que foram usados no seminário?

PASTORA 2 - Ah coitada, **galinha vai criar dente e ela jamais será uma pastora!** Ah, onde é que tem? **Mulher foi feita para varrer, cuidar de menino** na igreja, **pra servir**, pra ficar como **diaconiza**. Não vai ter uma pessoa que vai ordenar. Coitadinha, está aí sonhando acordada. Não vai ter nenhum pastor que faça isso. E na verdade não tinha mesmo não! Só alguns que

sonhavam comigo esse sonho. Alguns professores do seminário ITEBES, onde eu estudei. Então, tinha um ou dois e no máximo três é que sonhavam comigo e criam que no futuro haveria mulher na Paraíba para ser ordenada pastora. Depois quando as coisas foram se fortalecendo eu cai em campo, fui lutar pelo que eu queria. Fui para as convenções e eu lembro que **a primeira convenção que eu botei uma carta em prol da ordenação de mulheres, as próprias mulheres eram contra.** Então, eu me lembro da primeira vez que eu lancei uma carta, numa convenção que aconteceu até na minha igreja. **Para eu subir no púlpito para ler a carta foi preciso que o meu pastor** tomasse o microfone e **dissesse** assim: **eu sou a favor que ela leia a carta [para aprovação do pastorado feminino],** afinal de contas ela escreveu. **Eu só não fui apedrejada porque na época elas não tinham pedras nas mãos.**

Nesta fala podemos perceber a mentalidade que dá lastro para a rejeição do pastoreio feminino, tanto por parte dos homens quanto pelas mulheres presentes neste contexto recente – há menos de dez anos – desta denominação. O preconceito e discriminação dos membros da igreja ficaram claros ao relegarem às mulheres apenas os trabalhos considerados como de menor valor, como o de diaconiza das igrejas, além do papel a elas indicado na cultura patriarcal, que é o das tarefas domésticas.

A determinação da pastora foi tão sólida que ela chegou ao ponto de redigir uma carta aos congregados pedindo uma abertura para aceitarem as mulheres no pastorado, o que aconteceu em uma Assembléia Estadual Anual da Convenção Batista. No entanto, note-se que ela **só pode ler a referida carta depois da autorização do seu pastor e líder.** Apesar de tão importante apoio **a citada missiva não foi legitimada por muitos membros da sua igreja, especialmente as mulheres, através da pesada metáfora do “apedrejamento”.** O pedido de autorização feito ao pastor líder para que ela pudesse ler a sua carta de protesto contra os preconceitos pode ser interpretada como uma espécie de “respeito temeroso”, ou seja, uma aceitação subliminar da pastora a estes mesmos preconceitos, o que configura um paradoxo.

Ao destacar os temas sobre mulher e trabalho, Perrot (2005) relata que as atividades femininas foram colocadas à sombra, observando que a história do trabalho feminino é inseparável da história da família, das relações entre os gêneros e de seus papéis sociais. Continua até hoje o reconhecimento de profissões ditas como sendo de mulheres, como àquelas nas quais as tarefas domésticas são primordiais e estão ligadas ao ensino, cuidado e assistência social.

Oliveira (R. D. 1999), relata que a literatura foi um dos meios encontrados pelas mulheres para se libertarem de uma espécie de “prisão social” em que estavam vivendo, podendo expor suas opiniões.

A literatura não foi para as mulheres uma simples transgressão das leis não escritas que lhes proibiam o acesso à criação. Foi, muito mais que isso, um território liberado, clandestino, pulsando ao ritmo emocional dessa clandestinidade e desse risco. Saída secreta da clausura da linguagem e de um pensamento que as pensava e descrevia in absentia (OLIVEIRA, R. D., 1999, p. 12).

O saber-poder das mulheres que provoca o medo nos homens se revela no contexto judaico-cristão, acredita Ruether (1993, p. 309), através do mito das primeiras mulheres criadas por Deus. Elas teriam dado origem ao mal, porque tinham ou tiveram acesso ao conhecimento, segundo a autora citada. Lilith conhecia o nome impronunciável de Deus e era conhecida também como a “espírita que sabe”. Ela era rebelde, independente e provocava o mal. Eva foi a primeira a experimentar do fruto da “árvore do conhecimento do bem e do mal” e ofereceu-o depois a Adão, causando, com isso, a queda da humanidade. O saber da mulher, segundo esses modelos simbólicos, representa uma ameaça aos homens, causa dissensão e leva à destruição. Ressalte-se nestes elementos de simbolismo os arquétipos de desvalorização feminina.

PESQUISADOR – Porque o homem e a mulher do nordeste têm isso na cabeça (relativo à mulher no poder)?

PASTORA 2 - (RISOS) Não são todas as mulheres que tem. Tem aquelas que realmente decidiram ficar em casa, cuidar da casa, cuidar do marido, dos filhos. Mas têm aquelas que têm sonhos. Tem sonhos, tem desejos, têm ideais e eu estou entre elas, entendeu? E além de estar entre elas, eu tenho um Deus que conversa comigo. E que nós dois juntos, a gente toma decisões. Ele estando no topo da minha decisão. Tem mulher que se submete a isso. Isso não significa dizer que na minha casa quem manda sou eu. Meu marido continua sendo o varão da casa, eu jamais ficaria na minha casa, com meu marido sendo... eu mandando nele. Ele continua sendo, agora ele reconhece o meu pastorado, respeita o meu pastorado, entendeu? E juntos a gente ora, partilha. E não tem nenhum problema. No nordeste é muito difícil, no mundo eclesiástico a mulher pastora. É tanto que **hoje eu não suporto isso**, eu não suporto, **eu rejeito** isso em nome de Jesus, **as mulheres pastoras**, a maioria delas começa a dizer: **eu sou pastora de mulher! Eu não sou pastora de mulher, eu sou ordenada pastora. Na Bíblia não tem Deus chamando homem para cuidar só de homens e a mulher para cuidar só de mulher.** E

os pastores hoje da Paraíba tem essa visão, de que nós somos ordenadas pastoras para cuidar de mulheres.

Repetindo um discurso imposto durante gerações, de que o papel da mulher seria secundário em todo o tempo, a igreja tem direcionado muitas vezes a vocacionada ao ministério pastoral, para estudar educação religiosa nos Seminários Batistas. Na fala acima percebemos uma diferenciação de grau entre o ser “pastora de mulheres” e “ordenada” pastora, no sentido de cuidar tanto das mulheres e crianças como dos homens igualmente.

Às “pastoras de mulheres” é relegado um papel de categoria menos importante do que às “ordenadas” pastoras. A invocação da Bíblia para legitimar a importância das que foram consagradas tornou a resposta mais convincente para os membros desta denominação. Mas, ainda que a entrevistada tenha um discurso convicto, ela continua como pastora-auxiliar, o que configura uma flagrante contradição. Como Oliveira (R. D., 1999, p. 56) nos mostra:

E foi assim que essa igualdade nasceu capenga e a relação entre os sexos resultou numa estranha conta de somar: feminino + masculino = masculino. A crise da identidade psicossocial das mulheres [...] é o resultado desse feminino de soma zero. Essa crise é tanto mais perceptível quanto mais as mulheres se afirmam na vida intelectual e profissional.

Mais uma vez a teórica acima citada confirma que a dita ousadia das mulheres configura uma “feminilidade masculina” quando elas se dispõem a lutar por suas ascensões. De acordo com nossas observações, algumas mulheres desta denominação compartilharam da frustração de serem obrigadas a cursar o ensino superior voltado para a educação religiosa, embora não fosse isso que elas desejaram. Outras que estudaram teologia se tornaram excelentes dirigentes de corais, magníficas professoras de escola bíblica, missionárias em potencial, porém, não conseguiram exercer o ministério pastoral.

Isto ocorre porque mesmo após cursarem Teologia elas não foram conclamadas para o Concílio Examinatório. Em outras palavras, nenhum candidato a pastor do gênero masculino ou feminino pode decidir, por conta própria, fazer uma “auto-convocação” para o seu Concílio. Isto significa que, se há barreiras e requisitos para os candidatos masculinos, **para as mulheres as exigências são muito maiores.**

Ranke-Heinemann (1996) descreve a fala de São Tomás sobre a criação da mulher, onde ele declarou:

“Não vejo que espécie de auxílio a mulher deveria prestar ao homem, caso se exclua a finalidade da procriação. Se a mulher não foi dada ao homem para ajudá-lo a gerar filhos, para que serviria? Para cultivarem a terra juntos?

Se fosse necessária ajuda para isso, um homem seria de melhor auxílio para o outro homem. O mesmo se dizer para o conforto na solidão. Pois muito maior o prazer para vida e para a conversa quando dois amigos vivem juntos do que quando homem e mulher coabitam” (RANKE- HEINEMANN, 1996, p. 101).

Esta autora expõe a problemática da discriminação feminina de modo racional, no entanto, a questão é emocional antes de tudo. A entrevistada declara então existir mulheres que partilham visões diferenciadas das suas, aquelas que decidiram manter a estrutura patriarcal vigente e outras que se opõem frontalmente à dominação masculina imposta. Nota-se que a entrevistada se coloca dentre aquelas que se opõem a estrutura patriarcal mantida durante muito tempo, porém faz questão de informar que com relação ao seu relacionamento conjugal e familiar, mantém uma estrutura patriarcal, onde o seu marido exerce o papel da dominação. Vemos então um conjunto de contradições entre o que se fala e o que se faz. **Aqui questionamos: haveria possibilidade de a colaboradora conciliar essas duas visões de independência e dependência ao mesmo tempo?**

Para que se possa entender a lógica desta contradição recorro a Bourdieu (1989), que considera o campo do poder como um "campo de forças" definido em sua estrutura pelo estado de relação de forças entre formas de poder ou espécies de capital diferentes na sua abordagem sobre a questão a partir da noção de campo. Vale destacar, de acordo com este autor, o citado capital é de natureza cultural e política e não somente o financeiro. É um campo de lutas pelo poder entre detentores de poderes ou forças diferentes; é um espaço de jogo, onde agentes e instituições, tendo em comum o fato de possuírem uma quantidade de capital específico (econômico ou cultural especialmente), é suficiente para ocupar posições de comando no seio de seus respectivos campos. Esses poderes se afrontam em estratégias destinadas a conservar ou a transformar essa relação de forças (BOURDIEU, 2002, p. 375). Em outras palavras, as contradições refletem o jogo de forças que existem inclusive na consciência paradoxal da mulher discriminada.

Embora a entrevistada declare ser contrária a dominação masculina na estrutura denominacional, parece importante para ela adotar o discurso de “dependente” da dominação do seu esposo, caracterizando a existência de um poder simbólico, como também nos informa Bourdieu: “(...) poder invisível que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber, que a ele se submetem ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1999, p. 31). Realmente, a referida “dominação” é exercida através da negociação da aceitação da ascensão da pastora em troca do seu suposto papel de dominante.

Formula-se então a hipótese de que historicamente a igreja não é um lugar reservado para as mulheres que querem atuar como líderes, mas, que lhes foi “permitido” entrar em suas estruturas a fim de facilitar ao homem o dia a dia no ministério. Na religião judaico-cristã percebe-se nitidamente essa influência, gerando um processo contraditório de discriminação e valorização da mulher até os dias de hoje, desde que ela “aceite” ser controlada por eles.

“O javismo¹³ forjou uma imagem acentuadamente masculina de Deus e o cristianismo, a partir do terceiro século acentuou de tal forma a imagem divina como exclusivamente masculina, tornando-se praticamente impossível pensar-se em uma imagem feminina que pudesse ser atribuída ao Deus da tradição judaico-cristã” (PINTO, 2002, p. 44).

O estabelecimento de algumas igrejas nessa visão fortaleceu os homens que chegaram à liderança com facilidade, sendo as mulheres afastadas e excluídas do comando. Cabe então à eles de processarem o convencimento delas para aceitarem esta estrutura, dentro da qual as mulheres lutaram por muitos anos para reconquistar seu valor de alguma forma, mesmo na sombra deles. A autora Katherine Haubert (1992) insiste que dessa forma alguns bloqueios são erguidos contra o poder explícito do ministério feminino na própria igreja, e que isso vem afetando o crescimento, em quantidade e qualidade, da igreja inserida nesse processo.

Segundo Bourdieu (1999), muitas mulheres contribuem para a própria dominação, pois

[...] as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica (BOURDIEU, 1999, p. 45).

Na análise de Oliveira (R. D., 1999), o feminismo transgrediu a ordem que atribuía ao masculino o direito de definir o feminino como seu avesso. A idéia da suposta igualdade entre os sexos foi o primeiro estágio dessa transgressão. As mulheres tentaram ultrapassar as fronteiras do mundo dos homens, mas “na luta pela igualdade tropeçaram na diferença” (p. 94).

Ainda segundo a autora citada, para a mulher, lugar de

“(...) transgressão, o espaço público torna-se também lugar de expiação. Ter sucesso, para as mulheres, é bem mais arriscado do que fracassar. Ter

¹³ De acordo com a minha experiência de leitura bíblica o *javismo* é uma visão masculinizada de Deus na percepção de quem escreveu a Bíblia. Quero ressaltar que, neste documento, considerado como sagrado pelos evangélicos tradicionais, as expressões de Deus se apresentam tanto com características masculinas como femininas, mas somente a primeira interpretação é destacada.

sucesso não está previsto e introduz ao desconhecido. Negociar o sucesso profissional com o equilíbrio familiar e afetivo parece a muitas mulheres configurar uma ameaça de desencontro que elas preferem evitar” (OLIVEIRA, R. D., 1999, p. 84).

Percebemos que a reflexão da autora se encaixa ao contexto desta pesquisa pelo fato de que observamos que, ao mesmo tempo em que as pastoras questionam a discriminação que vivenciam e declaram almejar o respeito como ministras, também tentam negociar suas competências familiares mantendo-se dentro de sistemas valorativos tradicionais. No caso da pastora 2, ela aparentemente aguarda que o direito de ascensão lhe seja “concedido”, no lugar de conquistar um espaço maior para a sua atuação como líder espiritual.

PESQUISADOR – Como você acha que poderia ser um concílio só de mulheres pastoras feito com um candidato a pastor do sexo masculino?

PASTORA 2 - Eu não sei se teria [um Concílio feminino] diante da ordem. Até porque a ordem jamais faria um Concílio desses chamando só mulher. Mas eu lhe digo que seria em eficiência, cem por cento. E o homem que estivesse sendo conciliado por nós, nós iríamos fazer questionamentos até talvez melhores do que muitos questionamentos [masculinos] que eu tenho visto por aí.

Como se pode ver o tal Concílio feminino não tem chance de existir por não ser aceito pelos pastores e provavelmente pelas pessoas que votam na eleição dos mesmos, o que inclui as mulheres também. Durante muito tempo, de acordo com a nossa observação, a maior participação da mulher ordenada ao ministério sagrado dentro dos círculos de pastores estava no ato de copiar atas e compor o “quorum” dos Concílios Examinatórios para ver ordenação de candidatos e até dirigir algumas reuniões de grupos.

No entanto, essas tarefas são “invisíveis” porque são tarefas braçais que não são relacionadas ao comando nem denotam a capacidade de liderança das mulheres. Ou seja, tais encargos, mesmo que bem desempenhados, não são suficientes para declarar que as pastoras agora já ocupam o seu lugar de representação, depois de noventa e sete anos de história dos Batistas na Paraíba. Mesmo com as inovações da aceitação do pastorado feminino nota-se que a institucionalização da igreja durante séculos, tendo a frente uma liderança patriarcal e rígida, trouxe dificuldades à mulher para exercer a prática do ministério pastoral de modo semelhante aos pastores.

Contudo, a alegada competência maior do Concílio feminino, citada na fala acima, conota uma competitividade entre os gêneros dando a entender que as mulheres são melhores que os homens, o que é típico da ideologia patriarcalista que a entrevistada questiona, só que de forma inversa. A inversão dos poderes do masculino para o feminino não reflete mudança de mentalidades porque, no meu entender, o ideal seria a composição dos Concílios por pastores homens e mulheres em conjunto e não só masculino como existe hoje. E nas outras esferas de liderança também deveria haver aceitação para a participação das mulheres, como por exemplo, nas Convenções e na Ordem dos Pastores. Só que muitas nem podem participar porque não são legitimadas nessas instâncias superiores, e as que foram aceitas representam a minoria dos votos.

Segundo Oliveira (R. D., 1999, p. 102), houve um mal-entendido que é preciso ser desfeito. Se na base do feminismo as mulheres procuraram convencer os homens sobre a sua condição de igualdade de estar nos espaços públicos, esqueceram-se de que, com isto, findaram por reforçar os papéis masculinos como hierarquicamente superiores, porquanto firmado nos espaços públicos e, apesar desta suposta conquista de espaço, não houve uma contrapartida com a infiltração dos homens nos espaços privados que são monopolizados pelas mulheres. Com isto, aumentou-se a dificuldade de dissolver o conflito coexistencial de manter os espaços públicos e privados simultaneamente ocupados pelas mulheres e homens. Hoje elas até têm tido a oportunidade de ocupar os espaços públicos, só que acumulam as funções domésticas que continuam “obrigatórias”, o que desgasta e sobrecarrega a estrutura física e psíquica das mulheres.

PESQUISADOR – Na sua opinião, qual seria a razão do convite de uma pastora para compor o Concílio Examinatório de uma candidata ao pastoreio do sexo feminino?

PASTORA 2 – Essa mesa composta [por homens e mulheres pastores] era de pessoas que me respeitam, e a própria pessoa que estava sendo conciliada me respeitava [hesitação]. Mas, **na verdade eu não fiquei para ser uma debatedora na área teológica, na área eclesial.** Quer dizer foi assim: fiquei para a avaliação da **vocação, da chamada.**

A colaboradora inicia o relato nesse momento com hesitação, o que pode representar, no nosso entender, dúvida ou temor de ter que afirmar algo que não gostaria de dizer, ou seja, que ela preferiria silenciar.

E é em nome de seu bem e em nome de Deus que eles interceptam seu caminhar. Segundo a interpretação deles, interceptam na realidade “a errância de sua alma” por demais preocupada com o saber, interceptam seu desejo de transgredir as leis da natureza feminina, para entrar no universo masculino. Sem acesso à sua meta desejada, ela aceita a única solução possível: obedecer, calar-se e deixar-se morrer (GEBARA, 2000, p. 66).

Para entender a fala acima referente à temática na qual ela participou e que não foi aquela que ela gostaria de ter atuado, pretendemos explicar como funciona a dinâmica de um Concílio Examinatório. O que se destaca na questão da organização dos Concílios é que para serem agendadas as assembleias da Ordem dos Pastores nas quais acontecem, @s candidat@s convidam pastores que poderão ser convocados para compor as bancas examinatórias dos Concílios. Esta composição do grupo de pastores que serão examinadores é feita **por eleição no momento do Concílio** e a indicação deles é da platéia, que compõe o quorum de pastores presentes no exame.

A possibilidade de ser uma composição masculina, feminina ou mista é então decidida por votação aberta no momento da convocação dos membros do Concílio e é determinada totalmente pelos critérios e mentalidades da referida platéia do quorum dos Concílios. No momento do exame é indicada, também pela platéia de pastores, a temática para cada um que foi escolhido para a ocasião.

As temáticas são: Vocação e Chamada, Teologia e Eclesiologia (administração dos recursos dos dízimos coletados), necessariamente nesta ordem sequencial. No entanto, de acordo com as nossas observações, em termos **de prioridade de importância** os temas da Teologia e Eclesiologia são mais valorizados do que o da Vocação e Chamada, que está na terceira e última prioridade.

Para os exames de Teologia e Eclesiologia são então indicados e convocados os pastores mais renomados da denominação, e é “relegada” às mulheres – **quando são indicadas** – a temática da Vocação e Chamada por ser de importância menor. É esta desvalorização que causou o estranhamento da entrevistada quando foi convocada para fazer parte de um Concílio para examinar um candidato nesta temática. É menos valorizada no sentido político, porque no seu significado de essência espiritual a sequência está correta, no meu entender. **A rara convocação das pastoras e a indicação da temática considerada “menos importante” dos Concílios Examinatórios configuram respectivamente a décima primeira e décima segunda instâncias de discriminação das pastoras.**

Cabe esclarecer que as temáticas da Teologia e Eclesiologia aparentam ser mais importantes para os Batistas porque, segundo as minhas observações, se referem à

necessidade de demonstrar um maior envolvimento com o Sagrado e a administração dos recursos destinados à sua causa, o que parece ser de fundamental importância para os membros da Igreja Batista.

Em resumo, o destaque e liderança de alguns pastores podem ser resultantes de uma visão distorcida e competitiva baseada nesta promoção crescente, coreografada e ruidosa de expressões e atividades eclesiais que existem atualmente. Que surgem e são desenvolvidas, atraindo multidões para muitas igrejas e seus arredores, podendo não revelar o que existe realmente em suas mais profundas intenções. Neste contexto a participação das mulheres pastoras aparenta significar a entrada de novas, diferentes e supostamente inaptas competidoras.

O destaque e popularidade dos pastores nas questões de Teologia e Eclesiologia são vistos como símbolos de competência, o que lhes viabiliza a concorrerem e serem eleitos para cargos importantes na estrutura administrativa da denominação Batista, o que por sua vez é transformado em poder. Por tudo isso, questiono: **Será que a habilidade da pregação e criação de inúmeras atividades religiosas está sempre relacionada com a espiritualidade e a ligação dos pastores com as forças divinas? Será que os líderes destacados da Igreja Batista estariam propensos a dividirem seu poder de influência e de decisão com as pastoras?**

Ao ficarem com questões de menor importância na avaliação as pastoras aparentemente participam nos momentos cruciais dos Concílios Examinatórios como se “entrassem” simbolicamente pela “porta de trás” das igrejas e permanecessem sempre à “sombra” do destaque e liderança dos pastores, ainda que lhes seja “permitido” um acesso inédito nesses cargos, pois, a maioria das outras denominações nem isso faz.

Vale ressaltar que considero o sistema de tomada de decisões através do voto na convocação dos Concílios como eficiente principalmente se o comparo com outras denominações cristãs que tendem, em sua maioria, a ser autocráticas. É que, apesar do crescente aperfeiçoamento na democracia das tomadas de decisão da estrutura administrativa Batista há um escamoteamento de questões de mentalidade patriarcal massificadamente preconceituosa que é incorporada pelos fiéis desta denominação.

Reimer (2010) informa que:

Das duas repartições da sinagoga mencionadas na lei de Augusto, sabbateion e andrón, a primeira reservada para as cerimônias litúrgicas, era igualmente acessível às mulheres; em contrapartida, o outro lado, destinado às instruções dos escribas, só se abria para os homens e meninos [...] Segundo o

Dt 31,12, as mulheres podiam, como os homens e as crianças, penetrar na parte da sinagoga utilizada para o culto, mas estacas e grades separavam o local que iriam ocupar. [...] No serviço litúrgico, a mulher comparecia somente para escutar. (REIMER, 2010, p. 242).

PESQUISADOR - Quais são as razões e os argumentos utilizados para aprovar ou não as candidatas para o pastoreio?

PASTORA 2 - Hoje a base, a exigência é o curso teológico. A gente mulher vai para o seminário, faz e tá ótimo. Agora, quanto ao questionamento durante o momento do Concílio, hoje eu acho que melhorou mais. Mas, eu lembro do meu, né? O meu teve de tudo menos de perguntar se eu sabia quem era Deus, quem era Jesus, o que era céu, o que era inferno. O que é a base de um Concílio, para você ordenar qualquer um, seja homem ou mulher para o pastorado. **As questões eram assim no intuito de querer me derrubar**, [com perguntas deste tipo]. Por que é que Paul Tilich pensa assim, o que é que você acha? Queriam puxar mais para um pensamento teológico [questionável] do que para os dogmas da igreja.

Pela fala acima os pastores Batistas aparentemente querem descartar as novas competidoras da corrida de lideranças desta denominação, e para isso utilizam de estratégias simbólicas pré-estabelecidas e sutilmente discriminatórias que podem prejudicar as candidatas nos seus Concílios. Segundo Bourdieu,

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. Se ela pode agir como um macaco mecânico, isto é, com um gasto extremamente pequeno de energia, ela só o consegue porque desencadeia disposições que o trabalho de inculcação e de incorporação realizou naqueles ou naquelas que, em virtude desse trabalho se vêm por elas capturados (BOURDIEU, 2010, p.50).

Quando a colaboradora afirma que os avaliadores quiseram “lhe derrubar” ao fazerem perguntas direcionadas ao pensamento teológico, ela está se referindo a história da teologia cristã através dos tempos, com idéias de vários pensadores, de diversas correntes teológicas contrárias entre si, o que dificultaria suas respostas. Isto significa que os avaliadores podem ser contrários aos autores que ela tivesse utilizado para sua fundamentação teológica, o que lhe custaria a sua reprovação no exame. Como exemplo, existe um quadro tradicional de teólogos, em quem alguns pastores Batistas confiam. Caso ela afirmasse ter o mesmo pensamento de um teólogo conhecido como liberal, que não fosse aceito pela banca composta naquele momento, seria muito difícil para ela ter seu Concílio aprovado como é o

caso de Paul Tillich¹⁴. Essas questões, embora pareçam não ter peso em um Concílio, influenciam positiva ou negativamente a visão dos avaliadores sobre o candidato. Em suma, é necessário falar a linguagem que os pastores renomados querem ouvir.

Quanto ao dogma, ela está se referindo as questões básicas, debatidas nas Igrejas Batistas que fazem parte da estrutura organizacional e que obrigatoriamente são respondidas em todos os Concílios, onde também há unanimidade nas respostas, como é o caso das perguntas sobre quem é Deus, quem foi Jesus, qual é o destino dos justos e outras. Suas respostas são consensuais porque constam do manual da Convenção Batista Brasileira.

PESQUISADOR – O que você acha desse tipo de atitude? Seria uma luta de poder?

PASTORA 2 – (Silêncio) **Não, eu não entendo assim como briga de poder não. Eu vejo mais assim, eles mesmos não têm consciência, eles não têm a certeza que a mulher pode [estar à frente]. Eles ficam procurando respostas na palavra [bíblica], onde é que está, entendeu? Se um pensa que [a mulher] pode [ser pastora] o outro pensa que não pode. E aquele pastor que é mais envolvente [e destacado], ele tem assim uma ingerência muito maior, é um cabra assim que quando abre a boca, todo o mundo respeita diz: Ah sim! Então muitas vezes a pessoa aceita a mulher ali só porque é indicada por tal [pastor líder] então ela vai, mas na verdade a gente vê que eles não gostariam que a gente estivesse então, estamos lá, somos pastoras lá, mas sempre nos colocam em ministérios bem aquém dos ministérios que os homens ocupam. Efetivamente eu ouvi agora na igreja de um pastor aqui, que uma pessoa foi lá somente falar mal da ordenação de mulheres. Aí, vieram me questionar: o que é que você acha? Ai eu disse: ah, eu nem escuto. Eu não tenho porque me preocupar com isso. Nem me preocupo em debater sobre isso. Não quero nem saber. Deus já me ordenou, **eu já sou pastora. Então eu não vou me preocupar com quem é a favor ou contra, pra mim isso já é assunto morto.****

A pastora colaboradora fez um silêncio sintomático que pode ser interpretado como sinal de que ela estava discursando uma coisa e pensando de modo contrário. Nota-se então

¹⁴ Sobre Paul Tillich, segundo Parella (2004, p. 58), trata-se de um filósofo que entendia a teologia e a espiritualidade de uma forma que não fosse eclesiocêntrica. Na verdade, ele não se sentia muito bem nas igrejas e conforme a resposta, ou seja, se a candidata for simpatizante das idéias deste autor ela seria reprovada porque ele vivia na fronteira entre a igreja e o mundo. Embora ele fosse membro da igreja e assim se reconhecesse, e tivesse sido ordenado pastor protestante, falava tanto para os que estavam na igreja como para os que estavam fora dela. Este autor era, em geral, melhor recebido pelos que não freqüentavam igrejas. Sua teologia concentrava-se na reinterpretação da mensagem cristã para os que não percebiam o poder dos símbolos cristãos e viviam alienados das comunidades cristãs tradicionais, e por esses argumentos é um autor muito questionado entre os Batistas.

uma contradição da entrevistada em negar a importância da busca velada de poder que existe entre os pastores, o que a inclui. A contradição é tão visível que a pastora comenta, em seguida, sobre a importância do destaque dos notáveis e o quanto são mais respeitados por isso mesmo. Ela não conseguiu negar a sua própria busca de destaque quando questiona o fato de que só têm alguma visibilidade e respeito quando são indicadas pelos pastores considerados como destacados para cargos e/ou tarefas consideradas de menor importância.

Além dessas pressões discriminadoras do cotidiano a entrevistada ainda citou a campanha desencadeada contra a ordenação das mulheres, como foi citada na entrevista da pastora 1 (que foi protagonizada pelo Pastor Grudem, no referido “Debate teológico saudável”). É por isso que, quando ela afirma “não se preocupar” com esta campanha, pode-se fazer a leitura contrária, pois, esta tem sido percebida como um golpe na sua certeza de se manter como pastora Batista.

Sobre estas preocupações silenciosas Gebara (2000) relata que:

O silêncio ou a ocultação das mulheres nas ações chamadas públicas reflete o privilégio do ator masculino e sua centralidade histórica. Revela também uma escala de valores, uma hierarquia estabelecida a partir do que a cultura considera superior. (GEBARA, 2000, p. 116).

Para as mulheres, o silêncio, de acordo com a autora acima, também pode ser uma aceitação da regra discriminatória, que paradoxalmente criticam. Para Oliveira (R. D., 1999, p. 103), os valores são o fundamento da diferença entre homens e mulheres. As mulheres são diferentes dos homens, porque no centro de sua existência estão outros valores, como a ênfase no relacionamento interpessoal, a atenção e o cuidado com o outro, a proteção da vida, a valorização da intimidade e do afetivo e a gratuidade das relações. Percebe-se que a identidade feminina, então, provém da interação com os outros. As mulheres são mais intuitivas, sensíveis e empáticas. Mergulham no terrível sentimento de divisão, afirma a autora, quando, no percurso de acesso ao espaço público, seu modo de ser é confrontado com as exigências de sucesso no mundo dos homens, sempre marcado pela agressividade, competitividade, objetividade e eficiência. Em entrevista Perrot declara:

"Os homens estão aí. A história dos homens está aí, onipresente. Ela ocupa todo o espaço e há muito tempo. As mulheres sempre foram concebidas, representadas, como uma parte do todo, como particulares e negadas [como ocupantes de cargos públicos], na maior parte do tempo. Podemos falar do silêncio da História sobre as mulheres. **Não é de espantar, portanto, que uma reflexão histórica participe dessa descoberta das mulheres sobre elas próprias e por elas mesmas**, aspecto de sua afirmação no espaço público" (WOITOWICZ, 2008, p. 253, negritos meus).

Quando ela diz que já é pastora, se coloca numa visão exclusivista de quem já conseguiu o cargo no mundo dos homens. As discriminações se configuram como questões pessoais contra as mulheres, mas de forma a parecer uma rejeição específica para cada uma delas, e a percepção individualista da colaboradora revela uma falta de reflexão sobre o coletivo feminino, no entanto, há nas entrelinhas da sua fala uma quase invisível insegurança na manutenção do cargo já conquistado.

PESQUISADOR – Na sua opinião as mulheres pastoras Batistas compartilham com os pastores o mesmo contexto da estrutura de poder da denominação?

PASTORA 2 – [Algumas **procuram destaque** como pastoras-cantoras¹⁵] E elas procuram fazer o quê: no Brasil inteiro eu vejo isso. Elas procuram com exceção assim, de uma mulher como Ludmila Feber que aí ela é uma cantora, [ou seja, não é vista como pastora]. Então, ela tem aquela multidão que a segue, porque ela é uma cantora. Tem uma Ana Paula Valadão, que é uma cantora. E o povo acompanha Ana, como aquela cantora que ela é. É tanto que como pastora muitos nem sabem que Ana é uma pastora. Então elas mesmas, as mulheres no Brasil inteiro, eu digo sem medo de errar, elas são ordenadas pastoras, mas, elas se submetem, eu digo assim: **elas se submetem a viver uma vida de pastor, ordenada por Deus**, no meio dessas igrejas, **desses donos aí, nessa guerra de gênero**. Elas, para não se perder no horizonte da mulher pastora, **elas se voltam para trabalhar só com mulheres**. Então **começam sempre trabalhando com mulheres, sempre trabalhando com mulheres, sempre mulheres**, sempre mulheres. **E isso fica mais e mais se fortalecendo a idéia de que nós somos ordenadas para cuidar de mulheres**.

A entrevistada insinuou em sua fala que algumas pastoras ficam se iludindo, querendo mostrar que têm influência dentro da denominação, com muitos simpatizantes do seu ministério, quando na verdade, fazem parte de ministérios considerados menores, como o das mulheres ou da música como cantoras gospels na igreja. Embora sejam destacadas por atrair milhões de pessoas em shows públicos, há um ponto em comum entre a fama das pastoras-cantoras gospel e os pastores de pregação vibrante que promovem atividades espetaculares. No entanto, a entrevistada foi coerente ao dizer que os ministérios da música

¹⁵ Através de observação simples, percebe-se que o termo “pastora-cantora” é algo que está sendo vivenciado dentro das estruturas religiosas evangélicas no Brasil a partir de 1995, com Ludmila Feber. São cantoras evangélicas, que se destacam por suas produções musicais e foram consagradas pastoras por suas denominações, onde a ênfase maior nesse ministério é a música e não o pastoreio. Ana Paula Valadão faz parte de uma nova geração, surgindo na mídia em 2000.

não têm o mesmo peso que os ministérios-atividades decisórios e de liderança dos pastores, por isso é que as pastoras-cantoras podem estar realmente se iludindo. A idéia de as mulheres trabalharem com as mulheres parece ser uma estratégia de alijar as pastoras do poder e liderança, pois, as questões femininas são de importância “menor”.

Através de observação pudemos perceber que a entrevistada, quando relata que algumas pastoras vivem uma vida de “pastor” – ressalte-se o lapso do uso do sujeito masculino -, pode estar utilizando a afirmação de uma forma crítica para o termo pastor. Esta afirmação surge devido ao fato de que no meio evangélico, os pastores do sexo masculino, quando são auxiliares, também se acham diminuídos em sua posição de poder ao realizarem apenas as funções estabelecidas em seu ministério pelo pastor titular. Em outras palavras, não têm autonomia alguma, da mesma forma que as mulheres pastoras, quando são apenas responsáveis pelas mulheres, sem perspectiva de mudança e ascensão.

Perrot percebe que “vestir-se como homem é penetrar no espaço proibido, apropriar-se dos espaços reservados, torná-los mistos. Este tipo de desafio simboliza as exclusões que o século XIX impôs às mulheres” (PERROT, 2005, p. 359). Em um determinado momento de sua fala, a colaboradora dá a entender que os pastores que não abrem espaços para os seus auxiliares demonstrarem seus talentos dentro das igrejas, estão supostamente se comportando como “donos” das igrejas onde atuam.

Simmons, representante da ala Batista mais fundamentalista, descreve a participação da mulher na igreja da seguinte forma:

Ela tem um lugar muito importante, e negligenciado – negligenciado porque tantas vezes ela tem estado muitíssimo mais preocupada em tentar tomar o lugar do homem do que ocupar sua própria esfera divinamente dada. A glória da mulher achar-se-á na sua própria esfera. Seu vexame ocorre quando ela sai dessa esfera (1948, p. 499-501).

Usando o adjetivo “divino”, ou seja, colocando o argumento como se fosse citado por Deus, para este autor o lugar da mulher é o seu espaço doméstico, onde o Sagrado teria lhe posto e a atuação no domínio público contraria a natureza feminina, sendo mais uma vez motivo de constrangimento social quando ela foge da “regra divina”. A entrevistada confirmou que embora o ministério pastoral feminino seja muito abrangente em sua visão, encontra-se atualmente em meio a uma guerra de gêneros na Igreja Batista onde, supostamente, uma das poucas estratégias utilizadas para continuar sobrevivendo no meio dessa luta ferrenha pelo poder é ainda aceitar ser “pastora de mulheres”. Aparentemente, este é o modelo que compõe a mentalidade dos pastores e mulheres da denominação Batista

atualmente. Mesmo assim ela citou a expressão “vida de pastor” referente ao trabalho das mulheres ordenadas para o pastoreio, como se quisesse eliminar as diferenças entre elas e o universo masculino dos homens pastores, tal como Oliveira (R. D., 1999) alertou.

PESQUISADOR – Qual a participação das pastoras Batistas na reunião Anual da Convenção Batista Brasileira?

PASTORA 2 - Elas, coitadas, se sentem bem, em ficar ali no meio [apenas] das mulheres. [...] **A convenção já formula toda a sua agenda.** Ali é só agenda. A gente vê até no [evento da] Consciência cristã¹⁶, por exemplo, aqui em Campina Grande, que é bem famosa. Quando a gente vê o jornal todinho, a gente vê os homens todos que vão ministrar no Consciência Cristã [em local de destaque no folheto informativo], aí aqui do lado [no encarte do folheto informativo do evento] tem a programação [feminina] paralela. **Aí, [na programação paralela] a mulher, a pastora fulana vai falar para as Déboras¹⁷; a pastora fulana vai cuidar das esposas de pastor. A mulher vai cuidar das crianças.** Mas, a gente vê um bocado de mulheres ali [no evento Consciência Cristã]. E **elas, elas se passam para isso [participarem de atividades que envolvam só mulheres e crianças onde não participam das decisões das reuniões masculinas].** Entendeu? Mas...

A expressão “coitadas” é sintomática da comiserção da colaboradora, o que pode ser interpretado como uma forma de “aceitação” da desqualificação das pastoras não legitimadas nos eventos acima referidos. A pastora 1 e 2, envolvidas nesta pesquisa, participam das reuniões decisivas das instâncias políticas do universo Batista justamente por serem participantes da Ordem dos Pastores Batistas, o que lhes dá um status mais alto que as demais, **mesmo que sejam minoria na contagem de votos.**

Porém, através da observação simples, pude perceber que é do conhecimento de todos os pastores e pastoras nesta denominação que as tomadas de decisões importantes para a denominação, ocorrem em reuniões específicas, já agendadas previamente, sempre na Ordem dos Pastores e na Assembléia da Convenção. Nestas as pastoras podem participar, mas, com raras exceções, como as citadas acima, elas preferem as reuniões femininas.

¹⁶ O Encontro para a Consciência Cristã é um encontro organizado por evangélicos, existente desde 1999, sendo realizado na cidade de Campina Grande, Paraíba, sempre no período do carnaval, em paralelo ao Encontro da Nova Consciência, que ocorre nesta mesma cidade, só que tem uma natureza multireligiosa. (CONSCIÊNCIA CRISTÃ. Disponível em <<http://www.conscienciacrsta.net/Sobre.asp>> Acesso em 11.05.2011).

¹⁷ Desperta Débora é um ministério de oração surgido em Seul, Coréia em 1995, através da direção do pastor presbiteriano Jeremias Pereira da Silva. Existente em algumas igrejas evangélicas tem como objetivo principal a participação de mães (denominadas Déboras), que oram por seus filhos. (DESPERTA DÉBORAS. Disponível em <http://www.despertadeboras.com.br/edit_como.php> Acesso em 07.07.2011).

O fato de estas reuniões estarem nas agendas evidencia a divisão dos mundos do masculino e feminino da denominação Batista, no entanto, não é vedada a participação das mulheres pastoras nas tomadas de decisão, só que ao se ausentarem destes espaços as pastoras se auto-excluem mais ainda de suas prerrogativas decisórias, até porque as que não são legitimadas só têm direito a voz, conforme foi explicado no capítulo 3. Com isso elas se furtam ou não se interessam em ascenderem no pastorado, em que pese haja uma sutil motivação masculina para a manutenção desta exclusão. **A auto-exclusão do poder pelas pastoras não legitimadas é a décima terceira instância de discriminação contra as mulheres promovida e cúmplice pelas próprias mulheres.**

Sobre a auto-discriminação Braga (2007, p. 13) lembra que

Há mulheres que foram condicionadas por várias circunstâncias, a aceitarem um tratamento que pressupõe sua inferioridade em relação aos homens, baseado em critérios sexistas, vendo que isso é correto do ponto de vista religioso e cultural.

Para Bourdieu (1999, p. 52), "o poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados que só se subordinam a ele porque o constroem como poder". Oliveira, (R. D., 1999, p. 84), afirma que, as mulheres querem mudar de vida, mas, temem as conseqüências da mudança. Elas têm medo de questionar sua auto-imagem tradicional, sem a certeza de encontrar outra mais satisfatória por meio de sua inserção no mundo do trabalho.

Há, de acordo com esta autora, um suposto temor de não estarem mais em condições de desempenhar seu papel de alicerce emotivo e afetivo da família, elas também não têm a certeza de encontrar compensações em suas atividades profissionais. Então, alguns sentimentos como insatisfação, ambição e desejo de independência são nas mulheres, muitas vezes acompanhados pela noção de culpa, que surge resultante do pensamento que se tem de estar agindo errado, de acordo com os padrões estabelecidos pela sociedade, ocasionando em seguida o seu próprio fracasso. Com tantas inovações e disposições de gerarem mudanças em seu contexto espiritual e espaço de atuação público encontro pastoras paradoxalmente arrojadas e titubeantes em suas atitudes. Mesmo assim elas vêm demonstrando força e determinação em suas conquistas históricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“As mulheres tentaram ultrapassar as fronteiras do mundo dos homens, mas “na luta pela igualdade tropeçaram na diferença”
(OLIVEIRA, R. D., 1999, p. 94).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que a denominação Batista tem um papel histórico de vanguarda na aceitação da ordenação de mulheres como pastoras, e esta é uma conquista muito importante para elas e para a Igreja Cristã de modo geral. Mas, suas atribuições e possibilidades de ascensão como pastoras ainda são muito limitadas, como pude verificar nos dados e falas das ministras entrevistadas nesta pesquisa.

Os dados expressaram as contradições patriarcalistas que fazem parte do universo das pastoras da Igreja Batista dentro do Estado da Paraíba. Dentro das diversas instâncias de poder dessa denominação pode-se observar diversas formas de discriminação contra as pastoras. Nota-se que as mulheres, em geral, são louvadas, valorizadas e aclamadas dentro do espaço doméstico e em setores que não são de tomadas de decisão, no caso das que são ordenadas com ou sem legitimação nas instâncias da Ordem dos Pastores do Brasil e nas Convenções Batistas Estaduais e Nacionais.

Através dos dados dessa pesquisa percebi que as mulheres pastoras que fazem parte da Igreja Batista são discriminadas em diversas instâncias de poder dentro dessa denominação. Ocorre desde a não aceitação do chamado e encaminhamento da mulher candidata a pastora para cursar Teologia no Seminário, até a evitação da ordenação com o envio da teóloga para atuar como missionária em áreas de periferias e lugares distantes no interior do estado, como se vê nos dados.

Enumerei treze instâncias de discriminação que surgiram nas falas das entrevistadas e notei que todas compõem rejeições sutis e escamoteadas como se fossem questões pessoais de desqualificação ou inaptidão individual de cada uma das pastoras. É que tais desvalorizações aparecem em contextos de comparação com o prestígio dos pastores que são considerados como “melhores” do que elas, especialmente nas escolhas feitas pelos fiéis das platéias, especialmente na composição dos Concílios Examinatórios ou então em reuniões de tomadas de decisão das cúpulas administrativas. Como as decisões coletivas devem ser respeitadas e obedecidas, a discriminação pessoal das pastoras se torna formal e “legítima” (!).

A questão de gênero e o ministério pastoral feminino seguem os mesmos rumos das contradições sociais, que impõem às mulheres limites e papéis provenientes de idéias pré-estabelecidas, as quais culturalmente as colocam em plano inferior em relação aos homens. Deste modo, apesar de terem sido estabelecidas regras e decisões de “igualdade” nas instâncias superiores de poder na Igreja Batista no Brasil, o tema da ordenação feminina ao

ministério pastoral e sua ascensão aos cargos de poder no mundo eclesiástico ainda não é uma questão resolvida. Ou seja, essas possibilidades estão “vedadas” a elas, ainda que os líderes locais e nacionais não confirmem esta afirmação explicitamente, pois, os vetos ocorrem em ocasiões cotidianas de modo “praticamente invisível”.

Pude observar que os meandros dos processos de aceitação das pastoras como titulares de igrejas ou de cargos de tomada de decisões têm caminhos misteriosos e as barreiras são “quase imperceptíveis”, ainda que existam sólida e concretamente, por mais paradoxal que pareça. Vale destacar que as pastoras estão tão envolvidas neste contexto que as discrimina, que elas acabam por se resignar aos pequenos e constantes vetos que vivenciam cotidianamente, seja aceitando cargos como “pastora auxiliar”, missionária, pastora das mulheres, relatoras dos Concílios Examinatórios, ou, no máximo, “com muita honra” aceitam ser examinadoras das temáticas pouco importantes nestes exames.

Flagrei inclusive diversas ocasiões em que as pastoras se “auto-discriminam” e se “auto-excluem” da participação de reuniões da Convenção Batista Brasileira e da Ordem dos Pastores Batistas. Aqui cabe uma ressalva: a nossa primeira entrevistada nunca falta a essas reuniões, a segunda tem participação intermitente, mas, as demais nunca comparecem à elas, daí a nossa afirmação acima. De acordo com as observações, a participação delas nessas reuniões é pequena e, como as decisões são tomadas por voto o número exíguo das ministras acarreta na sua “inexpressividade”. Mesmo nestas circunstâncias as pastoras poderiam estar presentes pelo menos nos debates usando o seu direito de voz ativa, já que tanto reivindicam por espaços como tais.

O que se evidencia neste contexto é que se elas quisessem tomar atitudes menos passivas e participassem mais dos debates, poderiam correr o risco de serem mais discriminadas e mais vetadas do que já são. No entanto, a aparência dessas relações de gênero entre os pastores nessas ocasiões, passa pela idéia de que elas aguardam passivamente que lhes sejam “concedidos” e não conquistados os espaços para ocuparem cargos e serem respeitadas como líderes. Contudo, esta é uma conclusão do pesquisador e autor desta dissertação, pois, nem os líderes consideram que “haja discriminações” com relação à elas, nem elas se consideram “passivas”, ou seja, esta é uma leitura decorrente das observações feitas. Isto significa que há um rumoroso e misterioso silêncio nas atitudes e falas das entrelinhas de “pequenos detalhes” do processo relacional entre pastores e pastoras Batistas, conforme se pode ver nos dados documentais e de campo.

O que se encontra neste contexto é a controvertida expressão de que todos “servem a Deus” independentemente da função que se assume na hierarquia desta instituição e do local

de atuação da pastora, que pode ser interpretada como uma forma falaciosa de ocultação da discriminação que elas vivenciam, com ou apesar da sua aceitação e legitimação formal.

Com a inspiração de Oliveira (R. D., 1999) percebe-se que há, por parte dos líderes masculinos, muitas estratégias para impedir a ascensão da liderança e manutenção do poder feminino, o que, de per si não seria novidade nos estudos de gênero. A novidade dos dados da pesquisa é da explicitação concreta das contradições expressas na aceitação das pastoras e, paradoxalmente, a discriminação feminina. Por outro lado, as aspirantes aos cargos de pastoras titulares se preocupam em iniciar a carreira de liderança e conquista do poder de alguma forma, por terem a pretensão de vivenciarem *o mesmo prestígio e poder dos homens*. Leia-se, querem ser tratadas com o mesmo respeito dos homens, o que, simbolicamente, remete à idéia desta autora de elas renunciarem ao prestígio e poder *como mulheres*.

Há a questão de quererem então *ser iguais aos homens*, o que as faz, simbolicamente, deixarem de aceitar a diferença da sua feminilidade – visto na expressão “agir como leão” –, já que como seres do sexo feminino são discriminadas e embargadas aos cargos mais destacados de líderes. O poder aqui é visto equivocadamente como monopólio do universo masculino e esta mentalidade distorcida criou então outro equívoco, que é a renúncia simbólica da feminilidade enquanto possível detentora do poder *das mulheres*. A vitimicidade feminina precisa então ser superada para que elas se aceitem como tais e sejam respeitadas como mulheres.

Percebi que a reflexão da autora acima se adéqua ao contexto desta pesquisa pela percepção de que, ao mesmo tempo em que as ministras questionam a discriminação, declaram sua aspiração de serem respeitadas como tais. Para isso tentam também negociar suas competências familiares mantendo-se dentro do sistema valorativo tradicional. Com base nessa constatação apresento os seguintes questionamentos e reflexões.

As mulheres, especialmente as pastoras desta denominação, desejam o poder *como* os homens ou *como* as mulheres que são? Segundo a fala da pesquisadora Helena Hirata (1989), em uma conferência no mês de março de 2011 na UFPB, a desigualdade entre os gêneros e a discriminação feminina faz com que as mulheres só consigam se perceber quando se comparam com os homens, e não em relação aos seus próprios atributos e potencialidades. Além disso, continuou ela, tais posturas valorativas são reforçadas e ao mesmo tempo criticadas pelos patriarcalistas, sejam homens ou mulheres. Nesta mesma linha de raciocínio pergunto: há alguma possibilidade de êxito em algum movimento de reivindicação das pastoras Batistas para serem aceitas como líderes espirituais em nível local e nacional? A via

da “obediência e conformismo” poderia ser uma forma de as pastoras mulheres terem, pela dedicação e competência, mais respeito e visibilidade por seu trabalho e sua vocação?

Notei que, mesmo com a “suavidade e harmonia” que as mulheres utilizam nas suas buscas de espaços sem “gerar confrontos”, foi enviado em março de 2011, para a Igreja Batista Paraibana, o líder patriarcalista Grudem, para fazer pregações suavemente contundentes contra o crescimento do pastorado feminino, o que mostrou que estaria havendo um movimento de retrocesso com relação às mudanças e aceitação das ministras a partir dos Estados Unidos. Esta ocorrência evidencia que elas estão sendo vistas como opostas ao ideário que se pretende manter nesta igreja. Este fato passou a ter repercussões imprevisíveis por causa das contradições existentes nas tomadas de decisão da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil e Convenção Batista Brasileira, porque algumas são aceitas como ordenadas em nível local, mas, não têm legitimação como tais em nível nacional, como já foi citado nas análises dos dados.

Compreende-se que é muito difícil romper com as tradições e valores mantidos durante séculos e gerações, pelas pessoas nas instituições. Como é a comunidade religiosa ou igreja, que escolhe seus pastores e pastoras, a última palavra será sempre dela, da comunidade, que também faz essas discriminações. Em alguns momentos, essas mesmas pessoas que pertencem a esta igreja podem acreditar que será melhor manter a estrutura tradicional vigente do que se expor às mudanças “feministas” de comportamento. É preciso estar sempre atento para entender que **muitos esperam** que as mulheres, ao ocuparem o mercado de trabalho e de atuação nas igrejas, de nenhuma maneira atrapalhem o “seu lado” doméstico. Sobre isso Nancy Dusilek, esposa de pastor e escritora conceituada dentro das Igrejas Batistas no Brasil, em entrevista para a editora Cristã Convicção (2009), afirmou seu conformismo e crítica:

Em nosso meio Batista vejo uma postura que tento entender. Uma mulher pode ser presidente da CBB [Convenção Batista Brasileira] (desde que mensageira inscrita e eleita pelo voto popular), mas não é reconhecida como pastora ou se filiar à Ordem, que é um órgão auxiliar da CBB. Entendo que isso se resume em espaço de poder. Quando ele é ameaçado logo se acha um texto bíblico que se encaixa nos argumentos. Mas, hoje, estamos melhor do que há algumas décadas atrás (EDITORIA CRISTÃ CONVICÇÃO. Disponível em <<http://conviccaoeditora.com.br/index.php/entrevista>> Acesso em 22.01.2009).

Pude observar que embora não tenham dito isso nas entrevistas, as colaboradoras deram a entender que existiam duas formas de as pastoras se tornarem titulares nas cidades. Uma das formas seria a mulher pastora seguir como titular de uma igreja do interior e aos

poucos ir trocando de igreja, até chegar à capital, o que já está sendo feito por um das colaboradoras desta pesquisa, e outra seria criar um ministério novo, a sua própria igreja. Essas novas formas de expansão das igrejas com lideranças femininas, já são vistas em nosso estado, porém, em igrejas que não fizeram parte das nossas pesquisas.

No estatuto da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil (2011, p. 6), encontra-se expresso a declaração de que “A Igreja, a família e os mentores devem perceber quando Deus está chamando um dos seus filhos para o ministério. [...] Quão triste é a igreja errar ao não perceber a chamada de um ungido do Senhor e não oferecer o ambiente propício ao seu desenvolvimento”. Nota-se que embora declare “ser triste a igreja errar” ao não perceber a chamada d@s vocacionad@s, que pode ser de qualquer gênero, já que isso não foi especificado, a mesma Ordem deixa escapar um equívoco patriarcalista quando destaca a palavra “ungido”, que denota o masculino, para ser utilizada para apontar @ candidat@ ao ministério pastoral.

Percebi ainda a discriminação existente contra o ministério feminino quando foi realizado um estudo indutivo pela Ordem dos Pastores Batistas do Brasil para os vocacionados, na Segunda Igreja Batista de Petrópolis em agosto de 2010, onde foi traçado o perfil para exercer o ministério pastoral, baseado no texto bíblico de Isaías 6:9-10, relatado no item de número 10¹⁸, onde pode haver uma contradição. Para que os pastores e pastoras sejam reconhecidos nessa posição de poder, necessitam ser examinados em um Concílio, aprovados e filiados na Ordem dos Pastores estadual e/ou nacional. E aguardar a sua aprovação mediante assembléia realizada nesses órgãos, para que ocorra a confecção da carteira representativa. Já se viu que o processo de aceitação da pastora nessas instâncias de poder pode ser bastante demorado, onde a candidata pode ser aceita e mesmo assim, após ser tomada a decisão, esta ser questionada formalmente a qualquer tempo pelas estruturas vigentes. Com ou sem o conformismo das mulheres, essas barreiras se apresentam como quase indevassáveis.

Finalizo essa pesquisa concluindo que todas as formas de discriminação contra as mulheres pastoras podem ainda não ter sido abordadas. Porém, aceito a citação de Perrot (2007), que recusa explicitamente qualquer perspectiva maniqueísta da relação dos sexos e defende que escrever a história das mulheres “não é um meio de reparação, mas desejo de compreensão, de inteligibilidade global” (p. 166). Espero então ter tornado mais visível essas

¹⁸ “Precisamos de vocacionados que não dependem de aprovação dos homens para o seu ministério” (ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL Disponível em <http://www.opbb.org.br/documentos/isaias_6.php> Acesso em 20.05.11)

etapas do processo de relação de gênero onde acabam ocorrendo essas discriminações, para que algumas atitudes sejam revistas.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ADAMOVICZ, Anna Lúcia Collyer. **Imprensa Protestante na Primeira República: Evangelismo, informação e produção cultural.** O Jornal Batista. São Paulo, 2008.
- ALBUQUERQUE, Yuri Porfírio Castro de. **A reforma nossa de cada dia: reflexões sociológicas sobre o neopentecostalismo e a ascese (intra) mundana.** 65p. Monografia (Graduação) – UFPB/CCHLA. João Pessoa, 2009.
- AMUSSEN, Susan Dwyer. **Féminin/Masculin:** le genre dans l'Angleterre de l'époque moderne. Annales ESC. Paris, vol. 40, n° 2, mar./apr., 1985.
- ANTÔNIO, Ana Sofia. **Histórias de vida:** auto-representações e construção das identidades docentes. Teodoro, Antônio (Org.). Histórias reconstruídas. São Paulo: Cortez 2004.
- AQUINO, Tomás de (Santo). **Summa Theologica.** Trad. De Luis Barbado Viejo. Vol. I. Madri: O.P., 1947.
- ARMSTRONG, Karen. **Uma história de Deus: quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo.** Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão:** o descondicionamento da mulher. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. **Educar para a submissão:** o descondicionamento da mulher. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BIOGRAFIA DE LOS GRANDES TEOLOGOS REFORMADOS. **Louis Berkhof.** Disponível em <<http://inp-biografias.blogspot.com/2008/07/louis-berkhof.html>> Acesso em 10.06.11.
- BOGDAN, R. L e BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação.** Porto: Ed. Porto, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Trad. Maria Helena Kühner. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. **A dominação Masculina.** Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro 2º ed. Bertrand Brasil. 2003.
- _____. **A dominação Masculina.** Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro 2º ed. Bertrand Brasil. 2002.
- _____. **A dominação Masculina.** Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro 2º ed. Bertrand Brasil. 1999.
- _____. **A economia das trocas lingüísticas:** o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro 2º ed. Bertrand Brasil. 1989.

BOYARIN, Daniel. **Israel carnal:** lendo o sexo na cultura talmúdica. Tradução André Cardoso. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1994.

BRAGA, Eliezer Serra. Santas e sedutoras, as heroínas na bíblia hebraica. USP, in BROWN, Arthur S. **Manual da ordenação do ministro evangélico baptista.** Leiria, Portugal: Vida Nova, 2007.

BUTLER, Judith. **O parentesco é sempre tido como heterossexual?** Cadernos Pagu (21) 2003: pp.219-260. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n21/n21a10.pdf>> Acesso em 22.09.2009.

CAVALCANTI, Ebenézer Gomes. **Pastores do Novo Testamento.** O Jornal Batista. Rio de Janeiro, 12 set. 1976, p. 5.

CAVALCANTI, José Ednaldo. **A posição da mulher na Igreja.** O Jornal Batista. Rio de Janeiro, 5 set. 1976, p. 5, 7.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Repressão sexual:** essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CHAVES, Gislaíne da Nóbrega (1); STORNI, Maria Otília Telles (2)(2002). **O Aventurear-se na Própria Caminhada:** desvelando histórias de leitura (3). Disponível em <<http://anpuhpb.kit.net/index.htm>>. Acesso em 22.06.2011.

COELHO, Valnice Milhomens. **Visão Missionária.** Rio de Janeiro, no. 1, p. 46, jan./mar. 1978.

CONSCIÊNCIA CRISTÃ. Disponível em <<http://www.conscienciacrsta.net/Sobre.asp>> Acesso em 11.05.2011.

CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. **Quem somos.** Disponível em <http://www.batistas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=10> Acesso em 02.02.2010.

_____. **Declaração Doutrinária da CBB.** Rio de Janeiro: JUERP, 1999.

_____. **“Regimento Interno da Convenção Batista Brasileira”.** Anais da 80ª Assembléia. Serra Negra, SP, 1999.

_____. **“Regimento Interno da Convenção Batista Brasileira”.** Anais da 79ª Assembléia. Goiânia, GO, 1998.

_____. **“Regimento Interno da Convenção Batista Brasileira”.** Anais da 77ª Assembléia. Natal, RN, 1996.

_____. **“Regimento Interno da Convenção Batista Brasileira”.** Anais da 76ª Assembléia. São Luis, MA, 1995.

_____. **“Regimento Interno da Convenção Batista Brasileira”**. Anais da 75ª Assembléia. Aracaju, SE, 1994.

COUTO, Sérgio Pereira. **A incrível história da bíblia**. São Paulo: Universo dos livros, 2007.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres**: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos César de. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto/EDUSF, 1998.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente (1300-1800)**: uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado e Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **O pecado e o medo**: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18). Trad. Álvaro Lorencini. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

_____. **O pecado e o medo**: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18). Trad. Álvaro Lorencini. Bauru, SP: EDUSC, 1983.

DESPERTA DÉBORAS. **MÃES QUE ORAM POR SEUS FILHOS**. Disponível em <http://www.despertadeboras.com.br/edit_como.php> Acesso em 07.07.2011.

DIACOV, Timofei. **Pode mulher ser pastora?** O Jornal Batista. Rio de Janeiro, 15 ago. 1976, p. 2, 5.

DUDUCH, Wagner. **A educação superior na formação de pastores batistas**: um estudo sobre a faculdade teológica batista de campinas. São Paulo: UEC, 2001.

DUSILEK, Nancy Gonçalves. **Mulher sem nome**: dilemas e alternativas da esposa de pastor. São Paulo: Editora Vida, 1995.

EDITORA CRISTÃ CONVICÇÃO. Entrevista de Nancy Gonçalves Dusilek. Disponível em <<http://conviccaoeditora.com.br/index.php/entrevista>> Acesso em 22.01.2009.

EHRMAN, Bart D. **O que Jesus disse? O que Jesus não disse?** Quem mudou a Bíblia e por quê. São Paulo: Prestígio. 2006

ERICKSON, Victoria Lee. **Onde o silêncio fala**: feminismo, teoria social e religião. Trad. Cláudia G. Duarte. São Paulo: Paulinas, 1996.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Novo Nascimento**: os evangélicos em casa, na igreja e na política. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. 19ª. Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GALINDO, Florêncio. **O fenômeno das seitas fundamentalistas**. Rio de Janeiro Vozes, 1995.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio**: Uma fenomenologia feminista do mal. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GEERTZ, Clifford - **A Interpretação das Culturas**, Rio de Janeiro, Guanabara/Koogan, 1989.

GEISLER, Norman L.; NIX, William E. **Como a Bíblia chegou até nós**. Tradução Oswaldo Ramos. São Paulo: Editora Vida, 1997.

GETÃO, Eduardo. **Ordenação ao ministério feminino**. São Paulo: FFCR, 2003.

GIL, Antonio Carlos - **Pesquisa Social**. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENES, Edvar. **Ameaça à cidadania da mulher batista**. Disponível em <<http://www.projetoamor.com/news.php?readmore=2054>>. Acesso em 02.08.10.

GONÇALVES, Almir. **Uma vida inteira consagrada a Deus e dedicada à denominação**. O Jornal Batista. Rio de Janeiro, 4 jun. 1967, p. 1.

GRUDEM, Wayne. **Feminismo Evangélico**: Um novo caminho para o Liberalismo. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

_____. **Manual de Teologia Sistemática**: Uma introdução aos ensinamentos fundamentais da fé cristã. São Paulo: Editora Vida, 2001.

HAUBERT, Katherine. **A mulher na Bíblia**. Belo Horizonte: Missão, 1992.

HIRATA, Helena. Org. **Divisão capitalista do trabalho**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(2): 73-103, 2º Sem. 1989. Disponível em <<http://freysenet.com/files/%20A%20divisao%20capitalista%20do%20trabalho.pdf>>. Acesso em 20.02.2011.

ÍÑIGUEZ, Lupicínio. **Nuevos debates, nuevas ideas y nuevas prácticas en la psicología social de la era 'post-construccionista'**. Universitat Autònoma de Barcelona. Athenea Digital - num. 8 (otoño 2005).

JACOB, César Romero. Dora R. Hess, Philippe Waniez e Violette Brustlein. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2003.

KOLLONTAI, Alexandra. **A família e o estado socialista**. São Paulo: Global, 1982.

KRAMER, H. & Sprenger, J. **Malleus Maleficarum**: O martelo das feiticeiras 1486. Trad. Paulo Fróes. 14ª edição. RJ: Record: Rosa dos tempos, 2000.

LALANDA, Piedade. **Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica**. Revista **Análise social**, vol. XXXII (148), 1998.

LANDERS, John. **Teologia dos princípios batistas**. Série Documentos Batistas. 2ª ed., Rio de Janeiro: JUERP, 1987.

LAVILLE, C., DIONNE, J. A. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa científica em ciências humanas; trad. MONTEIRO, Heloisa. SETTINERI, F. porto Alegre: Artmed. 1999.

LEMOS, Fernanda. **“Se Deus é o homem, o demônio é [a] mulher!”** A influência da religião na construção e manutenção social das representações de gênero. Revista Ártemis. Vol. 6. Junho 2007. Disponível em <http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero6/artigos/artigo_12.pdf>. Acesso em 22.09.2009.

LIMA, Wamberto Queiroz de; STORNI, M. O. T., **Igreja é lugar de mulher?** In: III Simpósio Internacional de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP, 2010, Recife. "Religiosidades populares e multiculturalismo: intolerâncias, diálogos, interpretações". Recife/PE: Universidade Católica de Pernambuco, 2010. p.579-586.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidades:** pedagogias contemporâneas. Pro-posições, V. 19, nº 2 (56), Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Teoria Queer:** Uma Política Pós-Identitária para a Educação. In: Revista Estudos Feministas. V.9 n.2 Florianópolis, 2001.

MARINHO, Ruth Willik. **Pastoras?** O Jornal Batista. Rio de Janeiro, 28 nov. 1976, p. 4.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**, Milão: II Saggiatore, 1967.

_____. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MELO, Silas. **A posição do homem e da mulher no universo**. O Jornal Batista. Rio de Janeiro, 26 set. 1976, p. 2, 7.

MERRIAM, S. B. **The case study research in education**. San Francisco: Jossey – Bass, 1988.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. Revista Estudos Feministas, vol. 8, nº 2. CFH/CCE/UFSC. Santa Catarina, 2000, pág. 8-41

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. **Bruxaria e história:** as práticas mágicas no Ocidente cristão. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **O diabo no imaginário cristão**. Bauru: EDUSC, 2000.

NOGUEIRA, Conceição. **Feminismo e Discurso do gênero na Psicologia Social**. Associação Brasileira de Psicologia Social 2001. Disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4117>>. Acesso em 15.07.2009.

NOLASCO, Sócrates. **A desconstrução do masculino:** uma crítica à análise de gênero. In: A desconstrução do masculino. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NOVO TESTAMENTO. **O Evangelho segundo São Marcos**. Sociedade bíblica do Brasil. São Paulo: Barueri, SBB,1993.

_____. **O Evangelho segundo São Mateus**. Sociedade bíblica do Brasil. São Paulo: Barueri, SBB,1993.

_____. **I Pedro**. Sociedade bíblica do Brasil. I Timóteo. São Paulo: Barueri, SBB,1993.

_____ **I Timóteo.** Sociedade bíblica do Brasil. I Timóteo. São Paulo: Barueri, SBB,1993.

_____ **I Coríntios.** Sociedade bíblica do Brasil. São Paulo: Barueri, SBB,1993.

_____ **Eféios.** Sociedade bíblica do Brasil. São Paulo: Barueri, SBB,1993.

O JORNAL BATISTA. **A primeira mulher eleita presidente de uma junta da CBB.** Rio de Janeiro, 20 abr. 1975, p. 1.

_____ **União Batista da Grã Bretanha e Irlanda tem mulher como presidente.** Rio de Janeiro, 23 jul. 1978, p. 7.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença:** o feminismo emergente. São Paulo: Brasiliense, 1999.

OLIVEIRA, Zaqueu Moreira. **Imposição de mãos... mulheres pastoras?** Recife: STBNB, 2001.

ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL. **O Que é a Ordem dos Pastores Batistas do Brasil?** Disponível em <http://www.opbb.org/quem_somos.php>. Acesso em 06.01.11.

_____ **O Chamado de um profeta.** Disponível em <http://www.opbb.org.br/documentos/chamado_do_profeta.php>. Acesso em 22.05.11.

_____ **Perfil do Vocacionado em Isaías cap. 6.** Disponível em <http://www.opbb.org.br/documentos/isaias_6.php> Acesso em 20.05.11.

_____ **Literatura para estudo do movimento.** Disponível em <<http://opbbcps.blogspot.com/2009/09/literatura-para-estudo-do-movimento.html>> Acesso em 11.06.11.

_____ **Atas da reunião do Conselho.** Disponível em <www.opbb.org/documentos/atasopbb.doc> Acesso em 05.06.11.

PARRELLA, Frederick J. **Vida e Espiritualidade no pensamento de Paul Tillich.** São Paulo: Revista Eletrônica Correlatio n. 6 - Novembro de 2004. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/cor/article/viewfile/1764/1750>> Acesso em 15.05.11.

PEREIRA, J. dos Reis. **Vamos consagrar mulheres ao ministério?** O Jornal Batista. Rio de Janeiro, 18 jul. 1976, p. 3.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2007.

_____ **As mulheres ou os silêncios da história.** Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

PETICOV, Gláucia Curvacho. **Pastora... sem sê-lo!** O Jornal Batista. Rio de Janeiro, 30 jan. 1977, p. 1.

PINTO, Carlos Osvaldo. **A mulher nas escrituras**. São Paulo: SBPV, 2002.

PORTELLI, A. **Forma e significado na História Oral**: a pesquisa como um experimento em igualdade. Cultura e Representação. São Paulo: Projeto História, n.14, Educ.1997.

PRIMEIRA IGREJA BATISTA. **A nossa história na Paraíba**. Disponível em <<http://www.pibjp.com.br/pagina/detalhe/id/1/nossa-historia>> Acesso em 20.06.10.

RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo reino de Deus**: Mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos. 1996.

REILY, D.A. **Ministérios femininos em perspectiva histórica**. São Paulo: Editeo, 1997.

REIMER, Ivoni R. **Mulheres nas sinagogas**: história, fontes e (inter)ditos sobre participação feminina em espaços sagrado. In: Religião, transformações culturais e globalização IV Congresso Internacional em Ciências da Religião. Goiás: PUC, 2010.

_____. **Bíblia e Direitos Humanos uma Perspectiva Feminista**. Ciências da Religião Universidade Católica de Goiás, v. 1, n. 2 – julho / dezembro 2001.

_____. **O belo, as feras e o novo tempo**. Petrópolis: vozes, São Leopoldo, 2000.

_____. **Lembrar, transmitir, agir: mulheres no início do cristianismo**. Revista de interpretação bíblica latino-americana. Petrópolis: Vozes, 1995.

RUETHER, Rosemary R. **Sexismo e religião**: rumo a uma teologia feminista. Trad. Walter Altmann, Luís Marcos Sander. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1993.

SALES, Marcos. **Cinco pães e dois peixinhos**. Grupo Quatro por um. Disponível em <<http://letras.terra.com.br/quatro-por-um/134953/>> Acesso em 23.02.2011.

SANCHES, Júlio Oliveira. **Pastora: qual o perigo?** O Jornal Batista. Rio de Janeiro, 15 ago. 1976, p. 4.

SANTOS, Maria Goreth. **A mulher na hierarquia evangélica**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

SCHWARTZ, Howard Eilberg. **O falo de Deus e outros problemas para o homem e o monoteísmo**. Trad. Solange de Souza Barbosa. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

SCHWARZER, Alice. **Simone de Beauvoir hoje**: entrevistas concedidas. Trad. José Sanz. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

SCOTT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Revista Educação e Realidade, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990. Disponível em <www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html> Acesso em 10.11.2010.

_____. **Uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 05-19, jul./dez. 1995. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/viewFile/2691/2401>> Acesso em 10.11.2010.

_____. **O enigma da igualdade.** Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 11-30, janeiro-abril/2005.

SEIDMAN, Steven. **“Deconstructing Queer Theory or the Under-Theorization of the Social and the Ethical”.** In: NICHOLSON, Linda; SEIDMAN, Steven. (Orgs.). Social Postmodernism. Beyond identity politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SILVA, José Carlos Barros. **Satã: medo e personificação do mal na Igreja Universal do Reino de Deus.** João Pessoa: UFPB, Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2008.

SILVA, M.C.C. **A violência contra a mulher no contexto evangélico:** As contradições das interpretações bíblicas. Dissertação. Paraíba, PPGCR, 2009.

SIMMONS, T. P. **Um estudo sistemático de doutrina bíblica:** um arranjo lógico e um tratamento diligente dos ensinamentos da Santa Palavra de Deus. Trad. Emílio W. Kerr. 2ª. ed. Campinas: Gráfica Batista, 1948.

TORRÃO FILHO, Amílcar F. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam.** Cadernos Pagu n.24 Campinas jan./jun. 2005. Disponível em <www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf> Acesso em 09.12.10.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais,** São Paulo, Atlas, 1987.

VALCUENDE DEL RÍO, José María. **De la heterosexualidad a la ciudadanía.** Publicado en AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana, Ed. Electrónica Volumen 1, Número 1. Enero-Febrero 2006. Pp. 125-142 Madrid: Antropólogos Iberoamericanos en Red.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Ecos de uma história silenciosa das mulheres.** Estudos Feministas, Florianópolis, 16(1): 147-163, janeiro-abril/2008. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a24v16n1.pdf>> Acesso em 03.03.2010.

YAMABUCHI, Alberto Kenji. **O debate sobre a história das origens do trabalho batista no Brasil.** Tese. São Paulo: UESP, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE – A.....126

APÊNDICE – B.....127

APÊNDICE – C.....129

APÊNDICE A – Questionário elaborado e enviado pela internet

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM BASE NA HISTÓRIA ORAL DE VIDA

- ✓ FALE SOBRE O SURGIMENTO DA VOCAÇÃO PARA SER PASTORA.
- ✓ O QUE OS FAMILIARES ACHARAM DESTA IDÉIA?
- ✓ **QUAIS FORAM AS DIFICULDADES QUE VIVENCIOU NA TRAJETÓRIA DO PASTORADO?**
- ✓ QUAL É A SUA PARTICIPAÇÃO NA ENTIDADE GESTORA DOS PASTORES DA DENOMINAÇÃO A QUAL PERTENCE?
- ✓ QUAL É A PARTICIPAÇÃO DO SEU CÔNJUGE NO SEU PASTORADO?
- ✓ QUAIS SÃO OS PAPÉIS DOS CÔNJUGES NA SUA ESTRUTURA DOMÉSTICA FAMILIAR?
- ✓ COMO VOCÊ SE VÊ NESTA ESTRUTURA RELIGIOSA DO PASTORADO?
- ✓ **COMO AS AUTORIDADES RELIGIOSAS LHE VÊEM, PENSAM E EXPRESSAM SOBRE O SEU PAPEL DE PASTORA NA SUA DENOMINAÇÃO?**

APÊNDICE B – Entrevista presencial realizada com a pastora¹

1. Você sofreu muito preconceito com relação ao seu ministério?
2. O que é sofrer muito? Dê exemplos.
3. Nesses termos? (referente as palavras de discriminação ditas pela entrevistada nesse momento)
4. Mas, aonde foi isso? Dentro do seminário?
5. Quando você disse ao seu pastor ou à igreja que tinha um chamado de Deus como ele reagiu?
6. Você acha que o pastor utilizou de meios para tentar impedir o seu chamado?
7. Você acha que isso é a causa então de você passar 10 anos a frente desse ministério no interior?
8. Você votou em você?
9. Uma secretária precisa fazer o quê, que o líder, ou presidente da ordem não precisa fazer?
10. No seu concílio você acha que tentaram lhe derrubar?
11. Qual a sua idade?
12. Tem quantos filhos?
13. Casada há quanto tempo?
14. É seu primeiro, segundo ou terceiro relacionamento conjugal?
15. As igrejas permitem, entendem que você seja pastora casada do segundo relacionamento. E os pastores entendem?
16. Quais são os argumentos utilizados para aprovar ou não as candidatas ao ministério sagrado? São os mesmos utilizados para aprovar os homens?
17. Você fala de uma retaliação sendo colocada atualmente contra o ministério feminino. Ela está sendo colocada por quem e por quê?
18. E o ponto principal [dessas palestras] é o pastorado feminino?
19. Quais os critérios que você acha do encaminhamento ou de efetivação de uma teóloga ou pastora para o interior? Porque mandam uma teóloga ou uma pastora para o interior? Ou para a capital? Ou para ser uma auxiliar? Ou para trabalhar só com mulheres? Ordene esses critérios.
20. Você acha que a questão é espiritual, é teológica ou é uma luta por poder? A mulher lutando por poder de um lado e o homem lutando por poder do outro?
21. Você então coloca a sua resposta na base da questão teológica ou espiritual? Não seria a luta por poder na sociedade do homem e da mulher?

22. Você acha que esse medo colocado sobre a mulher pelos pastores ou qualquer organização, é misoginia, é algo contra a figura da mulher ou algo contra a figura do poder que a mulher possa exercer?
23. Como você ordena então os critérios de encaminhamento (de efetivação de uma teóloga ou pastora para o interior? Porque as mandam para o interior ou para a capital? Ou para ser uma auxiliar? Ou para trabalhar só com mulheres?)
24. Fazendo uma lista baseada na ordem decrescente de poder de votos na Igreja Batista. Quem é que tem poder de pressão a nível nacional?
25. Qual a representatividade das mulheres nessas instâncias de tomada de poder?
26. Como você acha que poderia ser um concílio só de mulheres pastoras feito com um candidato a pastor do sexo masculino?
27. E quem coloca essa certeza em você? (Mediante a negativa da colaboradora com relação à possibilidade levantada pelo entrevistador de poder ocorrer algum dia um concílio avaliando os candidatos ao ministério da palavra, composto apenas por pastoras. Qual seria a reação do candidato conciliado, a reação dos pastores que não puderam avaliar, da ordem dos pastores e da Convenção Batista Brasileira?
28. E vocês reclamam à Ordem dos Pastores Batistas essas questões citadas anteriormente?

APÊNDICE C – Entrevista realizada com a pastora 2

1. Fale sobre a recepção que você teve quando você entendeu que Deus lhe chamou e resolveu contar ao seu pastor o seu chamado, ou quando a Igreja decidiu em assembléia lhe enviar ao seminário ou quando você foi ordenada ao ministério. Fale tudo o que passou nestas ocasiões.
2. Quais foram os termos usados? (Sobre o “preconceito” que a candidata disse que sofreu dentro do Seminário da instituição religiosa Batista aqui em nosso estado)
3. A que você atribui essa reação das mulheres e daqueles que estavam nesse momento? Eles não entendiam a palavra?
4. Você é do nordeste?
5. Porque o homem e a mulher do nordeste têm isso na cabeça (relativo à mulher no poder)?
6. Porque você acha que eles (os pastores da Paraíba) têm esta visão desestimulante do ministério pastoral feminino (na visão da entrevistada)?
7. Você é bem expressiva quando fala comigo. Você se acha expressiva na ordem dos pastores? Na Convenção Batista do estado que você participa?
8. Como você acha que poderia ser um concílio só de mulheres pastoras feito com um candidato a pastor do sexo masculino?
9. A que você atribui, quando existem Concílios e que existem pastoras, e elas não são chamadas para avaliar?
10. Você acha que esse desejo que eles sentiram (em convidar a pastora entrevistada para avaliar a candidata, ou seja, mulher avaliando mulher) é porque eles estavam passando a idéia de que o candidato era “inferior” e uma pessoa considerada como “inferior” poderia então avaliar? (Relativo a pergunta feita anteriormente onde se indaga a causa de que em Concílios Batistas na Paraíba, mesmo com pastoras presentes, elas nunca são chamadas para avaliar o candidato em áreas consideradas de grande importância Teológica para eles, onde a candidata afirmou que já foi chamada para avaliar, porém estava nesse momento avaliando uma candidata a pastora e não um homem).
11. Numa área que tivesse maior profundidade teológica você não foi chamada embora você tenha participado do seminário e cumprido todas as disciplinas como qualquer examinador dali.
12. Quais são as razões e os argumentos utilizados para aprovar ou não as candidatas para o pastoreio?
13. Você acha que esse tipo de puxar o tapete ou derrubar mostra que há na ordem ou na Igreja Batista uma luta de poder ou uma misoginia?

14. Você falou que quando as pastoras são ordenadas, são indicadas para Concílio, sempre tem alguém que seja mais bem visto pelos homens para até apoiar a candidata. Em matéria de mulher, qual seria a mulher de peso que dissesse assim: essa candidata está sendo apoiada por mim. Hoje tem isso na Paraíba, tem isso no Brasil?
15. Ainda não tem?
16. O mesmo dilema? O mesmo contexto? (Pergunta elaborada devido na pergunta anterior a pastora responder que não havia ainda na Instituição Batista, dentro de suas estruturas de poder, alguma mulher que tivesse influência para indicar uma candidata ao Concílio, como existem pastores. Segundo Ela, todas estão vivendo a mesma situação de discriminação).
17. Você é uma mulher casada?
18. Do primeiro, segundo ou terceiro casamento?
19. Tem filhos?
20. Quais são os critérios que você acha, de encaminhamento que existem ou que o pastor utiliza para enviar mulheres para o interior? Ou para a capital? Ou para ser minha auxiliar [como pastor do sexo masculino]? Ou para ser só para mulheres?
21. Quantas mulheres nós temos atualmente como pastoras aqui?
22. E as outras, estão onde?
23. Você acha que elas recebem (financeiramente) igual aos homens?
24. Faça uma lista na ordem decrescente em termos de poder, alinhamento de poder e de voto, de pressão em termos de tomada de poder, do mais importante para o menos importante, nas tomadas de decisão a nível nacional na Igreja Batista.
25. Qual você acha que é a representação das mulheres nessas instancias de tomadas de decisão a nível nacional, tem vários pastores e as pastoras. Elas se calam? Elas se pronunciam? Como elas são vistas? Elas são ouvidas?
26. Elas não estão junto com os homens tomando as decisões importantes?
27. Você acha que essas reuniões de mulheres nas convenções são criadas pela própria Ordem ou Convenção para tirar as mulheres do foco principal que são as tomadas de decisões?
29. Você acha que elas se passam por ignorância, por medo, por achar que Deus quer assim?
30. Por querer manter essa mesma estrutura?
31. Pensam que chegaram até onde queriam?
32. No seu entender, qual é a representatividade que as pastoras têm?

ANEXOS

Anexo -1132

Anexo -2133

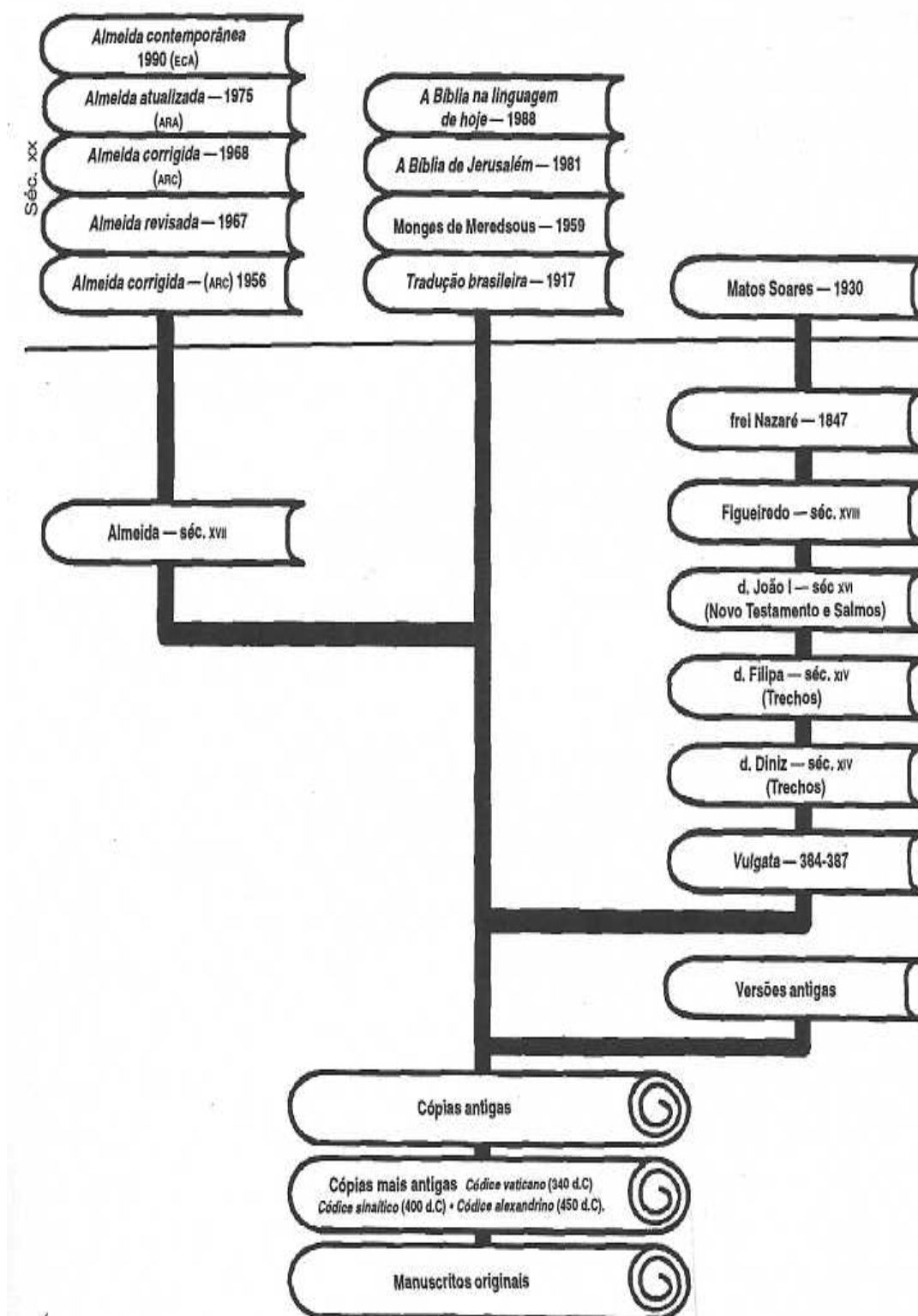
Anexo -3134

Anexo - 4135

Anexo - 5136

ANEXO 1 – Quadro mostrando os livros da Bíblia Sagrada e a dominação masculina afirmando a veracidade deles

ANEXO 2 – Versões da Bíblia Sagrada, traduzida apenas por homens, dos manuscritos originais até 1990



Fonte: Geisler (1997, p. 262)

ANEXO 3 – Ata sobre o ministério feminino na Igreja Batista na Paraíba

...rio através do seu relator Pastor Ofaiz Rufino da Silva, após a leitura do parecer, antes de qualquer discussão, devido ao adiantado da hora, foi proposto e apoiado que a sessão seja suspensa, e continue no período da tarde. Às 13 horas foi suspensa a 4ª sessão, que teve seu reinício com o cântico pela congregação do hino "Saudai o Nome de Jesus", às 14 horas e 15 minutos. Retorna o parecer da Comissão de Assuntos Eventuais que consta anexo 8/07/04/2002. O parecer foi aprovado com o acréscimo de que num período de 2 anos se consulte as Igrejas, e se busque um entendimento, visando a integração destas Igrejas com a Convenção. O plenário foi informado que já há uma comissão do Conselho de Planejamento e Coordenação que já está agindo nesta direção. O presidente fala sobre o próximo assunto da ordem do dia, que trata do Parecer da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, Seção Paraíba, sobre Ordenação de Mulheres ao Ministério Pastoral. Houve uma proposta para que o assunto fosse enviado, ou melhor ficasse sobre a mesa para ser examinado (para) na próxima Assembleia, mas o plenário decidiu que se ouvisse nesta Assembleia o referido parecer, que consta anexo 9/07/04/2002. O Pastor Ednaldo Tavares da Silva leu o parecer perante a Assembleia, discutido ponto por ponto, a matéria foi aprovada, tendo um acréscimo de que seja dado um prazo de 1 ano para que as Igrejas locais estudem o assunto e tenham uma posição clara sobre a matéria. Este acréscimo ou aditiva é do ponto (alínea) b. Foi

ANEXO 4 – Situação enfrentada pelas mulheres nas estruturas de poder da Igreja Batista no Brasil até 2010

PASTORAS	MISSIONÁRIAS
Ordenadas e reconhecidas por suas secções até 2007 e agora filiadas à OPBB	Ainda atuam como pastoras, com todas as responsabilidades, mas sem a ordenação.
Ordenadas antes de 2007, não reconhecidas por suas secções e não aceitas pela Ordem Pastores Batistas do Brasil	
Ordenadas e reconhecidas por suas secções depois de 2007 e que não podem ser filiadas à OPBB	
Ordenadas por outras denominações e que agora atuando em Igrejas Batistas não têm como, ainda, ter a sua filiação na OPBB	

Fonte: o autor desta dissertação

ANEXO 5 – Wayne Grudem na Paraíba e a palestra que serviu para fortalecer a oposição ao Pastorado feminino.



CONFERÊNCIA DE TEOLOGIA VIDA NOVA

TEOLOGIA SISTEMÁTICA HOJE

De 17 a 19 de março de 2011 - João Pessoa - PB

PRELETOR INTERNACIONAL PELA PRIMEIRA VEZ NO BRASIL!



WAYNE GRUDEM

➤ 8 DESAFIOS PARA OS
LÍDERES CRISTÃOS
NA ATUALIDADE

Quinta-feira 17/03 às 19:30h

Autor da consagrada *Teologia Sistemática: atual e exaustiva* e *Entenda a fé cristã*, publicados por Edições Vida Nova

+ PRELETORES



FRANKLIN FERREIRA

➤ A RELEVÂNCIA DA
TEOLOGIA SISTEMÁTICA
NO CONTEXTO BRASILEIRO

Sexta-feira 18/03 às 19:30h



JONAS MADUREIRA

➤ A TEOLOGIA EVANGÉLICA
E O MUNDO NIILISTA

Sábado 19/03 às 10:00h

INSCRIÇÕES

Seminário Betel Brasileiro
Tel: (083) 3041-8116/3041-8110/3041-8100

Seminário Teol. Evangélico Congregacional
Tel: (083) 3231-8845

Seminário Teológico da Missão Juvep
Tel: (083) 3222-5567

Cidade Viva
Tel: (083) 3041-7471
eventos@cidadeviva.org

TAXA DE INSCRIÇÃO

Seminaristas e professores R\$ 15,00
demais participantes R\$ 40,00
garanta a sua vaga!

LOCAL

Centro de Convenções Cidade Viva
R. Luzia Simões Bartolini, 100 - Aeroclube
João Pessoa - PB
eventos@cidadeviva.org
Telefone: (083) 3041-7471

CLIQUE AQUI E SAIBA MAIS

Realização:




Apoio:

